

MARCOS ANTONIO DA SILVA

CUBA:
AS ENCRUZILHADAS DE UMA REVOLUÇÃO



2018

Gestão 2015/2019
Universidade Federal da Grande Dourados
Reitora: Liane Maria Calarge
Vice-Reitor: Marcio Eduardo de Barros

Equipe EdUFGD
Coordenação editorial: Rodrigo Garófalho Garcia
Divisão de administração e finanças: Givaldo Ramos da Silva Filho
Divisão de editoração: Cynara Almeida Amaral,
Raquel Correia de Oliveira e Wanessa Gonçalves Silva
e-mail: editora@ufgd.edu.br

A presente obra foi aprovada de acordo com a Resolução do Conselho Editorial n. 06/2018, de 24/05/2018.

Obra impressa com recursos do Edital PROPP/UFGD n. 08/2018 – Programa de Apoio à Pesquisa.

Conselho editorial:
Rodrigo Garófalho Garcia
Marcio Eduardo de Barros
Fabiano Coelho
Clandio Favarini Ruviaro
Gicelma da Fonseca Chacarosqui Torchi
Rogério Silva Pereira
Eliane Souza de Carvalho
Editora filiada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

A revisão textual e a normalização bibliográfica deste livro são de responsabilidade de seu autor.

Revisão: Jeane Spera

Foto da capa: El Quijote de la farola, Alberto Korda, 1959

Foto da quarta capa: Os três comandantes, Alberto Korda, 1961

Projeto gráfico e capa: Alex Garcia

Diagramação, impressão e acabamento: Triunfal Gráfica e Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S586c Silva, Marcos Antonio da
Cuba : as encruzilhadas de uma revolução / Marcos Antonio da Silva. -- Dourados,
MS : Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.
168 p.

Disponível em pdf no catálogo da editora:
<https://www.ufgd.edu.br/setor/editora/catalogo>
ISBN: 978-85-8147-154-9 (versão impressa)

1. Cuba - Política e governo. 2. Cuba - Reforma política. 3. Cuba - Reforma econômica. 4. Cuba. Presidente (2008-2018 : Castro Ruz, Raúl, 1930-). I. Título.

CDD 23. ed.- 320.97291

327.97291

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD

Maria Isabel Soares Feitosa - CRB1-1571

©Todos os direitos reservados. Permitida a publicação parcial desde que citada a fonte.

A Lucimara e João Vitor, pela travessia.
Para minha irmã, Maria Aparecida, querida Táta.
A Silvia Peña, Jesus Castillo e Tere, minha família cubana.
Para Fernando M. Heredia (*in memoriam*), com ternura e admiração.

A todos com quem compartilhei a vida e os sonhos, e continuam acreditando na justiça social e na solidariedade.

“Quem vive num labirinto, tem fome de caminhos... [...]. O que faz andar a estrada? É o sonho. Enquanto a gente sonhar a estrada permanecerá viva. É para isso que servem os caminhos, para nos fazerem parentes do futuro.” (Mia Couto, *Terra Sonambula*)

“E creio que Cuba é uma sociedade marcada pelos preconceitos, poucas vezes analisada desde a sua integralidade e sua complexidade. O país e sua lógica interna não são o que se vê de fora. É muito difícil esquematizar a saudação ou a condenação de Cuba.” (Leonardo Padura, entrevista à *Carta Capital*, 07/07/2015)

“O bloqueio e outras mil formas de agressão bloqueiam o desenvolvimento de uma democracia à cubana, alimentam a militarização do poder e legitimam a rigidez burocrática. A revolução, que foi capaz de sobreviver às fúrias de dez presidentes dos Estados Unidos e de vinte diretores da CIA, precisa dessa energia, uma energia de participação e diversidade, para fazer frente aos tempos duros que aí vêm. Serão os cubanos, e só os cubanos, sem que ninguém de fora venha interferir, que vão abrir novos espaços democráticos e conquistar as liberdades que faltam, dentro da revolução que eles fizeram e desde as profundezas da sua terra, que é a mais solidária que conheço.” (Eduardo Galeano, *Cuba dói*, Revista Fórum, 2011)

“De facto, o lugar da Revolução Cubana no pensamento e na prática de esquerda ao longo do século XX é incontornável. É possível que a Europa e a América do Norte fossem hoje o que são sem a Revolução Cubana, mas já o mesmo se não pode dizer da América Latina, da África e da Ásia, ou seja, das regiões do planeta onde vive cerca de 85% da população mundial. A solidariedade internacionalista protagonizada por Cuba estendeu-se, ao longo de cinco décadas, pelos mais diversos domínios: político, militar, social e humanitário. [...] Declarar Cuba um ‘problema difícil’ para a esquerda significa aceitar três ideias: 1) nas presentes condições internas, Cuba deixou de ser uma solução viável de esquerda; 2) os problemas que enfrenta, não sendo insuperáveis, são de difícil solução; 3) se os problemas forem resolvidos nos termos de um horizonte socialista, Cuba poderá voltar a ser um motor de renovação da esquerda, mas será então uma Cuba diferente, construindo um socialismo diferente do que fracassou no século XX, e, desse modo, contribuindo para a urgente renovação da esquerda. Se não se renovar, a esquerda nunca entrará no século XXI.” (Boaventura de Sousa Santos, *Por que é que Cuba se transformou num problema difícil para a esquerda?*)

“Um de nossos maiores enganos ao princípio, e muitas vezes repetidos ao longo da Revolução, foi o de acreditarmos que alguém sabia como se construía o socialismo.” (Fidel Castro, *Discurso en la Universidad de la Habana*, 2005)

“La actualización del modelo económico no es un milagro que pueda obrarse de la noche a la mañana, como algunos piensan; [...] Estamos convencidos de que el principal enemigo que enfrentamos y enfrentaremos serán nuestras propias deficiencias y que por tanto, una tarea de tamaño dimensión para el futuro de la nación, no podrá admitir improvisaciones ni apresuramientos. No renunciaremos a hacer los cambios que hagan falta [...] los que efectuaremos al ritmo que demanden las circunstancias objetivas y siempre con el apoyo y comprensión de la ciudadanía, sin poner nunca en riesgo nuestra arma más poderosa, la unidad de la nación en torno a la Revolución y sus programas.” (Raúl Castro, *Discurso en la clausura del VI Congreso del Partido Comunista de Cuba*, 2011)

“Sin embargo, considero que el escenario más probable es que la actualización del sistema cubano no abandonará la utopía de edificar un ‘socialismo autóctono’ y, por ende, ajustado a su historia, a su idiosincrasia, a su cultura y a su peculiar inserción (como un pequeño Estado socialista, tercermundista, latinoamericano y caribeño) en el sistema internacional de Estados, en el subsistema interamericano y en ‘la economía mundo’”. (Luis Suárez Salazar, *La “actualización” del socialismo cubano. Otra mirada desde sus utopías*)

“Novamente em Cuba nos vemos obrigados a repensar nossa transição socialista, e o desafio imediato e que mais define o socialismo cubano encontra-se, de novo, na economia. O dilema se define agora entre a transição de um socialismo fracassado para um socialismo viável, ou a transição para um capitalismo que amavelmente nos aconselham como realizável com ‘rostro humano’. [...] Porque com o socialismo viável acontece o mesmo que com a democracia participativa: carece de referente concreto; de modo que todos, ou quase todos, queremos isso, mas não sabemos como será, nem por onde começar. Até agora temos mais clareza sobre o que faltou na experiência socialista do que sobre as propostas adequadas para refazê-la. Em qualquer caso, com ‘rostro humano’, o futuro só poderá ser socialista, porque a lógica do capital acabará sempre engolindo qualquer empenho contínuo de justiça social, de amparo ante a pobreza, de fórmula social equitativa.” (Aurélio Alonso, *Cuba: a sociedade após meio século de mudanças, conquistas e contratempos*)

SUMÁRIO

Introdução

Parte 1

A TRANSIÇÃO CUBANA E A ATUALIZAÇÃO DO MODELO:
MUDANÇAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS SOB O GOVERNO DE RAÚL CASTRO 15

REVOLUÇÃO E RELIGIÃO:
AS RELAÇÕES ENTRE A IGREJA E O ESTADO NA CUBA CONTEMPORÂNEA 35

REVOLUÇÃO, FOTOGRAFIA E CONSTRUÇÃO NARRATIVA:
A "ÉPICA REVOLUCIONÁRIA CUBANA" 55

Parte 2

REVISITANDO A GUERRA FRIA:
AUTONOMIA RELATIVA E DEPENDÊNCIA NA RELAÇÃO CUBA – URSS 87

A RETOMADA DOS LAÇOS DIPLOMÁTICOS ENTRE CUBA E EUA:
ENTRE O FIM DA GUERRA FRIA E A NORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES? 111

O *SOFT POWER* CUBANO:
DO CARISMA REVOLUCIONÁRIO À DIPLOMACIA SOCIAL 127

POLÍTICA EXTERNA, REVOLUÇÃO E DESENVOLVIMENTO:
UM BALANÇO DAS RELAÇÕES BRASIL-CUBA 147

INTRODUÇÃO

Poucos países passaram, em tão pouco tempo, por mudanças tão intensas e profundas como Cuba, desde a segunda metade do século passado. Em menos de cinco décadas, o país passou por inúmeras transformações, começando por processo de transição socialista, alinhado ao modelo soviético, que atingiu todas as esferas da vida social e as relações políticas, econômicas, sociais e culturais. Quando tal processo parecia se estabilizar, a derrocada do campo socialista e o desaparecimento da URSS, na última década do século XX, conduziram a ilha caribenha à mais profunda crise econômica e social de sua história, com efeitos que ainda persistem, apesar da recuperação de certos indicadores, e foi denominado, oficialmente, de Período Especial em Tempos de Paz.

Mais recentemente, desde a ascensão de Raúl Castro, o país vem desenvolvendo uma transição multidimensional marcada por mudanças e transformações (econômicas, sociais e políticas) denominada, oficialmente, de Atualização do Modelo, que tende a ser mantido por seu sucessor, Miguel Díaz-Canel, recentemente empossado.

Em decorrência desses eventos, e apesar dos avanços recentes, boa parte da sociedade e da academia brasileira desconhece ou ignora a realidade cubana contemporânea. Tal desconhecimento está associado a dois fatores fundamentais, dentre outros. Primeiro, ao que Francisco de Oliveira denominou de “Fronteiras invisíveis”, que sempre foram mais sutis, profundas e eficazes que as fronteiras oficiais¹, e provocaram um distanciamento histórico de nosso país em relação à região (e a Cuba) impulsionado por diversas razões (políticas, econômicas, culturais, geopolíticas...).

Além disso, no caso mencionado, tem predominado a “lógica da eterna Guerra Fria”, que dificulta o desenvolvimento de análises amplas, objetivas e equilibradas sobre a ilha caribenha, principalmente de sua realidade atual. Dessa

¹ Como aponta Oliveira: “A sugestão do título deste ensaio é de que fronteiras invisíveis entre o Brasil e América Latina sempre foram mais eficazes para a falta de intercâmbio que as fronteiras oficiais. Terão perdido eficácia tais fronteiras invisíveis? Parece que foram substituídas pela globalização como a nova fronteira, invisível, mas bem presente. [...] Enfim, num mundo de crescente complexidade, o projeto latino-americano ainda não conseguiu se construir como outro pólo de poder, economia e cultura. Continuamos a erguer entre nós fronteiras invisíveis” (OLIVEIRA, F. de. *Fronteiras Invisíveis*. In: NOVAES, A. (Org.). *Oito visões sobre a América Latina*. São Paulo: Editora Senac, 2006. p. 23-48).

forma, esta obra pretende, humildemente, contribuir para a superação do desconhecimento ou de visões distorcidas sobre a realidade contemporânea de Cuba.

Para tanto, esta obra consiste numa coletânea de textos, publicados ao longo dos últimos anos em diversas revistas, frutos de uma permanente dedicação e curiosidade acadêmica e humana de compreensão da ilha caribenha. Esses textos articulam, de forma sistemática, mas não completa ou exaustiva, duas dimensões de temáticas que marcam a realidade atual de Cuba: uma análise da *dinâmica interna* da sociedade cubana, em algumas esferas da vida social, e uma análise da *atuação e inserção internacional* do país, considerando sua reinserção no contexto internacional e regional contemporâneo. Essas duas temáticas constituirão, portanto, as duas partes do livro.

Na primeira parte, a análise da dinâmica interna está organizada segundo diferentes aspectos formadores de tal dinâmica interna. O primeiro texto analisa as mais recentes transformações políticas e econômicas em Cuba, sob Raúl Castro, discutindo a transição cubana e a atualização do modelo. O segundo trata da relação entre a Igreja Católica e o Estado em Cuba, desde o início do processo revolucionário (1959) até os dias atuais. Aponta, ainda, a emergência da Igreja Católica como ator fundamental da sociedade civil no atual contexto político cubano. Finalmente, o último artigo dessa parte analisa a *épica revolucionária*, discutindo como a fotografia foi fundamental para a construção da narrativa mitológica sobre a Revolução Cubana, seus principais líderes e acontecimentos, contribuindo, desde os anos 1960, para o desenvolvimento de uma perspectiva épica sobre suas ações e realizações.

A seção seguinte, que considera a inserção internacional do país no novo contexto mundial, apresenta a seguinte disposição. O primeiro artigo revisita a Guerra Fria e analisa as relações entre Cuba e URSS, apontando a (tensa) articulação entre a dependência (em certas áreas) e uma autonomia relativa na esfera internacional. O artigo seguinte discute o processo de retomada dos laços diplomáticos com os EUA, oficializados em 2014, e os desafios para uma normalização efetiva de tais relações. O penúltimo trabalho analisa a projeção internacional da Revolução Cubana, discutindo os contornos de seu *soft power* na atualidade e demonstrando que a Diplomacia Social, em distintas áreas, tem substituído o carisma de sua liderança na projeção positiva do país. Por fim, o último texto realiza um balanço das relações entre Brasil e Cuba no século passado e procura compreender a dinâmica das relações Brasil-Cuba neste novo século.

Agradeço, pela convivência, troca de experiências e debate intelectual, aos colegas do curso de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e dos demais cursos da Faculdade de Ciências Humanas (FCH)

da UFGD, e aos amigos, de fato, do Departamento de Ciências Sociais e de Demografia da UFRN, além de inúmeros outros espalhados por diversas instituições como a UFPR, UFBA e UFMT, dentre outras, ou de organizações e movimentos sociais fora do âmbito acadêmico.

De modo especial, agradeço a Guillermo A. Johnson e Anatólio M. Arce, que contribuíram na discussão e elaboração de alguns destes trabalhos, conforme indicação nos textos, e no amadurecimento de algumas visões e ideias, embora assumo toda a responsabilidade pelas eventuais limitações ou equívocos.

Finalmente, agradeço, especialmente, à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPP), pelo apoio e financiamento, e à Editora da UFGD, pelo apoio, excelente trabalho e oportunidade.

Que esta obra possa contribuir, ainda que modestamente, para despertar a curiosidade e o interesse pelos estudos sobre América Latina e, particularmente, sobre Cuba, com os quais partilhamos um passado, um presente e um destino comuns.

A todos, boa leitura!

Parte 1

A TRANSIÇÃO CUBANA E A ATUALIZAÇÃO DO MODELO: MUDANÇAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS SOB O GOVERNO DE RAÚL CASTRO²

Introdução

Com o fim do bloco soviético, Cuba enfrentou sua mais grave crise, econômica e política, desde o início de seu projeto revolucionário. Tal período, denominado internamente como Período Especial em tempos de Paz, desafiou sobremaneira sua liderança e, para muitos analistas e opositores, iria culminar com a derrocada do regime. Para enfrentar tal crise, o país passou por uma série de transformações políticas e, principalmente, no campo econômico, como resposta aos graves desafios enfrentados pelo novo cenário internacional.

Nesse contexto, novas experiências de gestão pública foram estimuladas e ocorreu uma lenta abertura econômica, com o incentivo do turismo, o desenvolvimento de parcerias em mineração e outras áreas, a emergência de novas formas de trabalho e propriedade e um reordenamento dos parceiros internacionais que, entre outras, contribuíram para uma relativa recuperação econômica. Tal processo, definido por alguns como uma retirada estratégica, contribuiu para a manutenção do projeto instaurado, quatro décadas antes, conduzido pela liderança cubana, tendo Fidel Castro à frente. No entanto, o país continua enfrentando inúmeros desafios políticos e econômicos, internos e externos, para se adaptar ao novo contexto regional e internacional.

Tal situação realçou os laços (e destinos) latino-americanos do projeto cubano, possibilitando a constatação de que sua história recente condensa boa parte dos sonhos e dilemas latino-americanos, associados ao desenvolvimento e à justiça social. Isso porque, por um lado, a construção de uma sociedade fundamentada na igualdade e justiça social conduziu o país à alternativa socialista que, no entanto, foi condicionada pelo modelo soviético e pelos limites da Guerra Fria. Por outro, apesar das transformações revolucionárias e da melhoria dos indicadores sociais, a situação atual evidencia os limites do desenvolvimento na região, independente do modelo trilhado, e, com ele, da desigualdade que volta a rondar a ilha caribenha e toda a região.

² Uma versão deste texto está aprovada e será publicada na *Revista Civitas* (Revista de Ciências Sociais), v. 18, n. 3, prevista para dezembro de 2018.

Nesse sentido, é possível apontar que, como indica Boaventura Santos (2009), a situação cubana, com seus problemas e desafios, pode ser compreendida a partir da análise do desequilíbrio entre dois pilares fundamentais de qualquer processo revolucionário: a resistência e alternativa. No caso cubano, considerando o contexto, os conflitos com a superpotência e o alinhamento com o modelo soviético (embora com relativa autonomia), enfim, as opções escolhidas nas décadas anteriores, a primeira dimensão (resistência) acabou prevalecendo. Essa opção realçou certos elementos do socialismo real, relacionados a determinado modo de conduzir a política e a economia, e solapou outros, associados à construção de alternativas inovadoras, que, neste momento, estão sendo buscadas diante da nova realidade.

Além disto, vale destacar que, no início deste novo século, o regime cubano enfrentou outro desafio fundamental com o afastamento de Fidel, que faleceu recentemente, e a transmissão de poder, inicialmente provisória e em seguida definitiva, a Raúl Castro. Apesar de ser considerado o segundo homem da Revolução, Raúl teve não somente de lidar com desconfianças em relação à sua capacidade política, mas, principalmente, com a continuidade do processo de atualização do modelo e de liberalização econômica, como ampliar tal processo a outras esferas da vida social e política da ilha caribenha. Nesse sentido, inaugura um período de transição, que atinge inúmeras dimensões sociais e intelectuais, de corte geracional, e que envolve mudanças profundas e novas concepções sobre a organização política e econômica das estruturas do país, procurando superar, definitivamente, as heranças do modelo soviético.

Considerando esse contexto, este trabalho procura realizar um balanço, parcial, da atuação governamental de Raúl Castro, analisando a dinâmica e os impactos das reformas econômicas e políticas que estão se desenvolvendo em Cuba.

Para tanto, além desta introdução e da conclusão, o artigo divide-se em algumas seções. A próxima seção discute os impactos da queda do bloco soviético, considerando seus efeitos no ideário e nas estruturas, econômicas e políticas, do país, bem como as respostas imediatas e as iniciativas para superação desses desafios. Em seguida, analisa o processo de atualização do modelo, implementado por Raúl Castro, discutindo a introdução de um novo perfil governamental, de caráter pragmático e voltado para a solução de problemas concretos. Como resultado de tal atualização, discute-se o conjunto de reformas que estão se desenvolvendo no país, destacando aquelas relacionadas à política e à economia, que afetam a situação interna, e a inserção internacional de Cuba, bem como os dilemas e desafios para sua continuidade.

Cuba e a queda do bloco soviético: o fim de uma ilusão?

O fim do bloco soviético, e particularmente da URSS, atingiu profundamente Cuba, devido aos intensos laços que foram gestados entre o país e a comunidade socialista desde a Revolução Cubana. Essas relações haviam determinado grande parte da organização econômica, política, militar e social do país, com a incorporação, em maior ou menor medida, do modelo soviético, apesar da relativa autonomia cubana no cenário internacional (AYERBE, 2004; SADER, 2001; BANDEIRA, 1998; COGGIOLA, 1998; POMAR, 2016).

O rompimento, involuntário e inesperado, trouxe um duplo impacto de grande magnitude. No plano interno, conduziu o país a sua mais grave crise econômica e social, desde o advento da Revolução e, talvez, de toda a sua história. Tal crise, no entanto, apenas revelava outro desafio. No plano internacional, o rompimento das relações comerciais e diplomáticas com antigos aliados conduziu o país a um relativo isolamento econômico e político no cenário internacional que, de imediato, obrigava sua liderança a reformular todo o sistema de relações internacionais (econômicas e políticas), seja para solucionar os efeitos da crise interna, seja para reinserir nação numa nova ordem que, em grande medida, mostrava-se adversa aos ideais revolucionários.

Nesse sentido, entre 1990 e 1993, Cuba perdeu de maneira abrupta 85% do mercado que havia acompanhado o país durante as três décadas anteriores, assim como suas principais fontes de crédito, de assessoria técnica e de intercâmbio tecnológico, o que provocou fortes desequilíbrios na balança de pagamentos, retrocesso econômico e aumento do desemprego e subemprego, entre outras consequências. A nação ainda perdia o abrigo geopolítico que significava a ordem bipolar e se encontrava mais exposta à situação de unipolaridade política-militar que se criava com a queda do socialismo (ALMENDRA, 1998; MESA-LAGO, 1998).

Para superar esse duplo desafio, a liderança cubana teve que promover ações que visassem à sobrevivência econômica e à reconstrução dos laços internacionais.

Em relação ao primeiro aspecto, o país desenvolveu, ao longo dos anos 1990, uma série de reformas econômicas, procurando ter acesso a recursos que foram retirados e impulsionando a indústria do turismo e a parceria internacional em certas áreas (hotelaria e mineração) que, a partir de 1997, permitiram o estancamento da crise e a retomada do crescimento econômico, embora de forma gradual. Da mesma forma, a parceria com o governo Chávez, principalmente no início do século XXI, permitiu o acesso a fontes energéticas, petróleo, e, posteriormente, a troca de serviços cubanos em diversas áreas (educação, esportes, cultura e, em menor medida, inteligência), através do exercício da diplomacia social, promovendo o crescimento e a captação de recursos, embora não tenha recuperado os níveis de 1989.

Em relação à política externa, o país redefiniu seus laços e parcerias internacionais, diversificando seu comércio internacional e construindo vínculos estratégicos (ALZUGARAY TRETÓ, 2003). Tal processo foi relativamente eficaz, quando se observa sua contribuição para a retomada do crescimento econômico e para a superação do isolamento internacional a que o país se viu submetido. Dessa forma, conseguiu se reinserir efetivamente na América Latina, aprofundando laços com Canadá, México e Brasil, entre outros, e recompor seus laços globais, retomando seus laços com a Rússia e China, por exemplo. Embora persistam dúvidas sobre os efeitos e a continuidade da aliança com a Venezuela, que está longe de repetir o padrão de concentração existente nos tempos da URSS, concordamos com Serbin ao afirmar que:

Neste contexto, o balanço entre a necessidade de diversificação das relações externas, a renovação e aprofundamento dos acordos econômicos e de alianças e vínculos estratégicos, e a atração de fluxos financeiros e comerciais, por um lado, e a resistência às pressões externas para introduzir reformas políticas na ilha, tem sido um componente particularmente complexo da política externa cubana na primeira década do século XXI. Neste sentido, um primeiro balanço em termos de reestruturação e diversificação dos vínculos externos de Cuba na última década, mostra claramente um saldo favorável, tanto em termos de alianças estratégicas desenvolvidas com Venezuela e os membros da Alba, e de uma plena reintegração regional no Caribe e na América Latina, como em função da recomposição e diversificação de seus vínculos globais, tanto na área do Atlântico, com suas diferenças e nuances, como no sistema internacional em geral.³ (SERBIN, 2011, p. 255, tradução nossa).

Tal processo, embora iniciado sob a liderança de Fidel Castro, adquiriu um novo impulso e uma nova dinâmica com a adoção de inúmeras iniciativas na política interna e externa do país, com a ascensão Raúl Castro, que serão discutidas a seguir.

³ “En este contexto, el balance entre la necesidad de diversificación de las relaciones externas, la renovación y profundización de acuerdos económicos y de alianzas y vínculos estratégicos, y la atracción de flujos financieros y comerciales, por un lado, y la resistencia a las presiones externas para introducir reformas políticas en la isla, ha sido un componente particularmente complejo de la política exterior cubana en la primer década del siglo XXI. En este marco, un primer balance en términos de la recomposición y diversificación de los vínculos externos de Cuba en la última década, arroja un saldo claramente favorable — tanto en términos de las alianzas estratégicas desarrolladas con Venezuela y los miembros del ALBA, y de una re-inserción regional plena en el Caribe y en América Latina, como en función de una recomposición y diversificación de sus vínculos globales, tanto en el ámbito atlántico, con sus altibajos y matices, como en el sistema internacional en general.”

Raúl Castro: mudança sem rupturas ou continuidade com reformas

Diante de tal quadro, a partir de 2006 o país também enfrentou uma transição de sua liderança política. A transição que Raúl Castro parece representar é algo distinto do que se chamou, nos rastros das chamadas ondas de democratização, de transitologia. Essa concepção designava processos de transição em relação a duas dimensões distintas: a) societal: indicando as transições que ocorreram, principalmente, no Leste Europeu, nas mudanças dos regimes comunistas para liberais; b) política: indicando outros processos de transição de ditaduras a democracias, principalmente na América Latina, demonstrando a passagem do exercício autoritário (de caráter militar) para um exercício democrático do poder (em mãos civis). No caso cubano, a transição parece apontar mudanças, mas, até o momento, não indica a mudança de regime, nos sentidos apontados aqui.

Como afirma Alzugaray Treto (2007), não se está discutindo a mudança de regime, mas uma tentativa de buscar novas formas de governar a sociedade, de atualização do modelo, que inclui uma passagem geracional. Dessa forma, percebe-se que, até o momento, se trata de mudança com continuidade, procurando manter os elementos fundamentais do processo instaurado em 1959, com a atualização dos princípios socialistas. Trata-se, também, de um processo novo, mais desafiante e instigador do que os processos anteriormente tentados, inclusive no âmbito dos regimes comunistas do século passado⁴.

Outro aspecto relevante da transição cubana refere-se ao fato de que a transmissão de poder de Fidel para Raúl Castro ocorreu, apesar dos temores e insinuações, sem traumas e, de certa forma, sem grandes tensões ou contradições. Em suma, foi marcada pela normalidade, diferenciando-se de outras experiências socialistas, demonstrando que a continuidade, mais do que a ruptura, parece ser a tônica desse novo período. Enfim, esse processo vem sendo conduzido sob a ótica da atualização do modelo.

A atualização do modelo cubano refere-se ao debate que emergiu nos anos 1990 e princípios deste novo século, ainda sob a liderança de Fidel Castro, com a discussão sobre os rumos do socialismo cubano, mas que adquiriu impulso renovado nos últimos tempos.

⁴ Segundo Alzugaray Treto: “O extraordinário êxito político de Fidel Castro, nestes quarenta e sete anos, foi precisamente a sua capacidade de conduzir a nação cubana ao cumprimento destas quatro reivindicações ancestrais e históricas: soberania e independência, justiça social, bom governo e viabilidade econômica. É certo que nem todas estas reivindicações foram alcançadas na forma e magnitude ideais, mas não há dúvida de que a situação de Cuba é hoje radicalmente diferente da que existia em 1958 e que essa transformação se produziu na direção desejada pelo povo e pelas suas vanguardas políticas” (ALZUGARAY TRETO, 2007, p. 91).

O ponto de partida dessa discussão é a constatação de que o desaparecimento da URSS representou não apenas o fim de uma parceria, mas um questionamento sobre a natureza e os pressupostos que haviam orientado o ideário socialista ao longo do século passado. Os principais questionamentos estão orientados para a dimensão econômica, em relação à sua capacidade de promover desenvolvimento e gerar bem-estar, e ao aspecto político, em relação à participação e gestão do poder, aprofundando a democracia.

Nesse sentido, a liderança cubana parece compartilhar da constatação, expressada por Alonso (2011), de que:

Mas a caracterização dos efeitos sociais ficaria incompleta se não disséssemos que essa crise também teve uma dimensão espiritual para a sociedade cubana: uma crise de paradigma, de incerteza, de poder ou não poder prever o futuro (nem no plano existencial, nem no político), de não saber com certeza se continuaríamos a viver numa sociedade capaz de colocar metas e de se orientar com elas, capaz de cumpri-las ou de não cumpri-las, e de corrigir rumos. Novamente em Cuba nos vemos obrigados a repensar nossa transição socialista, e o desafio imediato e que mais define o socialismo cubano encontra-se, de novo, na economia. O dilema se define agora entre a transição de um socialismo fracassado para um socialismo viável, ou a transição para um capitalismo que amavelmente nos aconselham como realizável com “rosto humano”. Sabemos que na agenda cubana prevaleceu e prevalece a primeira opção, mas que não se pense que nunca houve nessa sociedade motivações para o “rosto humano”, nem que se trate de uma ideia fora de moda no país. Porque com o socialismo viável acontece o mesmo que com a democracia participativa: carece de referente concreto; de modo que todos, ou quase todos, queremos isso, mas não sabemos como será, nem por onde começar. Até agora temos mais clareza sobre o que faltou na experiência socialista do que sobre as propostas adequadas para refazê-la. Em qualquer caso, com “rosto humano”, o futuro só poderá ser socialista, porque a lógica do capital acabará sempre engolindo qualquer empenho contínuo de justiça social, de amparo ante a pobreza, de fórmula social equitativa. (ALONSO, 2011, p. 39).

Dessa forma, é possível retomar a reflexão de Boaventura Santos de que os limites do processo cubano estiveram associados ao desequilíbrio entre a resistência e a alternativa, pois, como afirma:

Todos os processos revolucionários modernos são processos de ruptura que assentam em dois pilares: a resistência e a alternativa. O equilíbrio entre eles é fundamental para eliminar o velho até onde é necessário e fazer florescer o novo até onde é possível. Devido às hostis condições externas em que o processo revolucionário cubano evoluiu — o embargo ilegal por parte dos EUA, a forçada solução soviética nos anos setenta, e o drástico

ajustamento produzido pelo fim da URSS nos anos noventa — esse equilíbrio não foi possível. A resistência acabou por se sobrepor à alternativa. E, de tal modo, que a alternativa não se pôde expressar segundo a sua lógica própria (afirmação do novo) e, pelo contrário, submeteu-se à lógica da resistência (a negação do velho). (SANTOS, 2009, p. 2).

Com base nesse resultado, Santos procura apontar que a crise do socialismo real permitiu a revisão do modelo e uma necessária atualização do ideário socialista. Para tanto, os elementos associados à alternativa devem se destacar e propiciar a revisão dos aspectos associados à política (democracia, participação, Estado...) e à economia (diversas formas de propriedade, gestão, meio ambiente...). Dessa forma, apesar dos profundos desafios que o país enfrenta na atualidade, sua situação cubana pode ser interessante, pois: “A situação privilegiada de Cuba no domínio da experimentação económica está no facto de poder definir, a partir de princípios, lógicas e objectivos não-capitalistas, as regras de jogo em que podem funcionar as organizações económicas capitalistas” (SANTOS, 2009, p. 18).

No escopo desse debate, impulsionado também pela atuação de várias entidades cubanas, como a Associação dos Economistas Cubanos e os centros acadêmicos, e da sociedade civil, emergiu a discussão sobre os modelos viáveis de socialismo neste século⁵. Neste sentido, foram discutidos os modelos chinês e vietnamita, apontando os aspectos positivos e negativos de tais experiências. Apesar disso, a conclusão foi de que as inúmeras diferenças com tais experiências (país insular, perfil populacional, qualidade dos recursos humanos, tradição latino-americana, perfil econômico, proximidade com os EUA, entre outras) parecem indicar a necessidade de busca de um modelo próprio, a ser construído (MONREAL, 2008; PÉREZ VILLANUEVA, 2010; HABEL, 2009; LAMBIE, 2009).

Assim, tal debate e as mudanças introduzidas no país, desde a ascensão de Raúl Castro, podem ser inseridas no que Pomar (2016) denomina de “retirada estratégica”, indicando uma nova forma de organizar a política interna e a inserção internacional do país, adaptando-se à nova realidade internacional:

⁵ Embora existam vozes limitadas que defendam a adoção do livre mercado, dentro dos círculos governamentais e acadêmicos é possível destacar, como indica Harnecker, que se debatiam três perspectivas: “Tres principales posiciones ideológicas están detrás del debate sobre cambios contemporáneos en Cuba: la posición estadista, la cual busca perfeccionar un socialismo del Estado de arriba para abajo; la posición economicista, que defiende el socialismo de mercado; y la posición autogestionaria, que favorece el socialismo democrático y la participación de los trabajadores en las decisiones empresariales. Estas visiones coinciden en gran parte en mantener que el objetivo de largo plazo debería ser una sociedad más justa, liberada de apuros económicos. Pero se distinguen marcadamente en el modo en que se entiende la justicia y la libertad y por ende el socialismo” (HARNECKER, 2013, p. 107).

A partir daí, até 1998, Cuba fez um esforço sobre-humano para sobreviver ao naufrágio do socialismo de tipo soviético no contexto de uma forte ofensiva mundial de caráter neoliberal. Esse período, que os cubanos chamam de “especial”, foi suportado sem mudanças significativas. Tal “modelo soviético” permaneceu mesmo quando a situação interna teve certa melhora, o que ocorreu quando emergiram governos progressistas e de esquerda na América Latina. No entanto, tendo em conta as dificuldades enfrentadas internamente pelos cubanos, a crise no mundo capitalista desenvolvido, a emergência da China e do Vietnã como países socialistas em forte desenvolvimento, bem como a transformação de antigas semicolônias africanas e asiáticas em países em processo de desenvolvimento industrial, ficou evidente que o modelo de construção socialista em Cuba precisava de profundas reformas para enfrentar os novos desafios nacionais e internacionais. Os debates sobre essas reformas, que os cubanos têm chamado de “atualização”, parecem representar uma retirada estratégica no contexto dos impasses da emergência progressista na América Latina, África e Ásia, do surgimento da China como país socialista de mercado e como grande potência econômica, da crise capitalista internacional e do reordenamento das relações com os Estados Unidos. (POMAR, 2016, p. 19).

Torna-se evidente, portanto, que o desafio fundamental, enfrentado pela liderança cubana com Raúl Castro à frente, é a de um socialismo viável, econômica e politicamente, adaptado à nova realidade mundial, que só poderá se desenvolver com a realização de transformações, estruturais e graduais, no modelo vigente. Nesse sentido, Habel (2009) aponta que o desafio é enorme, visto que:

Deve redefinir um projeto de desenvolvimento viável sob novas condições históricas e geopolíticas; garantir a estabilidade do país; organizar o revezamento entre os antigos líderes históricos e as novas gerações; e, além disso, iniciar negociações com o governo Obama.⁶ (HABEL, 2009, p. 91, tradução nossa).

As mudanças políticas conduzidas por Raúl — que, pouco a pouco, conseguiu implementar seu estilo, redefinindo objetivos e prioridades — se orientam por uma inovação que supera a mera repetição da gestão de seu irmão e que, conforme aponta Alzugaray Treto (2007), parecem se basear em um dito popular cubano, segundo o qual, “o que imita, fracassa”, e se desenvolvem em três aspectos.

⁶ “Debe redefinir un proyecto de desarrollo viable en condiciones históricas y geopolíticas nuevas; garantizar la estabilidad del país; organizar el relevo entre los antiguos dirigentes históricos y las nuevas generaciones; y, además, iniciar negociaciones con la administración Obama.”

O primeiro refere-se à adoção de um perfil pragmático⁷, procurando discutir e solucionar problemas, principalmente econômicos, sem a utilização da retórica marxista (MESA-LAGO, 2012; ALZUGARAY TRETO, 2007). Tal pragmatismo também está associado ao tratamento das questões relativas à organização do Estado, ao espaço da sociedade civil cubana, principalmente a Igreja Católica, e aos debates relativos às questões de gênero, trabalhistas e migratórias. Além disso, tal pragmatismo apresentou, como um de seus principais resultados, a retomada das relações diplomáticas entre Cuba e EUA, em 2014, cujos desdobramentos apenas começaram⁸.

De fato, a recente e histórica visita do ex-presidente Obama a Cuba, em março de 2016, representa a demonstração dessa forma de atuar e, apesar das diferenças de concepções, foi marcada pela cordialidade e pragmatismo, no que se refere ao aprofundamento das relações. Dessa forma, tal visita, embora tenha contribuído para consolidar o processo de retomada dos laços, demonstra, também, que ainda há um longo caminho para uma efetiva normalização que pode, inclusive, sofrer paralisias ou retrocessos, como tem ocorrido recentemente, sob a administração Trump.

Isso pode ser verificado na declaração de imprensa, que antecedeu a visita de Obama, do Ministro do Comércio Exterior e de Investimentos Estrangeiros, Rodrigo Malmierca Díaz, que destacou que, apesar dos avanços, o obstáculo fundamental para a normalização das relações continuaria sendo o embargo econômico estadunidense, pois:

O bloqueio é o principal obstáculo ao desenvolvimento de Cuba, como evidenciado pelos danos que causou ao nosso país, que supera os 121 bilhões de dólares. Mesmo adotando medidas como as que acabei de mencionar, que estão ao alcance dos poderes executivos do presidente Barack Obama, não conseguimos uma normalização real das relações, pois o bloqueio continuaria em vigor e se mantém pendente a solução de outras questões, de grande importância para Cuba, como por exemplo, a devolu-

⁷ Referindo-se à participação de Raúl na Assembleia Nacional do Poder Popular, em 2006, o autor menciona que: “Em conformidade com a sua anterior atuação, fomentou o debate sobre temas concretos e em particular sobre a necessidade de pagar aos camponeses os produtos entregues ao Estado, em relação ao qual existia muito atraso. Insistindo em que não aceitaria justificações, exigiu que os responsáveis explicassem o que se havia passado.” (ALZUGARAY TRETO, 2007, p. 96).

⁸ Mesa-Lago (2012) aponta que, além dos aspectos citados, o pragmatismo de Raúl Castro se revela nos seguintes aspectos: restrições ao programa “Batalla de las Ideas” que possuía orçamento maior que vários ministérios, ações de descoletivização, descentralização, conexão entre política fiscal e atuação do Estado, expansão do trabalho autônomo, entre outros.

ção do território ocupado pela base naval de Guantánamo.⁹ (MALMIER-CA DÍAZ, 2016, p. 1, tradução nossa).

Assim, em seu discurso, no Grande Teatro de Havana, Obama reconheceu que era necessário superar a herança da Guerra Fria, que havia orientado a política do país, pois, segundo ele:

Mas ainda muitas pessoas perguntam: Por que agora? E por que agora? E há uma resposta simples: o que os Estados Unidos estavam fazendo não funcionou. Temos que ter a coragem de reconhecer a verdade: uma política de isolamento projetada para a guerra fria não tem sentido no século XXI, o embargo feria aos cubanos ao invés de ajudá-los.¹⁰ (OBAMA, 2016, tradução nossa).

Mesmo assim, a visita, considerando as estratégias e objetivos de cada parte, foi exitosa, embora os principais desafios continuem persistindo e adquiriram uma nova ênfase na atual administração estadunidense. O primeiro refere-se aos conflitos e impasses que podem gerar as demandas cubanas (o fim do embargo econômico, a devolução de Guantánamo, dentre outras) e as norte-americanas (sistema político, indenizações, direitos humanos, dentre outras). Além disto, é preciso verificar se tal aproximação terá continuidade em novas administrações e, principalmente, se representa uma mudança efetiva nos interesses estratégicos estadunidenses em relação a Cuba e à América Latina¹¹.

Por fim, vale apontar que a continuidade de tal processo depende, em grande medida, da dinâmica da política interna de cada nação, como estamos observando nas declarações e iniciativas da nova administração estadunidense.

⁹ “El bloqueo es el principal obstáculo al desarrollo de Cuba, como lo demuestran los perjuicios que ha provocado a nuestro país, que superan los 121 mil millones de dólares. Aun adoptando medidas como las que acabo de mencionar, que están al alcance de las facultades ejecutivas del presidente Obama, no podríamos alcanzar una real normalización de las relaciones, pues el bloqueo seguiría vigente y se mantendría pendiente la solución de otros temas de alta importancia para Cuba, como por ejemplo, la devolución del territorio ocupado por la base naval de Guantánamo.”

¹⁰ “Pero todavía muchas personas preguntan: ¿Por qué ahora? ¿Y por qué ahora? Y hay una simple respuesta: Lo que estaba haciendo Estados Unidos no funcionaba. Tenemos que tener la valentía de reconocer la verdad: una política de aislamiento diseñada para la guerra fría no tiene sentido en el siglo XXI, el embargo hería a los cubanos en vez de ayudarlos.”

¹¹ Para uma análise deste processo, suas motivações, dinâmica e perspectivas, ver, entre outros, os trabalhos de Pecequillo e Forner (2015), Morgenfeld (2014), López Segrera (2015), e Silva (2017).

Como apontava Juan Valdés:

Em termos mais gerais, as próximas etapas do processo de normalização enfrentarão no lado norte-americano as modalidades que as futuras administrações darão à sua política em relação a Cuba e ao peso que elas terão em suas premissas geopolíticas. Do lado cubano, influenciará o progresso de sua recuperação econômica, mudanças institucionais e o grau de penetração que os Estados Unidos alcançaram, até então, na economia e na sociedade cubana.¹² (VALDÉS PAZ, 2016, tradução nossa).

De toda forma, apesar das incertezas sobre sua continuidade, tal processo parece demonstrar como o pragmatismo foi incorporado à atuação política de Raúl Castro nos temas internacionais e nas questões domésticas, como apontam diversos autores, procurando soluções concretas para os problemas enfrentados, embora permaneçam alguns princípios ideológicos (ALZUGARAY TRETO, 2007; HABEL, 2009; MESA-LAGO, 2012).

Historicamente, a liderança de Raúl Castro esteve associada à reorganização das Forças Armadas e à sua capacitação, enquanto Fidel Castro ascendeu como a voz externa da Revolução. Assim, apesar de iniciativas no que se refere à reorientação das parcerias internacionais, a inserção em mecanismos regionais, a manutenção de alianças estratégicas (Venezuela e China) e a participação cubana nos processos de paz da região (Colômbia), a ênfase de sua gestão tem sido a discussão e a solução dos problemas internos como um dos pilares fundamentais para a atualização do modelo cubano. Em suma, Raúl Castro, embora considerando a idade e a conjuntura atual, procura dedicar suas energias para o debate interno e não apresenta grandes pretensões e iniciativas de projeção internacional, como fez Fidel Castro em outros momentos.

Finalmente, como aponta Alzugaray Treto (2007), Raúl tem se destacado pela ênfase na liderança coletiva e por evitar o protagonismo público e discursivo. Dessa forma, seus discursos, principalmente na Assembleia Nacional do Poder Popular, têm destacado a divisão de tarefas e a necessidade de ampliação de espaços para as novas gerações. Ainda nesse aspecto, ele já indicou que não pretende continuar à frente do governo depois deste período, reafirmando que as lideranças não devem permanecer indefinidamente no poder.

¹² “Más en general, las próximas etapas del proceso de normalización se enfrentarán del lado norteamericano a las modalidades que futuras administraciones darán a su política hacia Cuba y al peso que le darán en ella a sus premisas geopolíticas. Del lado cubano influirá la marcha de su recuperación económica, los cambios institucionales y el grado de penetración que los Estados Unidos hayan alcanzado para entonces en la economía y la sociedad cubana.”

A segunda dimensão refere-se à transição política, à renovação dos quadros governamentais e do partido e ao desenvolvimento de um novo arcabouço constitucional. Em relação a esse processo, Raúl já indicou que pretende estar à frente do governo até o primeiro semestre de 2018, enfatizando a necessidade de abrir espaços às novas gerações, e que o exercício do poder político deve ter uma temporalidade limitada. Além disso, tem promovido novos quadros, tanto no Comitê Central do Partido como à frente dos Ministérios, que representam as gerações mais novas. Essas novas gerações, apesar de manter os ideais revolucionários, possuem uma visão mais adaptada aos novos desafios e à realidade contemporânea, principalmente no que se refere à gestão pública¹³. Quanto às mudanças constitucionais, com o apoio da Assembleia Nacional do Poder Popular, o governante cubano tem desenvolvido uma série de decretos e impulsionado uma nova legislação que estabelece marcos para uma série de reformas administrativas e estruturais, analisadas adiante, procurando atualizar o modelo.

A terceira dimensão refere-se às mudanças iniciadas ao longo destes anos que se consolidaram ou que ainda estão em andamento. Estas podem ser agrupadas em três aspectos: administrativas, não estruturais e estruturais.

As principais reformas administradas, desenvolvidas desde o início da gestão de Raúl Castro, que buscam melhorar a eficiência e reduzir o custo fiscal foram: reorganização de entidades, através da fusão e fechamento de Ministérios e entidades estatais (2007); aperfeiçoamento empresarial, através da descentralização, controle e incentivos às empresas (2007); campanhas contra indisciplina laboral e corrupção, desenvolvendo mecanismos de regulação mais severos à corrupção (2007) e maior abertura às críticas, propiciando maior espaço na imprensa oficial aos problemas, debates em revistas e análises acadêmicas (2007). Os objetivos principais, que se inserem na perspectiva de atualização do modelo, referem-se à melhoria da coordenação, produtividade e maior eficiência do Estado e suas entidades, bem como na detecção e solução de problemas do modelo cubano, dentro dos parâmetros estabelecidos. Dentre os principais efeitos dessas medidas pode-se apontar a diminuição de empresas e entidades estatais e a prisão de vários funcionários (MESA-LAGO, 2012, p. 277).

Quanto às reformas não estruturais, as principais medidas adotadas foram: acesso a hotéis e restaurantes, propiciando acesso de todos os cubanos a essas

¹³ Como aponta Mesa-Lago: “Raúl ha logrado con éxito cuatro acciones políticas esenciales: una rápida y pacífica sucesión del poder después de la transferencia de Fidel; el reemplazo por cuadros leales de la gran mayoría de los dirigentes nombrados por su Hermano en los puestos superiores del gobierno y el partido; el reordenamiento de la elite basado en una coalición integrada por revolucionarios históricos, militares, secretarios provinciales del PCC, tecnócratas y gerentes; y el comienzo de la formación de una generación que eventualmente suceda a la actual e institucionalice el proceso de sucesión” (MESA-LAGO, 2012, p. 221).

instalações (2008); pagamento de dívidas, aumento dos preços pagos pelo Estado e venda de insumos aos camponeses e cooperativas, para aumentar a produção agrícola e diminuir a importação de alimentos (2007)¹⁴; autorização de táxis e transportes privados, para melhorar transporte público e promover maior ingresso fiscal (2008); aumento dos salários, para aumentar esforço laboral e produção e diminuir a brecha entre salários e preços; reforma e aumento das aposentadorias, com a ampliação do período para aposentadoria e melhoria do nível salarial dos aposentados (2008); redução da gratuidade e custo dos serviços estatais, eliminando certos subsídios estatais e diminuindo gasto público (2008-2011).

Apesar da diversidade, essas reformas apontam para uma melhoria das condições de vida (salários e pensões), bem como um aprimoramento do gasto social no país e a abertura ao mercado, de forma marginal e controlada. Os resultados foram uma melhoria da renda das pessoas, embora esta continue baixa, melhor qualidade do gasto social e, muito importante, um aumento de restaurantes e dos transportes privados que, até 2011, tinham recebido aproximadamente 47.652 licenças, e seguia em crescimento (MESA-LAGO, 2012, p. 277-279).

Finalmente, considerando o exposto anteriormente, Raúl Castro tem procurado desenvolver um conjunto de reformas estruturais, boa parte delas aprovadas em 2011, que são mais complexas e que buscam modificar as bases materiais e organizativas de funcionamento da economia. Para tanto, tem procurado desenvolver uma abertura do setor estatal, uma nova estrutura de propriedade, um aumento da produtividade (pública e privada), a criação de um mercado de ativos, a descentralização e, finalmente, o desenvolvimento do consumo e dos gastos privados (TORRES PÉREZ, 2014; RODRÍGUEZ, 2014).

Nesse sentido, foram aprofundadas ou adotadas, gradualmente, medidas econômicas e políticas, dentre as quais podemos destacar: entrega e usufruto de terras, com a entrega de terras ociosas do Estado, por contrato, a indivíduos e cooperativas, pois embora conte com 6,6 milhões de hectares de terras cultiváveis, apenas 50% estavam sendo utilizadas anteriormente; compra e venda de imóveis, fornecendo autorização para tais ações pelos residentes no país (proibidas desde a década de 1960), o que promoveu a criação de um mercado imobiliário (2011); compra e venda de automóveis (2011); demissões no setor estatal e expansão do emprego privado, com a demissão de funcionários ociosos e a permissão para o desenvolvimento de inúmeras atividades privadas, tendo os paladares (pequenos restaurantes que hoje somam aproximadamente 1500 empreendimentos) e os pequenos serviços como um dos principais espaços de atuação, em que atuam cerca de 330 mil autônomos (2010); flexibilização das viagens internacionais e

¹⁴ Alguns autores, como Nova (2010), apontam que a agricultura tem um papel estratégico fundamental no debate econômico cubano.

migração, eliminando ou diminuindo os entraves burocráticos para as viagens de cubanos ao exterior (2015).

A essas reformas já realizadas, devem ser agregadas outras, previstas, mas ainda não executadas, por diferentes razões, entre elas: a supressão do racionamento, que previa a eliminação da “libreta” ou de artigos específicos, prevista para o segundo semestre de 2012 e não executada devido aos efeitos sociais; e a eliminação da dualidade monetária, que serviria para acabar com a dualidade de moedas (CUC e CUP), melhorando o poder aquisitivo e acabando com as distorções. Embora prevista para o segundo semestre de 2012, esta última medida não foi implementada devido às dúvidas sobre os efeitos no câmbio e na capacidade do Estado de manter a moeda valorizada de forma adequada (MESA-LAGO, 2012, p. 278).

Esse conjunto de reformas fundamentais, às quais certamente podem ser acrescentadas outras, é o mais profundo e extenso, desde a consolidação do processo revolucionário cubano, e demonstra que o fundamental desafio cubano é a construção equilibrada da relação entre Estado, Sociedade e Mercado¹⁵, na promoção do desenvolvimento econômico e social.

Dessa forma, a atualização do modelo se confronta não apenas com aspectos relativos à economia e à política, mas engloba toda a sociedade e as políticas desenvolvidas desde os anos 1960, principalmente aquelas associadas diretamente aos avanços revolucionários. Como afirma López Segrera:

Com respeito às conquistas sociais alcançadas nos últimos 55 anos, e que hoje são patrimônio da nação cubana (como educação, saúde pública, segurança e assistência social, esportes, bens culturais e, em geral, altos níveis de justiça social), deve ser elaborado um novo modelo de acordo com as novas realidades. Isto implicará a manutenção e o desenvolvimento do sistema nacional de saúde pública, educação e segurança social, com fórmulas mais descentralizadas e menos burocratizadas, e também com um menor peso relativo para o orçamento central do Estado. O desenvolvimento positivo deste novo modelo no social será condicionado pelos cenários e pela adoção de alternativas que contribuam para

¹⁵ Neste sentido, vale destacar a análise de Lambie (2009) e o que aponta Pomar: “Em termos gerais, trata-se de realizar uma retirada estratégica do socialismo totalmente estatista para um socialismo de transição nacional em que o capitalismo, sob o comando do Estado socialista, deve contribuir para o desenvolvimento das forças produtivas e esgotar seu papel histórico em condições em que o mercado não seria totalmente burguês. Na União Soviética e no Leste Europeu essa retirada não chegou a ser realizada e o sistema socialista de tipo soviético afundou no mar do soerguimento do capitalismo. Na China e no Vietnã, cada um com suas características nacionais próprias, a retirada estratégica continua em curso, com os riscos e perigos que todo tipo de retirada envolve. Cuba parece haver sustentado o socialismo de tipo soviético até seus limites [...]” (POMAR, 2016, p. 94).

a cristalização das características do modelo econômico no que tem sido chamado de “*atualização do modelo econômico*”. O desafio é realizar um certo tipo de “ajuste” que não implique dessocialização. Isto, *sem eliminar as grandes conquistas sociais do processo revolucionário*.¹⁶ (LÓPEZ SEGRERA, 2015a, grifo nosso, tradução nossa).

Considerando os ideais históricos da Revolução Cubana, as implicações dessas reformas podem conduzir (ou não) à superação dos principais desafios que o país enfrenta no momento. No âmbito político, trata-se de manter a legitimidade do regime e a estabilidade política, promovendo uma transição política que conserve tais ideais e permita a ascensão de novas lideranças e quadros. No âmbito econômico, trata-se de buscar mecanismos que promovam o desenvolvimento com bem-estar, melhorando os indicadores econômicos e mantendo as conquistas históricas da Revolução, na área social, o que nos leva a mudanças cada vez mais complexas (RODRÍGUEZ, 2014; RODRÍGUEZ RUIZ, 2016).

Por outro lado, inúmeras incertezas pairam sobre tal processo. Em primeiro lugar, algumas dessas reformas (e outras indicadas como necessárias) foram perdendo impulso, ao longo dos anos, e, com a aproximação da saída de Raúl, tendem a ser postergadas ou desenvolvidas com menos amplitude e profundidade. Associado a isso, a transição de poder, que terá seu apogeu neste ano (2018), tem apontado para um tenso equilíbrio entre os setores históricos (principalmente militares) e os representantes das novas gerações (mais reformistas). Essa tensão indica que, provavelmente, o sucessor de Raúl será resultado de um acordo entre tais grupos, e somente com sua indicação precisaremos apontar a continuidade e, principalmente, os rumos que tal processo irá adquirir. Finalmente, a crise venezuelana e a dinâmica da normalização (ou não) das relações com os EUA também tendem a incidir sobre tal processo, pois têm efeitos imediatos no dia a dia dos cubanos e, no último caso, sua suspensão ou o retorno a uma espiral conflitiva irá incidir, econômica e politicamente, sobre a continuidade de tal processo.

¹⁶ “En lo que respecta a las conquistas sociales alcanzadas durante los últimos 55 años, y que hoy son patrimonio de la nación cubana (como educación, salud pública, seguridad y asistencia social, deportes, bienes culturales y en general niveles elevados de justicia social), debe elaborarse un nuevo modelo conforme a las nuevas realidades. Esto implicará mantener y desarrollar el sistema nacional de salud pública, educación y seguridad social, con fórmulas más descentralizadas y menos burocratizadas, e igualmente con una menor carga relativa para el presupuesto central del Estado. El desarrollo positivo de este nuevo modelo en lo social, estará condicionado por los escenarios y por la adopción de alternativas que contribuyan a la cristalización de los rasgos del modelo económico en lo que se ha denominado “*actualización del modelo económico*”. El reto consiste en llevar a cabo un cierto tipo de “ajuste” que no implique des-socialización. Esto es, *sin eliminar los grandes logros sociales del proceso revolucionario*.”

Se a análise desse processo de reformas, econômicas e políticas, e, principalmente, da condução do processo de transição em curso e da atualização efetiva do modelo nos permite desenvolver um balanço, adequado e positivo, da liderança de Raúl Castro, sua continuidade (e aprofundamento) será fundamental para a melhoria das condições de vida do país e para o futuro da Revolução Cubana.

Conclusão

Ao longo deste artigo, procuramos analisar as principais transformações, em curso, em Cuba sob a égide de Raúl Castro. Nesse sentido, destacamos que está em curso um processo de transição que se diferencia dos modelos tradicionais apontados na análise política (de alteração de regime ou de saída de regimes autoritários), pois se observa a tentativa de mudança com continuidade, no sentido de preservar valores nacionais, ou de atualização do socialismo, procurando superar, definitivamente, o modelo soviético.

Constata-se que, desde que assumiu o poder, Raúl Castro procurou incentivar e impulsionar o debate sobre as mudanças e opções que o país poderia adotar e, com base nessas discussões, tem implementado, de forma gradual, um conjunto de reformas, políticas e econômicas, que atingem múltiplas dimensões da vida social. No âmbito político, inúmeras inovações constitucionais foram introduzidas, procurando readequar a relação entre Estado, Sociedade e Mercado, e uma nova forma de gestão tem emergido, com mais transparência, responsabilização e, principalmente, com o desenvolvimento de mecanismos de participação e rejuvenescimento da liderança política. Além disto, ocorreu a introdução de uma lógica pragmática que, sem abandonar determinados princípios ideológicos e nacionalistas, tem orientado a atuação interna e externa do governo, como pôde ser constatado no processo de retomada de relações com os EUA.

No entanto, é no campo econômico que tais mudanças têm adquirido visibilidade, relevância e impactado a vida dos cubanos. Nesse sentido, a emergência de novas regulações sobre a propriedade e o trabalho, as permissões de trabalho e viagem, a disponibilização de terras, a possibilidade de compra e venda de automóveis e imóveis, a facilitação de viagens ao exterior, entre tantas outras medidas, confirmam que está em processo uma transição à cubana. Tal processo de atualização e adaptação à nova realidade internacional e a manutenção das conquistas e ideais revolucionários depende, para seu aprofundamento, dos rumos da transição política em curso no país.

Além disso, vale destacar que esse processo, com as mudanças e as reformas que deve implicar, e a tentativa de atualização do modelo se relacionam ao (persistente) dilema latino-americano, derivado da necessidade de combinar desenvolvimento e justiça social, e sua continuidade se relaciona, também, com o desafio, hercúleo, de renovação do ideário socialista. Essa é, portanto, uma tarefa

transcendental, da qual depende a melhoria das condições de vida dos cubanos e, de certa forma, de toda a humanidade.

Referências

ALMENDRA, C. C. A situação econômica cubana diante da queda do Leste Europeu. In: COGGIOLA, O. **Revolução cubana**: história e problemas atuais. São Paulo: Ed. Xamã, 1998. p. 135-154.

ALONSO, A. Cuba: a sociedade após meio século de mudanças, conquistas e contratempos. **Revista de Estudos Avançados (REA)**, Instituto de Estudos Avançados, v. 25, n. 72, p. 7-18, maio/ago. 2011.

ALZUGARAY TRETO, C. Reflexões sobre o presente e o futuro político de Cuba nos albores do século XXI – uma abordagem a partir da ilha. **Relações Internacionais**, IPRI, Lisboa, p. 89-104, 2007.

_____. La política exterior de Cuba en la década de 90: intereses, objetivos y resultados. **Política Internacional**, La Habana, v. I, n. 1, p. 14-32, ene./jul. 2003.

AYERBE, L. F. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BANDEIRA, L. A. M. **De Martí a Fidel**: a revolução cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1998.

CASTRO, R. **Informe central al VI Congreso del PCC**. Granma, La Habana, 16 abr. 2011.

COGGIOLA, O. **Revolução Cubana**: história e problemas atuais. São Paulo: Ed. Xamã, 1998.

HABEL, J. Raúl Castro a la hora de las decisiones. **Revista América Latina Hoy**, Salamanca, n. 52, p. 91-105, 2009. Disponível em: <<http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/issue/archive>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

HARNECKER, C. P. Cuba's New Socialism: different visions shaping current changes. **Latin American Perspectives**, v. 40, n. 3, p. 107-125, 2013. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/loi/lapa>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

LAMBIE, G. Globalization and the Cuban Revolution in the Twenty-First Century. **ER-LACS**, n. 86, p. 81-95, 2009. Disponível em: <<http://doi.org/10.18352/erlacs.9612>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

LÓPEZ SEGRERA, F. La Revolución Cubana y los desafíos de la Política Social. **El País**, Contrapuntos, 19 de septiembre de 2015a. Disponible em: <<http://blogs.elpais.com/contrapuntos/2015/09/la-revolucion-cubana-y-los-desafios-de-la-politica-social.html>>. Acceso em: 10 nov. 2015.

_____. **Cuba-EEUU: de enemigos cercanos a amigos distantes (1959-2015)**. Barcelona: El Viejo Topo, 2015b.

MALMIERCA DÍAZ, R. **Declaración ante la prensa de Rodrigo Malmierca Díaz, Ministro del Comercio Exterior y la Inversión Extranjera de Cuba**. La Habana: Granma, 19 mar. 2016. Disponible em: <www.granma.cu>. Acceso em: 21 mar. 2016.

MESA-LAGO, C. Hacia una evaluación de la actuación económica y social en la transición cubana de los años noventa. **América Latina Hoy**, Salamanca, n. 18, p. 19-39, mar. 1998. Disponible em: <<http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/issue/archive>>. Acceso em: 5 fev. 2016.

_____. **Cuba en la era de Raúl Castro**. Madrid: Editorial Colibrí, 2012.

MONREAL, P. El problema económico de Cuba. **Espacio Laical**, La Habana, n. 4, v. 2, p. 33-35, 2008.

MORGENFELD, L. Estados Unidos-Cuba: un giro histórico que impacta América Latina y Caribe. **Revista Crítica y Emancipación** (CLACSO), n. 12, p. 103-146, jul./dic. 2014.

NOVA, A. El papel estratégico de la agricultura: problemas y medidas. **Revista Temas**, La Habana, 9 abr. 2010.

OBAMA, B. Discurso de Obama en el Gran Teatro de la Habana. **Granma**, La Habana, 22 mar. 2016. Disponible em: <www.granma.cu>. Acceso em: 24 mar. 2016.

PECEQUILO, C. S.; FORNER, C. N. Os EUA e Cuba: uma agenda intermestics. **Boletim Meridiano** 47, v. 16, n. 147, p. 27-33, jan./fev. 2015.

PÉREZ VILLANUEVA, O. E. **Cincuenta años de la economía cubana**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2010.

POMAR, V. **Cuba: revolução e reforma**. São Paulo: FPA, 2016.

RODRÍGUEZ, J. L. The Frontier of Change in the Cuban Economy. **Latin American Perspectives**, v. 41, n. 4, p. 64-73, 2014. Disponible em: <<http://journals.sagepub.com/loi/lapa>>. Acceso em: 10 fev. 2016.

RODRÍGUEZ RUIZ, P. La Sociedad Cubana ante los Cambios Actuales: sus retos y complejidades. **International Journal of Cuban Studies**, Londres, v. 8, n. 2, p. 185-199, 2016.

SADER, E. **Cuba**: um socialismo em construção. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, B. de S. Por que é que Cuba se transformou num problema difícil para a esquerda? Coimbra, **Oficina do CES**, n. 322, mar. 2009. Disponível: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Por%20que%20%C3%A9%20que%20Cuba_Oficina%20322.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

SERBIN, A. Círculos concéntricos: la política exterior de Cuba en un mundo multipolar y el proceso de “actualización”. In: AYERBE, L.F. (Org.). **Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos**. Barcelona/Buenos Aires: Icaria/CRIES, 2011.

SILVA, M. A. da. A Retomada dos laços diplomáticos entre Cuba e EUA: Entre o fim da guerra fria e a normalização das relações? **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 8, n. 39-40, p. 65-76, 2017.

TORRES PÉREZ, R. Transformations in the Cuban Economic: model context, general proposal and challenges. **Latin American Perspectives**, v. 41, n. 4, p. 74-90, 2014. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/loi/lapa>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

VALDÉS PAZ, J. Cuba-EUA. Los desafíos de la normalización. **Revista Temas**, La Habana, 6 abr. 2016. Disponível em: <<http://temas.cult.cu>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

REVOLUÇÃO E RELIGIÃO: AS RELAÇÕES ENTRE A IGREJA E ESTADO NA CUBA CONTEMPORÂNEA¹⁷

Introdução

A sociedade cubana, apesar de seus evidentes laços com a América Latina (históricos, culturais, políticos), possui uma singularidade que torna mais complexa a compreensão de sua realidade contemporânea. Tal singularidade está associada ao processo de construção do socialismo, o modelo soviético com seu impacto em todo o tecido social e seus desafios recentes. Esse processo, além da profunda transformação política e econômica, determinou as relações sociais e, por consequência, as relações entre a Igreja e o Estado, redefinindo uma história secular de profunda influência da Igreja Católica, ainda que cultos africanos e protestantes tivessem uma presença significativa no país.

As relações com as igrejas foram se alterando conforme a dinâmica de implantação do socialismo, que atravessou diversas fases, desde os anos 1960. Sendo assim, pode-se apontar que, nos anos 1960, predominou uma postura de incompreensão e conflito de ambos os lados. Pouco a pouco, porém, essa postura se foi se modificando para uma acomodação tensa das relações. Finalmente, nas três últimas décadas, associada às mudanças e impactos oriundos da fragmentação do bloco soviético, ocorreu uma reaproximação entre a liderança revolucionária e a hierarquia católica, principalmente, demonstrando uma convergência de interesses, tornando a Igreja Católica a principal interlocutora interna do regime cubano (CONTRERAS GARCIA, 2013).

Assim, como em toda a América Latina, a Igreja Católica possuía em Cuba uma presença intensa. Como aponta Bethell (2001), desde a colonização na América Hispânica, a Igreja desempenhava um papel fundamental no arranjo colonial. Além de contribuir para a justificativa da colonização, as relações entre a Igreja e o Estado foram moldadas por uma profunda proximidade, o que, diferente do caso brasileiro, contribuiu para que adquirisse relevância econômica. A Igreja tornou-se, portanto, um ator político relevante que deveria ser levado em consideração, pois qualquer transformação ou mudança política poderia tocar, em maior ou menor medida, em seus interesses.

¹⁷ Uma versão deste texto foi publicada, com coautoria de Guillermo Johnson, na *Revista Ciências Sociais* (Unisinos), v. 52, n. 1, p. 8-16, 2016.

Pela importância do fato, este trabalho procura compreender a dinâmica da relação entre o Estado e a Igreja em Cuba, desde os anos 1960 até os dias atuais. Para tanto, ele se estrutura da seguinte forma. Na primeira parte, analisa os momentos iniciais desta relação, procurando compreender a natureza dos conflitos e distanciamento. Em seguida, discute os impactos e as transformações recentes, em que ocorre uma reaproximação entre ambos, que culminou com a visita do papa João Paulo II nos anos 1990, e a condução da Igreja Católica a um ator político relevante e principal interlocutora interna do governo cubano.,

Revolução e Religião, Igreja e Estado: incompreensão e distanciamento

A Revolução Cubana foi, antes de tudo, uma revolução nacionalista que se radicalizou diante das circunstâncias internas e externas, adquirindo novos contornos que a conduziram ao processo de construção do socialismo. Como aponta Sader (2001), parte do programa revolucionário já estava construído e foi revelado na famosa defesa de Fidel Casto, diante do julgamento do ataque do quartel de Moncada, conhecida como “A história me absolverá”. Nessa defesa, além da denúncia da realidade ditatorial que o país enfrentava, se estabelecia um programa mínimo que seria desenvolvido, caso tivessem alcançado a vitória, sendo retomado após a Revolução de 1959, e que pode ser sintetizado nos seguintes pontos: a retomada da vigência da Constituição de 1940, a reforma agrária, o direito de participação dos operários e empregados nos lucros das empresas e dos colonos, nos rendimentos do açúcar, a diminuição dos preços dos aluguéis, o julgamento dos casos de malversação do dinheiro público e o confisco de bens malversados. Além disso, apontava a necessidade de uma reforma integral do ensino, da afirmação da soberania do país e a nacionalização dos trustes de eletricidade e telefonia (SADER, 2001, p. 31-32).

Certamente a luta revolucionária (1956-1959) pode ter influído na ampliação do programa, no entanto, ao alcançarem o poder, tais mudanças, embora implementadas de maneira gradual, conduziram ao aprofundamento e à radicalização da revolução. Isso porque tocavam em interesses estabelecidos dos grandes proprietários rurais e das elites econômicas locais, por um lado, mas, principalmente, dos EUA, já que grande parte das terras e das atividades econômicas era controlada por empresas norte-americanas. Deve-se considerar, ainda, que o contexto internacional, marcado pela Guerra Fria, indicava que qualquer projeto de justiça social na região adquiriria o verniz de comunista e era combatido pela política externa norte-americana (AYERBE, 2004). Dessa forma, mesmo sendo fonte de controvérsias

e polêmicas, a Revolução Cubana vai se radicalizando e, em 1961, é proclamado o seu caráter socialista, abrindo caminho para o apoio soviético.

A partir desse marco, e ao longo, sobretudo, da primeira parte dos anos 1960, vai se conformando uma mentalidade baseada na difusão e incorporação do marxismo como ideário norteador dos princípios revolucionários. Assim, implanta-se uma institucionalidade socialista com a estruturação e o desenvolvimento das organizações de massa (partido, forças armadas, sindicato, federações de mulheres e estudantes, entre outras), com a adoção do modelo econômico estatal e centralizado, e com a organização das instâncias políticas sob a liderança de Fidel Castro, amparado no modelo soviético. Vale ressaltar que todo esse processo esteve, pelo menos nesse período inicial, imerso em grandes debates e na tentativa de construção de um socialismo alicerçado na tradição, na história e na perspectiva nacional, não se constituindo, portanto, numa mera reprodução do modelo soviético.

Desde então, a afirmação do ideário e do modelo socialista torna-se o elemento fundamental para compreender as relações entre o Estado e a Igreja no país, ou, mais especificamente, a liderança revolucionária e a hierarquia católica, e a tensão e o distanciamento que se seguiram. Os focos de tensão têm origem nos objetivos e ações desenvolvidas por ambos.

A Igreja Católica, fortemente influenciada pelo clero conservador espanhol, possuía razões gerais e locais para lidar com as mudanças em desenvolvimento que a conduziam ao distanciamento da máquina estatal. Em termos gerais, o anticomunismo, alimentado pela visão marxista de religião como ópio do povo e pelo ateísmo como elemento presente no corpo clássico dessa doutrina, gerava inevitavelmente a desconfiança (e a discordância) em relação aos ideais revolucionários. Dessa forma, como aponta Mayedo (2006), já em maio de 1960, o arcebispo de Santiago de Cuba afirmava em sua carta pastoral que:

Os campos já estão delimitados entre a Igreja e seus inimigos [...]. Não se pode dizer que o inimigo esteja às portas, porque na realidade ele está dentro, falando alto, como alguém que está situado em sua propriedade. Não em vão alguns alertados, de percepção mais apurada, andaram há algum tempo, alarmados e cautelosos, preparando-se para lutar com aqueles que tentam impor, sem mais ou mais, o pesado jugo da nova escravidão.¹⁸ (MAYEDO, 2006, p. 146, tradução nossa).

¹⁸ “Los campos están ya deslindados entre la Iglesia e sus enemigos [...]. No puede ya decirse que el enemigo está a las puertas, porque en realidad está dentro, hablando fuerte, como quien está situado en propio predio. No en vano algunos avisados, de percepción más fina, andaban hace ya algún tiempo, alarmados y cautelosos, disponiéndose a luchar con los que tratan de imponer, sin más ni más, el pesado yugo de la nueva esclavitud.”

Ainda no mesmo ano, em 7 de agosto, os bispos do país produziram uma Circular Coletiva do Episcopado Cubano, para ser lida em todas as igrejas. Essa circular, apesar do apoio a certas mudanças revolucionárias, afirmava que:

Não ocorre a ninguém, então, vir e pedir aos católicos em nome de uma unidade cidadã, que calemos nossa oposição a estas doutrinas, porque não poderíamos aceitar a isto sem trair nossos princípios mais profundos. Contra o comunismo materialista e ateu está a maioria absoluta do povo cubano, que é católico e que, somente por engano e a coerção, poderia ser levado a um regime comunista.¹⁹ (MAYEDO, 2006, p. 148, tradução nossa).

O anticomunismo, portanto, dificultava algum tipo de acomodação com o novo regime, mas outros fatores contribuíram para determinar o distanciamento e a ruptura.

Dentre as medidas adotadas pela liderança revolucionária, duas tocaram diretamente nos interesses da Igreja e nas suas fontes de rendimentos. Primeiro, a universalização da educação, associada à promoção de uma educação laica e com elementos de marxismo, diminuiu os rendimentos oriundos de colégios católicos e a capacidade de influência da hierarquia. Além disso, embora em menor medida, a Lei de Reforma Urbana, de 1960, ao diminuir o preço dos aluguéis dos imóveis e facilitar a aquisição destes pelos inquilinos, também incidiu sobre parte da renda da Igreja no país. Dessa forma, o aprofundamento das mudanças e a adoção do ideário socialista contribuía, inevitavelmente, para uma dinâmica de conflitos nessas relações do período.

Na perspectiva da liderança cubana, os fatores principais para o distanciamento estavam no corpo do próprio marxismo e no principal desafio que a revolução enfrentava²⁰. Em grande medida, o marxismo foi construído no diálogo crítico com a abordagem feuebachiana, que identificava na religião uma projeção dos anseios humanos, e reafirmado pela abordagem materialista do jovem Marx, que produziu a famosa identificação da religião como ópio do povo. O marxismo clássico afirmava que a religião era um produto ideológico dos grupos dominantes, o que, associado aos dilemas enfrentados pelos soviéticos, determinou uma postura de crítica da religião em geral, e da Igreja, em particular.

¹⁹ “No se le ocurra, pues, a nadie venir a pedirles a los católicos en nombre de una mal entendida unidad ciudadana, que nos callemos nuestra oposición a estas doctrinas, porque no podríamos acceder a ello sin traicionar nuestros más profundos principios. Contra el comunismo materialista y ateo está la mayoría absoluta del pueblo cubano, que es católico y que solo por el engaño y la coacción podrían ser conducidos a un régimen comunista.”

²⁰ Uma compreensão das posições clássicas do marxismo e dos desafios colocados pela Teologia Latino-americana pode ser encontrada na obra de Michael Lowy, intitulada *Marxismo e Teologia da Libertação*, Ed. Cortez, 1991.

Sendo assim, como aponta Alonso (2011):

Para a maior parte da população cubana crente, o dilema dos anos 1960 se apresentou como uma contradição: “catolicismo ou revolução”. Esse dilema era mais agudo pelo fato de que a assimilação estatal do marxismo ao cânone ortodoxo soviético, doutrinariamente ateu, longe de contribuir para atenuar a incompatibilidade, a generalizava, até mesmo, em termos de “religião ou revolução”. (ALONSO, 2011, p. 107).

No caso cubano, além disso, fatores específicos também incidiram sobre a relação, propiciando essa dinâmica inicial de conflito e distanciamento.

Para a liderança revolucionária, havia a constatação de que a Igreja Católica do país não havia denunciado e se oposto de forma contundente à ditadura de Batista²¹, pois, como aponta Mayedo:

Além disso, a abstenção da oficialidade eclesiástica fortalecera os rumores sobre uma suposta simpatia dos bispos e do cardeal com o batistato. Alguns, inclusive, condenavam tal silêncio ao compará-lo com as posições corajosas assumidas pelas hierarquias católicas da Argentina, Colômbia e Venezuela contra as ditaduras militares que submetiam esses países latino-americanos na mesma época.²² (MAYEDO, 2006, p. 138, tradução nossa).

Além disto, como afirmamos anteriormente, o processo de nacionalizações (e radicalização) da revolução, consubstanciado nas diversas leis do período, principalmente, relacionadas à educação e aluguéis, distanciaram os interlocutores.

Finalmente, devido ao clima reinante, havia a suspeita e receio, por parte da liderança revolucionária, de que a Igreja Católica poderia ser influenciada pelas posturas políticas norte-americanas e contribuir para a tentativa de desestabilização do governo, apoiando a ação de grupos opositores.

Segundo Alonso, a atmosfera de tensão entre Igreja e Estado atingiu seu apogeu entre 1960 e 1962. Nesse período, um fato teve especial importância:

²¹ Além disto, como afirma o embaixador Lojendio: “El cubano se fija mucho en las fotografías de los diarios y juzga mucho por lo que en ellas ve. El recuerdo de la figura del Cardenal junto al Presidente de la República General Batista o de la primera dama en actos oficiales, su asistencia a recepciones en el Palacio Presidencial, se les antojan hoy a muchos cubanos, incluso a muchos católicos, manifestaciones de colaboración con el régimen que detestaban [...]” (MAYEDO, 2006, p. 138).

²² “Además, la abstención de la oficialidad eclesiástica había fortalecido los rumores sobre una supuesta simpatía de los obispos y el Cardenal con el batistato. Incluso, algunos condenaban tal silencio al compararlo con las valientes posturas asumidas por las jerarquías católicas de Argentina, Colombia y Venezuela contra las dictaduras militares que habían sometido a esos países latino-americanos en épocas similares.”

O poder revolucionário marcou sua presença quando a procissão da Virgem da Caridade do Cobre (padroeira do país), 1961, em Havana, converteu-se numa manifestação política contra ele, respondendo com a deportação para a Espanha de um bispo da arquidiocese e 131 padres e religiosos, a maioria deles espanhóis. (ALONSO, 2011, p. 108).

Nesse cenário, a famosa afirmação de Fidel Castro “Por la Revolución todo, contra la Revolución nadie” selou as relações com a Igreja e determinou a dinâmica de conflito e equidistância até os anos 1980. Além disso, a resolução do primeiro congresso oficial do PCC, em 1975, e a Constituição cubana, do ano seguinte, reafirmaram o caráter ateu do Estado, e a crítica à religião, considerada a consciência falsa da realidade, contribuindo para a manutenção do distanciamento entre Igreja e Estado no país²³.

Apesar disso, como aponta Alonso (2011), duas cartas pastorais da Igreja Católica, no final dos anos 1960, contribuíram para dirimir as tensões, mas não significaram uma aproximação efetiva entre igreja e governo. A primeira carta demonstrava a crítica da igreja ao bloqueio imposto pelos EUA, e a segunda declarava a possibilidade de convívio e colaboração entre ambos, mais precisamente entre cristãos e ateus²⁴. No entanto, apesar da iniciativa por parte da Igreja, somente nos anos 1980 haverá o início do processo de normalização das relações, que se consolidará nas décadas seguintes.

Para tanto, dois acontecimentos parecem ter sido fundamentais. O primeiro está associado à presença e à intermediação desenvolvida pelo dominicano brasileiro Frei Betto, que publicou um livro de entrevistas com Fidel Castro sobre a religião (*Fidel e a Religião*, 1985). Nessa obra, a máxima liderança revolucionária, embora mantendo a visão tradicional do marxismo, apontava para uma maior abertura ao fenômeno religioso em geral e destacava a atuação da Teologia da Libertação. O livro e a intermediação de Frei Betto entre as duas cúpulas, a católica e a governante, foi fundamental para a normalização das relações, pois:

Fidel admitiu que a política revolucionária, embora jamais perseguisse denominações religiosas, estava equivocada quanto à Igreja católica. Há 16 anos ele não concedia audiência aos bispos. Perguntou se eu estaria dispo-

²³ Embora, como aponta Contreras Garcia (2013), o Partido Comunista Cubana reconhecesse a importância e a convergência dos adeptos da Teologia da Libertação no contexto latino-americano dos anos 1970, a maioria do clero cubano não se enquadrava nesse perfil e a atuação da alta cúpula católica, ligada a Congregação para a Doutrina da Fé do Vaticano, tendo a frente o então cardeal J. Ratzinger, contribuiu para a manutenção do distanciamento interno.

²⁴ Para uma análise desses e de outros documentos fundamentais, ver *La voz de la Iglesia en Cuba: 100 documentos episcopales* (1995).

to a colaborar para a retomada do diálogo. Concordei, mas isso dependeria do interesse do episcopado de Cuba.

Em 1981, a convite da Casa de las Americas, pisei pela primeira vez em Havana. Porém, o contato com os bispos só viria a ocorrer em fevereiro de 1983, quando a conferência episcopal me convidou para reunião no santuário nacional de Nossa Senhora do Cobre, próximo a Santiago de Cuba. Presentes o núncio apostólico e os oito bispos do país. [...]

Segundo Fidel, “Desde o início da Revolução houve muitos pecados de ambos os lados. Mais do nosso lado que do lado da Igreja”, admitiu. “Eu mesmo tinha meus preconceitos em relação aos bispos e estava mal informado. Julgava monsenhor Adolfo (Rodríguez) um conservador e reacionário. Ao contrário, é um homem sério e com quem se pode conversar”. (BETTO, 2011, p. 218-219).

Além disso, o Encontro Nacional Eclesial Cubano (ENEC), de 1986, marcaria um ponto de inflexão no distanciamento, colocando em cena a capacidade de aproximação e reconciliação entre a Igreja e o Estado (CONTRERAS GARCIA, 2013). Isso porque o documento final do evento, embora criticasse as limitações para o exercício da liberdade religiosa, reconhecia os esforços do governo para proporcionar a todos os cidadãos os direitos fundamentais (saúde, educação, etc.), gerando um clima propício para o diálogo. No entanto, tal reaproximação só irá se efetivar na década seguinte, no contexto da crise interna e do relativo isolamento a que a Revolução Cubana foi submetida com a fragmentação do bloco soviético.

Igreja e Estado na realidade contemporânea: do convívio à cooperação

O fim do bloco soviético — e particularmente da URSS — atingiu profundamente Cuba, devido aos intensos laços que foram gestados entre o país e a comunidade socialista desde a Revolução, no final dos anos 1950. Tais laços profundos haviam determinado grande parte da organização econômica, política, militar e social do país (AYERBE, 2004; SADER, 2001; BANDEIRA, 1998; RIVEREND, 1990; COGGIOLA, 1998).

O rompimento, involuntário e inesperado, trouxe um duplo impacto de grande magnitude. No plano interno, conduziu o país à sua mais grave crise econômica e social, desde o advento da Revolução e, talvez, de toda a sua história. Tal crise, além disso, interagiu com outro desafio. No plano internacional, o rompimento das relações comerciais e diplomáticas com antigos aliados conduziu o país a um relativo isolamento econômico e político no cenário internacional que,

de imediato, obrigava sua liderança a reformular todo o sistema de relações internacionais (econômicas e políticas), seja para solucionar os efeitos da crise interna, seja para a reinserção numa nova ordem que, em grande medida, mostrava-se adversa aos ideais revolucionários que a ilha caribenha representava.

Por esses desdobramentos da ruptura, entre 1990 e 1993 Cuba perdeu de maneira abrupta e intensa 85% do mercado que havia acompanhado o país durante as três décadas anteriores, assim como suas principais fontes de crédito, de assessoria técnica e de intercâmbio tecnológico. Essas perdas provocaram fortes desequilíbrios na balança de pagamentos, retrocesso econômico e aumento do desemprego e subemprego, entre outras consequências. A nação perdia, ainda, o abrigo que significava, desde o ponto de vista político, a ordem bipolar e se encontrava mais exposta à situação de unipolaridade política-militar que se criava com a queda do socialismo (SADER, 2001; ALMENDRA, 1998; MESA-LAGO, 1998).

Para superar esse duplo desafio (interno e externo), a liderança cubana teve que promover ações que visassem à sobrevivência econômica e à reconstrução dos laços internacionais. No primeiro caso, tratava-se de reconstruir as bases econômicas do país, com a adoção de medidas que pudessem garantir o desenvolvimento das atividades econômicas e a retomada dos padrões anteriores, que foram artificialmente impulsionados pela ajuda soviética. Em relação ao segundo aspecto, tratava-se de reconstruir os laços políticos e econômicos, desenvolvendo uma política externa que atendesse aos interesses (e necessidades) nacionais.

Para tanto, a liderança cubana procurou promover uma série de mudanças constitucionais, implementadas a partir de 1992, com a nova Carta visando adaptar-se à nova realidade. Nesse sentido, foram fundamentais os congressos realizados pelo Partido Comunista Cubano (PCC), que apontam as razões e os princípios que orientaram as transformações do regime, bem como seus limites²⁵.

Como apontam Domínguez (2004) e Bandeira (1998), o IV Congresso, que deveria ser realizado em 1990, só ocorreu em 1991, no bojo da crise desencadeada pelo fim do socialismo real e das dificuldades econômicas. O objetivo fundamental foi promover o ajustamento do país diante da nova realidade internacional, iniciando o desenvolvimento de uma “estratégia de sobrevivência”. Tal congresso procurou realizar uma avaliação da queda do socialismo real, afirmando que essa queda foi resultado de “erros evitáveis”, ressaltando que significaram um desastre para o país, acentuado pela emergência de um “mundo unipolar”, sob hegemonia americana. Para sobreviver, o congresso apontava que “el objetivo supremo es salvar a la Pátria, la Revolución y el Socialismo”.

²⁵ Para o acompanhamento dos discursos e resoluções dos congressos do PCC nos anos 1990, ver “IV Congreso del Partido Comunista de Cuba” (1992); e “V Congreso del Partido Comunista de Cuba-resoluciones” (1998).

Nesse sentido, o país procurou promover uma aproximação com os governos comunistas restantes, realizar o repatriamento de tropas cubanas na África e América Latina, aumentar sua disposição de trabalho no sistema ONU, combater o dogmatismo e promover uma liberalização religiosa interna e, principalmente, desenvolver uma nova política econômica que, reafirmando as mudanças já em curso, garantisse a superação da crise, aumentando as fontes de capitais. Tratava-se, em suma, de incentivar o turismo, promover a liberalização do emprego e reafirmar e aprofundar a nova política de atração de investimentos estrangeiros²⁶. Tais orientações fundamentam o desenvolvimento de mudanças legais posteriores, entre as quais são emblemáticas a Constituição de 1992, a nova Lei Eleitoral e a nova Lei de Investimentos Estrangeiros. Em síntese, tratava-se de sobreviver sem alterações profundas do regime. Se essas alterações se tornassem inevitáveis, que fossem controladas pela liderança (PCC, 1992; DOMÍNGUEZ, 2004; ALONSO, 1998).

Em 1997, é realizado o V Congresso do PCC, em que predomina um sentimento de alívio devido à sobrevivência, decorrente dos primeiros sinais de recuperação econômica que reafirmaram a constatação de que o pior já havia passado, confirmando que o clímax da crise ocorrera entre 93-94 e que, em seguida, iniciou-se o processo de recuperação econômica. Nesse congresso, o principal debate se concentrou nos efeitos das mudanças e no aprofundamento ou não das reformas econômicas.

Com tais propósitos, foram demonstrados os efeitos negativos de certas estratégias econômicas, como o desenvolvimento das Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC), e discutiu-se diminuir ou revisar algumas das reformas adotadas. Além disso, o congresso rejeitou uma proposta para a abertura de algumas atividades às pequenas e médias empresas.

A crise cubana só não foi maior devido à intervenção de Carlos Lage, principal dirigente econômico e promotor das reformas nesta área. Suas intervenções apontavam as dificuldades que uma nova retomada do estatismo significariam, entre elas a queda de investimentos e o estancamento do crescimento, procurando enfatizar que a eficiência deveria ser promovida, desde que preservasse a essência dos valores socialistas (PCC, 1992; DOMÍNGUEZ, 2004; ALONSO, 1998).

No entanto, o elemento fundamental no aspecto legal foi o advento e o aprofundamento das mudanças constitucionais, com a adoção da nova Carta em 1992, que veio substituir a anterior, claramente inspirada na URSS e no marco

²⁶ A apresentação das reformas foi realizada por Carlos Aldana, que, nesse período, era considerado ideólogo do partido e o número três na hierarquia partidária, abaixo apenas dos irmãos Castro. Em 1993, porém, ele foi expulso do partido por estar implicado em negócios fraudulentos (DOMÍNGUEZ, 2004; ALONSO, 1998).

do socialismo real²⁷. Essa Constituição instaurou um novo ordenamento jurídico-institucional e, principalmente, pavimentou o caminho das reformas, em diversos setores. A nova Carta se mostrava mais aberta e inclusiva ao procurar legitimar, de forma retroativa, as mudanças na forma de propriedade e produção, para atrair os investimentos estrangeiros, como aponta Domínguez (2004).

A análise geral de tal Carta aponta para inúmeras inovações²⁸, marcando um processo de desideologização que perspassa as esferas econômicas, sociais e políticas.

O primeiro elemento de tal processo refere-se à ênfase no nacionalismo em detrimento do campo socialista e, principalmente, do marxismo-leninismo como guia fundamental da organização do país. Dessa forma, já no preâmbulo, há referências aos países socialistas: “Guiados y apoyados por el internacionalismo proletario, en la amistad fraternal y la cooperación de la Unión Soviética y otros países socialistas y en la solidaridad de los trabajadores y pueblos de América Latina y el mundo...”, foi substituída por: “Guiados por el ideario de José Martí y Lênin y las ideas político-sociales de Marx-Engels, apoyados en el internacionalismo proletario, en la amistad fraternal de los pueblos del mundo específicamente de América Latina y el Caribe...” (CONSTITUICIÓN DE LA REPÚBLICA DE CUBA, 1992).

Ou seja, se retira a referência à vitoriosa doutrina do marxismo-leninismo e a URSS para destacar José Martí, enfatizando o nacionalismo como elemento fundamental da política — interna e externa — cubana e destaca-se a união com os países de América Latina.

Além disso, procura-se destacar que o papel do Estado é servir a todos e para o bem de todos; sendo assim, enquanto o artigo 54, da Constituição anterior, proclamava que o Estado promovia uma “concepção científica materialista do universo”, na qual baseava suas ações, garantindo a liberdade de consciência e culto, o novo artigo procura abolir esta referência.

Outra novidade importante refere-se ao fato de que a nova Constituição procurou abarcar todos os cubanos, diminuindo os elementos de marginalização, mostrando-se mais aberta e inclusiva, com o intuito de representar toda a sociedade e a diversidade de grupos nascentes. Merece destaque a nova mentalidade de propriedade e produção, bem como a liberdade religiosa e de estrutura partidária, apresentando uma apreciação mais tolerante em relação às diferentes visões no

²⁷ Vale ressaltar que a Constituição de 1992 foi aprovada pelo IV Congresso do PCC e, diferente de 1976, que foi a plebiscito, essa só foi referendada pela população em 2002.

²⁸ Obviamente há diversas interpretações sobre essas mudanças. Para Ayerbe (2004) e Sader (2001), elas apenas visavam à sobrevivência, sendo adotadas a contragosto, mantiveram o essencial e, fundamental, significaram democratização do regime. Para Domínguez (2004) e outros, representam a manutenção do caráter autoritário, principalmente devido às formulações presentes nos artigos 53, 62 e 67 sobre a liberdade de expressão e organização e a faculdade do presidente de legislar e suprimir direitos, ou seja, condicionando os avanços aos fins socialistas proclamados.

interior da sociedade cubana que apontava. Como aponta Ayerbe (2004), um evidente sinal dessa mudança refere-se ao reconhecimento formal, por parte do Estado, do respeito e da garantia de liberdade religiosa, como afirma o artigo 8:

O Estado reconhece, respeita e garante a liberdade religiosa. Na República de Cuba, as instituições religiosas são separadas do Estado. As diferentes crenças e religiões gozam de igual consideração.²⁹ (CONSTITUICIÓN DE LA REPÚBLICA DE CUBA, 1992, tradução nossa).

Isso significa que o materialismo histórico que havia orientado a ação do regime, levando à perseguição dos diferentes cultos ao longo do período revolucionário, havia sido superado, e o povo — e os próprios membros do partido — poderia adotar qualquer dos cultos anteriormente perseguidos pelo Estado³⁰.

Em suma, a nova Constituição procura responder aos imperativos do novo contexto internacional e combiná-los com os princípios socialistas. Ao procurar essa conformação, torna-se mais inclusiva, mais tolerante e aberta às crenças e às organizações religiosas, pois baseia-se no nacionalismo e diminui o peso do marxismo-leninismo, sobretudo ao propiciar novas formas de propriedade e maior abertura aos capitais.

A nova Constituição, entretanto, não consegue dirimir adequadamente a relação e a convivência entre os princípios socialistas e a abertura ao capital externo, além de se mostrar autoritária em certos aspectos. Além disso, adotam-se medidas de autonomia local, como instrumento para superar a crise, promovendo uma descentralização das decisões administrativas que contrariavam a tendência histórica de centralização do poder ao longo da revolução. Enfim, trata-se da combinação de avanço e recuo, de mudança e continuidade, de abertura e controle eficaz, garantindo a sobrevivência do regime no nível político e fornecendo os meios econômicos para sua sobrevivência (SZNAJDER; RONIGER, 2001; DOMÍNGUEZ, 2004).

Dessa forma, a política interna se mostra mais compreensível e tolerante com as crenças religiosas³¹, contribuindo para um dos grandes momentos da política externa do país, como a aproximação com o Vaticano³² e a realização da visita

²⁹ “El Estado reconoce, respeta y garantiza la libertad religiosa. En la República de Cuba, las instituciones religiosas están separadas del Estado. Las distintas creencias y religiones gozan de igual consideración.”

³⁰ Em 1997, o governo realizou uma pesquisa que demonstrou que 80% da população acreditava em “algo transcendental”, mas apenas 15% declarava pertencer a uma denominação religiosa.

³¹ Para uma análise da questão religiosa em Cuba ver o artigo “Religión, hegemonia y cambios sociales en Cuba”, *Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas*, Cuba, 2000.

³² Nos anos 1990, mesmo com o ressurgimento da Igreja Católica, sua base social é relativamente pequena.

papal de 1998, considerada um dos eventos que contribuíram para romper o isolamento cubano naquele período. Tal evento marca, definitivamente, o processo, iniciado nos 1980, de reaproximação entre a Igreja Católica e o Estado cubano, contribuindo para o retorno à normalidade, ainda que acidentada, como aponta Alonso (2011), das relações entre a Igreja e o Estado.

Tal normalidade se reflete na ampliação da estrutura e das ações católicas. Desta forma, existem atualmente 11 dioceses e 3 arquidioceses (em 1989 eram 5 dioceses e 2 arquidioceses); aumentou o número de sacerdotes (cerca de 400) que havia permanecido estagnado e, em 2010, depois de um longo período, foi inaugurado um novo seminário diocesano; finalmente, ampliou-se, consideravelmente, o número e a relevância de publicações católicas (ALONSO, 2011). Em 2010, segundo o Instituto de Estudos Sócio-Religioso de Havana, havia 600 templos católicos contra 900 de outras denominações religiosas protestantes, como metodista, adventista, presbiteriana, luterana, batista e outras, somadas; e, fundamental, a Igreja Católica exerce o papel de interlocutor interno do regime (CONTRERAS GARCIA, 2013).

Apesar de sua base social reduzida, a Igreja parece estar contribuindo para o renascimento da sociedade civil cubana que, diferentemente dos períodos anteriores, quando ocorreram conflitos com o regime, pode agora desempenhar suas atividades, inclusive criticando certos aspectos do regime, como apontava a declaração dos bispos:

Nós, os bispos de Cuba, rejeitamos qualquer medida que, para punir o governo cubano, sirva para agravar os problemas de nosso povo. [...] Criticamos a prática oficial que “leva a termos de identidade que não podem ser sinônimos, como pátria e socialismo, cubanos e revolucionários” e a limitação de liberdades devido à “excessiva vigilância por parte das agências de segurança do Estado que, inclusive, se estende a vida estritamente privada das pessoas”; lamentando, inclusive, “o elevado número de presos detidos”.³³ (LA VOZ de la Iglesia en Cuba, 1995, p. 274, tradução nossa).

Como afirmamos anteriormente, o marco fundamental dessa nova dinâmica foi a visita do papa João Paulo II à ilha, em 1996, que adquiriu uma grande importância. Apesar das relações tensas e conflitivas ao longo do processo revolucionário cubano entre a hierarquia da igreja católica e as lideranças revolucio-

³³ “Nosotros, los obispos de Cuba rechazamos cualquier tipo de medida que, con el fin de castigar al gobierno cubano, sirva para agravar los problemas de nuestro pueblo. [...]. Criticaran a práctica oficial que ‘lleva a términos de identidad que no pueden hacerse sinónimo, tales como patria y socialismo, cubano y revolucionario’ y la limitación de libertades por la ‘excesiva vigilancia de parte de las agencias de seguridad del Estado que incluso se extienden a la vida estrictamente privada de las personas’; lamentando, inclusive, ‘el alto número de prisioneros retenidos’.”

nárias e, em segundo lugar, da reconhecida atuação desse líder católico que, para muitos, havia contribuído de maneira significativa para a derrocada dos regimes comunistas, em seu país natal, a Polônia, e também em todo Leste Europeu, a visita do papa foi determinante para a superação do relativo isolamento internacional a que o país estava submetido.

Ao obter uma ampla repercussão, a visita papal contribuiu para o desenvolvimento do objetivo fundamental da política externa cubana, e pode ser compreendida em duas dimensões. Por um lado, consolidou a normalização das relações entre Igreja e Estado³⁴ pois, como afirma Calzadilla:

A visita de Karol Wojtila foi, sem dúvida, um evento de importância, descrito como histórico pela imprensa estrangeira. Em sua estadia em Cuba, o papa incluiu em seu discurso alguns elementos de crítica social e política e, ao mesmo tempo, não falou das conquistas em diferentes campos. No entanto, não se justificam os presságios que foram feitos sobre as mudanças radicais em Cuba, inclusive em termos calamitosos. A visita deixa um saldo favorável para o projeto cubano e para a igreja. Um propósito evidente do papa foi reforçar a autoridade da igreja local e contribuir para expandir seu espaço, respaldando suas demandas.³⁵ (CALZADILLA, 1998, p. 14, tradução nossa).

Além disto, vale ressaltar que a visita possibilitou à liderança cubana, ao mobilizar um número relativamente grande de jornalistas que a cobriram, demonstrar que o regime realizava um processo de abertura parcial e possuía um novo aliado, principalmente, pelas posições assumidas pelo Papa em seus discursos, condenando o bloqueio norte-americano e rechaçando o neoliberalismo como alternativa³⁶.

³⁴ Para uma avaliação das repercussões internas desta visita ver, entre outros, “Wojtila, huracán sobre Cuba”, de Frei Betto, e o artigo “Cristianismo y Cuba” de Giulio Girardi, ambos publicados na revista *América Libre*, n. 13, jul. 1998.

³⁵ “La visita de Karol Wojtila fue indudablemente un acontecimiento de importancia, calificado de histórico por la prensa extranjera. En su instancia en Cuba el Papa incluyó en su discurso algunos elementos de crítica social y política al tiempo que silenció los logros alcanzados en diferentes campos. Sin embargo, no se justifican presagios que se hicieron sobre los cambios radicales en Cuba, incluso en términos calamitosos. La visita deja un saldo favorable balanceado para el proyecto cubano y para la iglesia. Un propósito evidente del Papa fue reforzar la autoridad de la iglesia local y contribuir a ampliar su espacio, respaldando sus demandas.”

³⁶ Um aspecto significativo apontado por Alonso é que: “O atual secretário de Estado, Tarcisio Bertone, lembra em seu recente livro sobre a vida do papa Wojtila: “Fidel Castro mostrou afeto pelo papa, que já estava doente, e João Paulo II me confiou que possivelmente nenhum chefe de Estado tinha se preparado tanto para uma visita de um Pontífice”. O autor também comenta que Fidel conhecia as encíclicas e os principais discursos do papa, e até mesmo algumas de suas poesias” (ALONSO, 2011, p. 111).

Certamente que tal ação pode ser percebida sob diferentes perspectivas. O que destacamos é que isso contribuiu para a percepção, real ou simbólica, de eficácia da diplomacia do país, que desde 1979 procurava tornar possível a visita do Papa e conseguiu realizar o seu intento nesta década. Nesse sentido, descrevendo o ambiente da visita, Salazar afirma que:

Tanto o governo cubano, como o Vaticano, manifestaram suas satisfações pelas evidentes coincidências de pontos de vista sobre a atual situação do mundo que se havia produzido entre ambas personalidades. [...] Nesse ambiente, tanto a Conferência Episcopal da Ilha, como o Estado do Vaticano se somaram a condenação da Lei Helms-Burton.³⁷ (SALAZAR, 1997, p. 177, tradução nossa).

Desde então, ainda que marcada por uma normalidade acidentada, as relações entre Igreja e Estado melhoraram consideravelmente, tornando a primeira uma das instituições fundamentais da sociedade civil de Cuba e a principal interlocutora interna do regime. Isso possibilitou que a Igreja adquirisse um protagonismo societal, inclusive como mediadora entre o governo e oposição (ESPACIO LAICAL, 2010). Apesar do reconhecimento de que não há coincidência plena, consideramos que tais relações adquiriram um grau elevado de maturidade.

Tal processo parece ter se acentuado com a ascensão de Raúl Castro, confirmada em 2008, e a instauração de um conjunto de reformas, internamente conhecidas como a atualização do modelo, que indicam um caminho de maior liberalização econômica e transição política, dentro do ideário socialista. De imediato, a Conferência dos Bispos de Cuba emitiu uma declaração, publicada no Granma, em que afirmava:

Neste momento, nossa oração é levantada para que a renovada Assembléia Nacional do Poder Popular, o Conselho de Estado e o novo presidente, Raúl Castro, recebam a luz de cima para levar adiante com decisão as medidas transcendentais que sabemos devem ser progressivas, mas que podem começar a satisfazer, a partir de agora, as ansias e as inquietudes expressadas pelos cubanos.³⁸ (DECLARACIÓN DE LOS OBISPOS DE CUBA, 2008, tradução nossa).

³⁷ “Tanto el gobierno cubano, como el Vaticano manifestaron sus satisfacciones por las evidentes coincidencias de puntos de vistas sobre la actual situación del mundo que se habían producido entre ambas personalidades. [...] En ese ambiente, tanto la Conferencia Episcopal de la Isla, como el Estado Vaticano se sumaron a la condena de la Ley Helms-Burton.”

³⁸ “En estos momentos nuestra oración se eleva para que la Asamblea Nacional del Poder Popular renovada, el Consejo de Estado y el nuevo presidente, Raúl Castro, reciban la luz de lo alto para llevar adelante con decisión esas medidas transcendentales que sabemos deben ser progresivas, pero que pueden comenzar a satisfacer desde ahora las ansias e inquietudes expresadas por los cubanos.”

Além disto, o ex-secretário de Estado do Vaticano, cardeal Tarcisio Bertone, tornou-se o primeiro representante estrangeiro a se reunir com o novo líder cubano, acentuando a proximidade entre a alta hierarquia católica e o governo cubano.

A alusão de Raúl Castro ao diálogo com a Igreja Católica na inauguração do VI Congresso do PCC, em 2011, e a visita do Papa emérito Bento XVI, em 2012, reafirmaram, pois, a consolidação e a normalização conflitante das relações entre ambos, confirmando o que aponta Contreras Garcia:

[...] as relações entre a Igreja Católica e o Estado cubano atravessam, atualmente, um dos melhores momentos de sua história, embora estas duas instituições mantenham sérias discordâncias sobre quais devem ser os direitos fundamentais do ser humano e os princípios sobre os quais a sociedade civil deve se sustentar. Nos últimos anos, os bispos de Cuba procuraram se aproximar do governo de Castro através do diálogo, com o duplo propósito de recuperar os espaços perdidos desde o triunfo da Revolução e de contribuir para a adoção de medidas reformistas que possam facilitar, no futuro, um processo de transição para a democracia.³⁹ (CONTRERAS GARCIA, 2013, p. 193, tradução nossa).

Ressalte-se que tal reaproximação demonstra uma convergência, inédita na história recente do país, marcada por benefícios e críticas. No primeiro caso, a liderança cubana parece ter encontrado um interlocutor confiável e mais amistoso que os grupos dissidentes e que lhe confere uma legitimidade, interna e externa, necessária ao novo contexto internacional. Já para a Igreja Católica, tal reaproximação consolida sua posição como principal interlocutor e mediador interno dos conflitos e mudanças que perpassam o regime cubano, impulsionando seu papel na sociedade cubana contemporânea. No entanto, essa relação enfrenta críticas de grupos opositores, próximos ou distantes da Igreja Católica, por considerarem demasiado moderada sua atuação; do lado do governo, ainda persistem dúvidas sobre as reais intenções e o grau de comprometimento da Igreja com o ideário socialista.

O papel de mediadora de conflitos internos e internacionais tem-se combinado com o pragmatismo da era Raúl Castro e tornou-se evidente na atuação da Igreja católica, através do Vaticano, nas negociações para a retomada das re-

³⁹ “[...] las relaciones entre la Iglesia Católica y el Estado cubano atraviesan actualmente uno de los mejores momentos de su historia, aunque estas dos instituciones mantienen serias discrepancias sobre cuáles han de ser los derechos fundamentales del ser humano y los principios sobre los que debe sustentarse la sociedad civil. En los últimos años, los obispos de Cuba han tratado de acercar posiciones con el gobierno castrista a través del diálogo, con el doble propósito de recuperar los espacios perdidos al triunfo de la revolución y de contribuir a la adopción de medidas reformistas que puedan facilitar, en el futuro, un proceso de transición hacia la democracia.”

lações diplomáticas entre Cuba e EUA, anunciada em 2014. Nesse caso, dada a importância, simbólica e real, de tal retomada, pode-se apontar que a função de mediadora contribuiu para a consolidação dos movimentos apontados e impulsionou a importância e a presença da Igreja na sociedade cubana. Além disso, a convergência com as posições adotadas pelo novo papa, Francisco I, podem contribuir para o aprofundamento dessa atuação.

Um aspecto a ser destacado evidencia o novo momento das relações e a relevância da Igreja católica no cenário interno cubano. Trata-se do fato de que os três últimos papas visitaram a ilha, enquanto, entre os anos 1960 e 1980, nenhum papa havia feito isso.

De qualquer forma, tal reaproximação permite constatar que, como aponta Alonso:

Podemos afirmar, a essa altura, que o catolicismo resgatou uma influência institucional e, ao mesmo tempo, um lugar significativo na demografia religiosa cubana. Foi criado um espaço para a Igreja católica, proporcionalmente mais compartilhado, hoje, com o mundo das denominações protestantes e com a presença de religiosidade de origem africana, que não se limita a santeiros e “paleros”, em sentido rigoroso, mas que atravessa amplos setores da freguesia católica. [...] Em todo caso, o espectro religioso cubano de hoje talvez seja o que maiores conquistas reflete, na história de Cuba, na superação das discriminações e na contribuição para fomentar um clima de liberdade religiosa sem diferenças de credos. (ALONSO, 2011, p. 114).

Conclusão

Ao longo deste trabalho, procuramos analisar a relação Igreja e Estado em Cuba, considerando a atuação da Igreja Católica em Cuba, desde o início do processo revolucionário (1959) até os dias atuais. Nesse sentido, procuramos demonstrar que, se na década de 1960 as relações foram marcadas pela tensão e equidistância, na primeira década do século XXI elas adquiriram um grau de maturidade, de confiança e cooperação, ainda que se mantenham focos de conflito.

A tensão e a equidistância dos anos 1960, influenciadas pelo contexto da época, só podem ser compreendidas quando se considera a atuação da liderança revolucionária e da hierarquia católica, a incompatibilidade de objetivos e as fontes de divergência. No caso da Igreja, dois elementos determinaram o distanciamiento: o forte discurso anticomunista, intenso numa igreja conservadora, e os atos revolucionários do novo governo, consubstanciados nas leis de educação e reforma urbana, que afetaram diretamente os interesses da igreja. Em relação à liderança revolucionária, foi determinante o ateísmo do marxismo clássico, a

perspectiva de que a Igreja não havia denunciado e combatido a ditadura de Batista e, em menor medida, o receio de que a Igreja acolhesse grupos contrários ou que pudesse ser influenciada pela propaganda norte-americana.

Desde o final dos anos 1960 até os 1980, embora ocorressem sinais de abertura e aproximação de ambas as partes, as dificuldades de compreensão e os focos de conflito foram predominantes.

Isso se modifica, efetivamente, a partir dos anos 1990, devido às profundas transformações na política interna e internacional. Nesse sentido, a queda do bloco soviético trouxe para a liderança do país um duplo desafio: a necessidade de enfrentar a profunda crise econômica e de reconstruir as relações internacionais. Para tanto, foi necessário um conjunto de reformas, em diversos planos, que contribuíram para a aproximação.

Ocorre, portanto, em Cuba, um processo de revisão e adaptação do ideário socialista à nova realidade que alimenta o processo de reformas, abrindo espaços para o entendimento e a cooperação entre o governo e a Igreja. O ponto culminante dessa relação ocorreu com a visita do papa João Paulo II à Ilha, em 1996. Para a liderança cubana, essa visita significou a consolidação da estratégia de reinserção no cenário internacional e legitimação da política interna. Para a Igreja, a visita consolidou seu espaço institucional na nova realidade, credenciando-a como ator importante no atual processo político do país. Desde então, todos os papas católicos visitaram o país. Dessa forma, podemos afirmar que a tensão e a equidistância foram substituídas pelo diálogo e cooperação, demonstrando um amadurecimento de ambos os lados, embora continuem persistindo focos de conflito.

Referências

ALMENDRA, C. C. A situação econômica cubana diante da queda do Leste Europeu. In: COGGIOLA, O. **Revolução Cubana: história e problemas atuais**. São Paulo, Ed. Xamã, 1998. p. 135-154.

ALONSO, A. A Igreja católica, a política e a sociedade. **Revista de Estudos Avançados**, IEA/USP, v. 25, n. 72, p. 107-115, 2011.

ALONSO, F. R. El V congreso del partido comunista de Cuba. **América Latina Hoy**, Salamanca, n. 18, p. 61-71, 1998.

ALZUGARAY TRETO, C. Reflexões sobre o presente e o futuro político de Cuba nos albores do século XXI – uma abordagem a partir da ilha. **Relações Internacionais**, IPRI, Lisboa, p. 89-104, 2007.

_____. La política exterior de Cuba en la década de 90: intereses, objetivos y resultados. **Política Internacional**, La Habana, v. I, n. 1, p. 14-32, 2003.

AYERBE, L. F. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BANDEIRA, L. A. M. **De Martí a Fidel**: a revolução cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BETHELL, L. **História da América Latina** – da Independência a 1870. (v. III). São Paulo: Edusp, 2001.

BETTO, F. Recuerdos de Cuba: à luz dos 52 anos de Revolução. **Revista de Estudos Avançados**, IEA/USP, v. 25, n. 72, p. 217-226, 2011.

_____. **Fidel e a religião**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CALZADILLA, J. R. **Las relaciones Iglesia-Estado y Religion-Sociedad en Cuba**. CIPS, Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas, Ciudad de La Habana, 1998. Disponível em: <www.clasco.org>. Acesso em: 15 jan. 2014.

COGGIOLA, O. **Revolução Cubana**: história e problemas atuais. São Paulo: Ed. Xamã, 1998.

CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DE CUBA. La Habana: Ciencias Sociales, 1992.

CONTRERAS GARCIA, D. Iglesia Católica y Estado en la República de Cuba: pasado y presente de sus relaciones. **América Latina Hoy**, Universidad de Salamanca, n. 63, p. 177-195, 2013.

DECLARACIÓN DE LOS OBISPOS DE CUBA. 2008. Disponível em: <www.iglesia-cubana.org>. Acesso em: 14 dez. 2013.

DOMÍNGUEZ, J. El sistema político cubano en los noventa. In: BOBES, V.; ROJAS, R. **La Transición invisible**. Ciudad de México: Oceano, 2004.

ESPACIO LAICAL. Acerca de la mediación de la Iglesia Católica en Cuba. **Espacio Laical**, v. 4, p. 1-33, 2010. Disponível em: <www.espaciolaical.org>. Acesso em: 13 dez. 2013.

LA VOZ de la Iglesia en Cuba – 100 documentos episcopales. México: Obra Nacional de la Buena Prensa, 1995.

LOWY, M. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez, 1995.

MAYEDO, I. S. La Iglesia católica en el epicentro de las transformaciones. In: PLÁ LEÓN; ARÓSTEGUI, R.; MELY G. **Marxismo y Revolución**. La Habana: Ed. Ciencias Sociales, 2006. p. 137-156.

MESA-LAGO, C. Hacia una evaluación de la actuación económica y social en la transición cubana de los años noventa. **América Latina Hoy**, Universidad de Salamanca, n. 18, p. 19-39, 1998.

PCC. IV CONGRESSO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. La Habana: Editora Política, 1992.

PCC. V CONGRESSO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA-RESOLUCIONES. La Habana: Editora Política, 1998.

RIVEREND, J. L. Cuba: do semicolonialismo ao socialismo, 1933-1975. In: CASANOVA, P. G. **América Latina: história de meio século**. Brasília: UNB, 1990, p. 59-115.

SADER, E. **Cuba: um socialismo em construção**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SALAZAR, L. S. **Cuba: aislamiento o reinserción en un mundo cambiado?** La Habana: Ciencias Sociales, 1997.

SZNAJDER, M.; RONIGER, L. Política, *ethos* social e identidad en la Cuba contemporánea. **América Latina Hoy**, Universidad de Salamanca, n. 29, p. 155-178, 2001.

REVOLUÇÃO, FOTOGRAFIA E CONSTRUÇÃO NARRATIVA: A “ÉPICA REVOLUCIONÁRIA CUBANA”

Introdução

A Revolução Cubana foi um dos principais acontecimentos do século passado na América Latina e inseriu a pequena ilha caribenha no cenário internacional, tornando-a um componente fundamental do conflito entre as duas superpotências internacionais durante a Guerra Fria. Por essa razão, a revolução alcançou projeção mundial e a atuação política de suas lideranças, associadas às mudanças e realizações que procurava projetar, impactaram, desde então, inúmeras dimensões da vida social, política e cultural latino-americana.

Nesse sentido, a ascensão de um grupo de jovens ao poder, com seu visual barbudo e espartano, associada aos ideais pelos quais lutavam, impactou o imaginário regional, adquirindo relevância, na medida em que a presença da Revolução Cubana se estendia a América Latina e África. Além disso, a construção, a partir dos anos 1960, de uma narrativa mitológica contribuiu para o desenvolvimento da mitologia revolucionária que, em maior ou menor medida, orientou e estruturou o olhar sobre esse processo.

Certamente, a Revolução Cubana não foi pioneira no uso dessa construção. Ao longo da história, em textos e imagens, os grandes processos políticos e sociais encontraram narradores que desenvolveram um olhar e compreensão sobre eles, construindo narrativas que procuravam valorizar as ações realizadas e projetar ou ampliar suas realizações. Tal construção adquire um novo potencial com o surgimento, no século XIX, da fotografia, que passou a acompanhar, testemunhar e construir uma narrativa associada aos eventos. As grandes revoluções do “breve” século XX, então, foram captadas por inúmeras imagens que revelaram o dramatismo, heroísmo e os desafios associados a esses eventos.

Nessa perspectiva, a fotografia retoma o papel mitológico de Janus, deus romano que procurava conciliar tradição e mudança, servindo tanto como forma de documentar o presente/passado como de instaurar uma perspectiva de futuro, pois, como aponta Lowy:

À medida que se avança no tempo, a fotografia torna-se não apenas um espelho — necessariamente deformador — dos eventos revolucionários, mas também um ator histórico, um instrumento de combate. Cada campo,

nos enfrentamentos ou nas guerras civis, utiliza a fotografia como meio de propaganda, símbolo de união, sinal de reconhecimento. E, é claro, as fotografias das revoluções anteriores inspiram cada nova revolução. (LOWY, 2009, p. 18).

Diante da relevância da arte fotográfica, o presente trabalho procura compreender a construção da mitologia revolucionária associada à Revolução Cubana, com destaque de alguns de seus principais componentes, apresentando algumas imagens significativas a elas associadas. Para tanto, além desta introdução e da conclusão, está organizado da outras três seções. Na seção seguinte, apresenta alguns elementos relativos à construção imagética, principalmente a fotografia, e a sua análise, com base na semiótica, apontando os principais referenciais teóricos e conceituais que nos permitem compreender como os processos revolucionários procuram construir uma narrativa e ampliar sua projeção política, geográfica e temporal. Em seguida, apresentamos uma breve narrativa histórica sobre o processo revolucionário cubano, com especial ênfase em seus momentos iniciais, em que se configurou a construção da mitologia revolucionária cubana e a projeção desse processo. Finalmente, apresenta e analisa os componentes fundamentais da “épica revolucionária” cubana, com destaque de seus elementos e indicação de seus principais representantes, além de algumas imagens a eles relacionadas, apontando como contribuíram para a construção de uma narrativa sobre a Revolução Cubana que, sem dúvida, contribui para a determinação sua projeção internacional.

A fotografia como discurso e instrumento revolucionário

Com os recursos e técnicas desenvolvidos nos últimos anos, pode-se constatar que vivemos em um mundo cada vez mais hipervisual, onde a imagem adquiriu uma presença avassaladora e contribui, de forma decisiva, para a construção de “visões de mundo”, gerando identidades, promovendo ideologias e socializando significados.

Isso ocorre, em grande medida, devido ao advento da fotografia, em meados do século XIX, que possibilitou que o mundo das imagens pudesse ser registrado e reproduzido com uma precisão antes inexistente, preservando para a posteridade fatos, eventos e acontecimentos, banais ou grandiosos, e afirmando a memória, individual ou coletiva, como construção histórica que nos remete ao passado, mas também ao presente e ao futuro. Dessa forma, como aponta Kossoy: “[...] toda fotografia tem sua origem a partir do desejo de um indivíduo que se viu motivado a congelar em imagens um aspecto dado do real, em determinado lugar e época” (KOSSOY, 2001, p. 36).

A análise das imagens, embora inicialmente negligenciada pelas Ciências Sociais, adquiriu maior relevância com o desenvolvimento dos estudos culturais nos anos 1950 e com a afirmação da sociologia da cultura. Consolidaram-se duas perspectivas analíticas sobre tal temática, segundo Meneses (2003): uma associada à comunicação e construção de valores e identidades culturais por mediação visual, ou seja, a inclusão do visual no processo social; outra, relacionada à produção e consumo que envolve o visual, incluindo a arte e design, que proliferou sob o termo “indústria cultural⁴⁰”.

A fotografia na modernidade revela uma imagem que não apenas retrata uma realidade (ou parte dela), mas permite a construção de discursos interpretativos sobre ela. A imagem focada e reproduzida conduz, portanto, a uma interpretação da realidade e à valorização e ocultamento dos traços mais relevantes. Dessa forma, o ato de fotografar, além de captar um momento ou situação vinculada à realidade, pressupõe e propõe um olhar sobre esta, e a afirmação de uma visão de mundo que pode ter uma pretensão universal.

Nesse sentido, os principais eventos do mundo contemporâneo, principalmente os revolucionários, foram captados, retratados e interpretados pelas imagens, o que contribuiu para a afirmação de uma percepção sobre o fenômeno fotografado. Como apontam Weller e Bassalo: “Mais do que as palavras, as imagens produzem sentimentos, identificação, favorecem lembranças, disparam a imaginação, a introspecção, entendimentos, anunciam ou denunciam uma realidade, evocam memórias pessoais e visões de mundo” (WELLER; BASSALO, 2011, p. 285). Geram, portanto, signos e significados que possibilitam a construção de representações sociais e a reafirmação de um olhar, uma perspectiva sobre a realidade.

Por isso, como aponta Trevisan (2000), a fotografia ocupa um espaço natural nas matérias produzidas pela imprensa. Ela remete o leitor, de imediato, ao reconhecimento da sua dimensão documental, como reflexo ou espelho do real. Assim, compreende-se o que afirmava Barthes, ao apontar que “a imagem transforma-se numa escrita, a partir do momento em que é significativa”, completando que “uma fotografia será, por nós, considerada fala exatamente como um artigo de jornal” (BARTHES, 1985, p. 132).

A fotografia, a imagem em geral, não é tão objetiva e neutra como parece se apresentar. Revela uma interação entre o aspecto puramente objetivo, que a

⁴⁰ Além das dúvidas sobre a potencialidade científica da imagem fotográfica, é preciso considerar, conforme Weller e Bassalo, que: “A resistência em considerar a fotografia como fonte ou instrumento de pesquisa na sociologia se deve às formas de produção do conhecimento que sempre privilegiaram a tradição escrita [...]” (WELLER; BASSALO, 2011, p. 288).

foto representa, e o subjetivo, do olhar e sensibilidade de quem documenta e, principalmente, de quem interpreta. Como aponta Novaes:

As imagens, especialmente o filme e a fotografia, são “signos” que pretendem completar identidade com a coisa representada, como se não fossem signos. Iludem-nos em sua aparência de naturalidade e transparência, a qual esconde os inúmeros mecanismos de representação de que resultam. (NOVAES, 2008, p. 456).

Da mesma forma, a fotógrafa da Revolução Nicaraguense Cordelia Dilg afirma que: “Nenhuma foto é produzida sem intenção. Eu escolho o objeto, decido o instante da tomada, determino a forma estética e completo as fotos com uma legenda (um texto)” (LOWY, 2009, p. 15).

Apesar de se apresentar como mediadora inocente, a fotografia é resultado do contexto social em que emerge, reforçando ou negligenciando certos aspectos da realidade e produzindo uma determinada visão sobre os acontecimentos. Ainda, ao trazer o que está distante ou ausente, como representação da realidade social construída historicamente, sua interpretação é resultado da interação entre os objetivos do autor, o contexto social e a reação do observador, que pode conferir maior ou menor relevância aos aspectos retratados. Em suma, a fotografia revela algo sobre a sociedade, tanto na escolha e na forma como a realidade está representada, como na ausência de outros elementos.

Outro aspecto relevante da fotografia, apesar de sua relativa objetividade, é que ela é polissêmica e ambígua, podendo conduzir a diferentes interpretações. Nesse sentido, apesar de retratar uma realidade objetiva — uma flor ou um gato —, tal imagem está carregada de significados e permite várias interpretações ou visões, dependendo de quem a olha, do contexto em que é visualizada, de seus valores, de seu lugar no mundo e da interpretação decorrente desses elementos. Sabe-se que os elementos do conteúdo da fotografia só irão adquirir sentido por meio das relações estabelecidas entre eles e o observador. Tornam-se visíveis através da interpretação que lhe é dada, e ao efeito de sentido que a circunscreve; por isto é multidirecionada, isto é, dependerá do olhar de cada “leitor” (WELLER; BASSALO, 2011).

Considerando os eventos revolucionários e sua representação, como indica Lowy (2009), a fotografia parece captar melhor o espírito único e singular de cada revolução por meio dos rostos, gestos, situações e movimentos que nenhum texto escrito pode transmitir, contribuindo para o desenvolvimento de uma narrativa revolucionária que pretende estabelecer uma interpretação sobre tal processo.

Nesse sentido — de captação do momento e do espírito singular do objeto — também se orienta Retamar (1988), ao apontar a fotografia cubana como descrição ampliada de uma conjuntura histórica revolucionária, que reforça a sua importância:

Mas acho que, pelo contrário, a conjuntura é muito propícia para essa memória. O imenso impacto produzido por esses eventos, longe de diminuir a importância da fotografia, a potencializou notavelmente: propôs-lhe o estimulante desafio de colocá-la a altura (e à profundidade e à beleza) dos grandes sucessos. É a honra da fotografia, da arte cubana em geral, que o desafio tenha sido aceito e respondido de forma criativa.⁴¹ (RETAMAR, 1988, p. 7, tradução nossa).

De fato, as imagens podem nos ajudar a captar a essência da ação humana documentada, não somente com base em um conceito, uma abstração, uma ideia ou uma estrutura, noções que geralmente estão associadas a esses processos e que significam a racionalização e a limitação de um processo que, ao contrário, é totalizador, pois envolve razão e emoção e condensa dramas particulares e sociais, combinando a universalidade própria das revoluções com as especificidades culturais, históricas e nacionais (LOWY, 2009).

Finalmente, no caso cubano, isso se torna evidente, visto que as fotografias também se tornam uma forma de impulsionar a utopia, elemento fundamental das ações revolucionárias, indicando, visual e metaforicamente, os caminhos que possivelmente irão trilhar, pois, como afirma Lowy:

As fotos de revoluções — sobretudo se foram interrompidas ou vencidas — possuem assim uma poderosa carga utópica. Revelam ao olhar atento do observador uma qualidade mágica, ou profética, que as torna sempre atuais, sempre subversivas. Elas nos falam ao mesmo tempo do passado e de um futuro possível. (LOWY, 2009, p. 19).

A análise da imagem fotográfica está sujeita a duas falácias, como aponta Loizos (2008). A primeira, de que a fotografia não mente, revelando que aquilo que foi registrado deve ser contraposto ao fato de que as informações podem ser alteradas, com a retirada ou acréscimo de detalhes e personagens originalmente ausentes e, atualmente, com o uso de *photoshop*, que permite a “correção” de imperfeições.

⁴¹ “Pero pienso que, por el contrario, la conyuntura es bien propicia para ese recuerdo. El inmenso impacto que produjeron tales hechos, lejos de aminorar la importancia de la fotografía, la potenció notablemente: le arrojó el estimulante desafío de retarla a la altura (y a la hondura y la belleza) de los magnos sucesos. Es honor de la fotografía, del arte cubano en general, que se haya aceptado el desafío, y se haya respondido a él de manera creadora.”

A segunda falácia refere-se à crença de que a fotografia é universalmente acessível e opera de forma transcultural. A essa crença pode-se contrapor que as convenções presentes em um contexto podem não aplicar em outros, bem como as variações de percepção e sentido entre os indivíduos podem alterar a leitura da imagem.

Por fim, podemos destacar que, no campo das ciências sociais, a análise da fotografia tem-se afirmado através da utilização do método documental que se desenvolve em duas perspectivas. A primeira, denominada de interpretação formulada, compreende tanto o nível pré-iconográfico (os planos de imagem) como a análise dos elementos iconográficos (tipificações do senso comum). A segunda, denominada de interpretação refletida (ou reformulada), estrutura-se pela análise da composição formal, considerando a composição planimétrica, a projeção perspectivista, tentando captar as intenções do autor, a coreografia cênica (analisando a postura dos indivíduos ou organização dos elementos) e a interpretação icônico-iconológica, ou seja, de todos os elementos presentes na fotografia (WELLER; BASSALO, 2011, p. 303-310).

A Revolução Cubana: a construção e o enquadramento da utopia?

A Revolução Cubana foi um dos principais acontecimentos ocorridos na América Latina no século passado, adquirindo relevância mundial por inserir a ilha caribenha no cenário da Guerra Fria. Dessa forma, a vitória de um grupo, liderado por Fidel Castro, sobre um governo ditatorial, e o conjunto de mudanças que prometia instaurar provocaram um profundo impacto no imaginário social e político latino-americano e mundial.

Disso decorre a magia e a empolgação que tal processo, pelo menos ao longo da 1960, gerou e que foi constatado por argutos observadores. Compreende-se, pois, a análise de Hobsbawm sobre o encanto provocado por tal revolução, ao afirmar que:

Nenhuma revolução poderia ter sido mais bem projetada para atrair a esquerda do hemisfério ocidental e dos países desenvolvidos, no fim de uma década de conservadorismo global; ou para dar à estratégia da guerrilha melhor publicidade. A revolução cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes estudantis com a desprendida generosidade de sua juventude — os mais velhos mal tinham passado dos trinta —, um povo exultante, num paraíso turístico tropical pulsando com os ritmos da rumba. E o que era mais: podia ser saudada por toda a esquerda revolucionária. (HOBSBAWN, 1995, p. 427).

Ou seja, a Revolução Cubana cativou mentes e corações, pelo menos em seus anos iniciais, servindo como fonte de inspiração e modelo para as mudanças que a América Latina necessitava e, ao se projetar internacionalmente, seus efeitos se espalharam para outros cantos do planeta⁴².

No entanto, o enquadramento posterior no contexto internacional determinado pela Guerra Fria e seu embate entre EUA e URSS serviu como impulso, mas também como freio, às energias e utopias que tal processo despertava. Dessa forma, tal contexto propiciou os elementos necessários (graças ao apoio econômico e político soviético) para as transformações que ocorriam no país, mas, por outro lado, atuou como fator limitador da potencialidade revolucionária, principalmente a partir dos 1970, com o alinhamento, cada vez mais próximo, ao modelo soviético.

Quando visitou Cuba no início dos anos 1960, Jean Paul Sartre criou uma metáfora para descrever o desenvolvimento do processo revolucionário. Utilizando-se de uma imagem comum ao Caribe, o filósofo dizia que um furacão havia passado pela ilha, apontando, com isso, os processos de transformação da velha ordem capitalista e de instauração da sociedade socialista, que revolucionava todos os aspectos da vida social: da educação à política, da economia à cultura, da posse pela terra ao lazer, da saúde ao esporte e assim por diante⁴³. Dessa forma, tal período foi marcado por, entre outros aspectos, uma mudança profunda nas estruturas (sociais, políticas, econômicas, culturais) do país, pelo envolvimento e voluntarismo de um grande número de pessoas e pelas tensões que tal processo desencadeava.

⁴² Além do que foi mencionado, outros elementos presentes nos anos iniciais da Revolução Cubana contribuíam para sua projeção, dentre eles “a atualização da ideia de Revolução, em contraposição à apatia e o oportunismo dos PCs; a legitimação da heterodoxia política e ideológica a respeito de como fazer a Revolução e como construir o socialismo; o anticapitalismo e o anti-imperialismo, caracterizados pela ruptura total com os EUA; a estratégia de poder centrada na guerra de guerrilhas, baseada no campo; a solidariedade internacional – o internacionalismo proletário – como um dos componentes básicos de sua formação ideológica e ação política; a ética da dedicação revolucionária, com a militância identificada com a própria vida, exemplificada na vida do Che que dizia “o dever de todo revolucionário é fazer a Revolução” e da construção do homem novo; e, finalmente, a ênfase no papel da vanguarda e dos aspectos subjetivos para a vitória” (SADER, 1991, p. 23).

⁴³ Segundo Sartre: “A revolução é remédio em dose cavalari: uma sociedade quebra os próprios ossos a marteladas, arrasa estruturas, convulsiona instituições, transforma o regime de propriedade e redistribui seus bens, orienta a produção segundo outros princípios, buscando aumentar-lhe, o mais depressa possível, o índice de crescimento, e no instante mesmo da mais radical destruição procura reconstruir, procura dar a si mesma, com enxertos de ossos, um novo esqueleto. O remédio é drástico. Frequentemente é preciso impô-lo pela violência” (SARTRE, 1986, p. 21).

A vitória de 1959 inicia uma nova fase na história do país e, apesar de não existir consenso entre os estudiosos⁴⁴, é possível identificar seis períodos no processo revolucionário.

A primeira fase, denominada de transição revolucionária, de 1959 a 1962, procura iniciar o processo de mudanças com a participação de diversos segmentos da política cubana. A segunda, denominada de radical ou de socialista revolucionária, que se estende de 1962 a 1970, é a da construção do socialismo, com ideias e iniciativas autônomas. A terceira, a institucionalização socialista, de 1970 a 1989, é marcada pela afirmação da estrutura socialista e consolidação do poder governamental, pelo fortalecimento da relação com a URSS e pelo programa de “Retificação dos erros”, a partir de 1985. A essas, poderíamos agregar duas novas fases, considerando o contexto contemporâneo: a do “período especial em tempos de paz”, que se estende de 1990 até a retirada de cena de Fidel Castro, em 2006, caracterizada por reformas e mudanças constitucionais, políticas e econômicas, para garantir a sobrevivência depois da queda do bloco soviético; e a atual, de “atualização do modelo”, conduzida por Raúl Castro, que procura redefinir parte do modelo anterior, buscando a construção de um socialismo viável e adaptado ao século XXI (MONIZ BANDEIRA, 1998; SADER, 2001; DOMÍNGUEZ, 1998; LE RIVEREND, 1990; AYERBE, 2004). Nossa atenção, neste artigo, se concentra nas duas primeiras fases que estão interligadas, já que a radicalização da década de 1960 foi gestada pelas ações e estruturas iniciadas no período inicial.

A etapa da transição revolucionária (1959-1962) pode ser caracterizada por um período inicial marcado pela moderação, principalmente no nível governamental, que, a partir de 61, é substituída pela radicalização ideológica e política. A compreensão desse período combina a análise da ação cubana em relação a três dimensões fundamentais: as mudanças internas e a tensão entre moderação e radicalismo, a relação crítica com os EUA e, finalmente, a aproximação com a URSS.

Em relação ao primeiro aspecto, as mudanças internas, destaca-se um descompasso entre o governo formal, liderado inicialmente por Manuel Urrutia e, em seguida, por Osvaldo Dorticós, e o poder real, encarnado por Fidel Castro e outros líderes revolucionários. Para o primeiro, tratava-se de levar a cabo um programa de moralização e de desenvolver um programa moderado, tendo como eixo uma ampla coalizão política. Para Fidel e boa parte da liderança revolucionária,

⁴⁴ Para exemplificar essa ausência de consenso, vale destacar que autores como Sartre e Florestan apontam para duas fases: a transição revolucionária e a construção do socialismo; outros, como Sader e Ayerbe, com que concorda Domínguez, apresentam três fases: transição, construção do socialismo e institucionalização. Nesse sentido, ver também Le Riverend (1990), *Cuba: do semicolonialismo ao socialismo*. Além disto, é necessário mencionar que os períodos mais recentes, a partir dos anos 1990, não estão incluídos.

era necessário aplicar o programa descrito no texto de “A história me absolverá”, com a implementação de uma série de medidas, como a redução do preço dos alugueis, livros e eletricidade, a liberação do uso público das praias e ações de confisco de bens de corrupção. No entanto, essas medidas ainda não eram suficientes para aplacar o ímpeto revolucionário, e sob elas se desenvolvia outra estratégia.

O poder político parecia se deslocar cada vez mais para instituições, com a predominância dos setores mais radicais, como ocorreu com o Instituto Nacional da Reforma Agrária (INRA), que elaborou as leis promulgadas nesse setor e pouco a pouco passou a elaborar as principais medidas na área econômica, por concentrar os principais quadros econômicos revolucionários do país (MONIZ BANDEIRA, 1998, SZULC, 1987).

Além disso, temos a criação e a consolidação de inúmeras instituições de massas, que terão um papel decisivo no desenvolvimento posterior da Revolução. Entre elas podemos destacar: a Federação das Mulheres Cubanas (FMC), a Central dos Trabalhadores Cubanos (CTC), os Comitês de Defesa da Revolução (CDR), e o próprio desenvolvimento do partido revolucionário, denominado inicialmente de Partido Unido da Revolução Socialista (PURS), depois Organização Revolucionária Integrada (ORI), até chegar a sua denominação atual, Partido Comunista de Cuba (PCC), em 1965. Finalmente, o processo de radicalização se torna visível nas medidas e leis promulgadas pelo governo, dentre as quais se pode destacar uma segunda lei de Reforma Agrária⁴⁵, a Lei de Propriedade, e o processo de nacionalização de, aproximadamente, 380 empresas do setor bancário, elétrico, telefônico e de transportes, entre outros, de origem americana, principalmente, canadense ou europeia, acentuando a tensão das relações cubano-americanas (AYERBE, 2004; SADER, 2001).

Até os anos 1960, os EUA haviam ocupado um papel central nas relações externas cubanas, tendo um papel predominante na economia e relevante na política interna, desenvolvendo relações intensas com a ilha. Para qualquer processo de transformação política, seria preciso levar em consideração a postura que o governo americano iria desenvolver. É consensual que, apesar de alguns membros do grupo revolucionário apontarem para a inevitabilidade do conflito e a incompatibilidade entre os interesses dos americanos e dos países latinos, durante o processo revolucionário não se encontra de forma explícita nenhum discurso ou documento que remeta à tensão e ao rompimento posterior. No en-

⁴⁵ Segundo Nuñez Jimenez, geógrafo e líder cubano, “Durante dois meses participamos de reuniões que varavam as noites em Tarará, onde Che Guevara estava recuperando sua saúde. Fidel Castro fazia questão de saber cada item que escrevíamos no novo texto da lei de reforma agrária, a peça central da legislação revolucionária, sugerindo ideias e modificações” (SZULC, 1987, p. 559).

tanto, tal confronto seria inevitável na medida em que se procuravam materializar as promessas revolucionárias, já que elas se chocariam, inevitavelmente, com os interesses estadunidenses.

As medidas, tomadas ao longo de 1959 e 1962, foram elevando as tensões entre os dois países e podem ser identificadas, conforme Ayerbe, da seguinte forma: pressões para restringir a venda de combustíveis, que obrigaram o país a recorrer ao petróleo soviético, o que levou companhias americanas, como a Texaco, e outras, como a Esso e a Shell, a se recusarem a refinar tal petróleo; a redução da cota de importação do açúcar em 95%; a nacionalização, em agosto e outubro de 1959, de propriedades e empresas privadas nacionais; o rompimento de relações diplomáticas, em janeiro de 1961; o bombardeio, em abril de 1961, de quartéis e aeroportos cubanos por aviões dos EUA; a proclamação do caráter socialista da revolução, no mesmo mês; a invasão da Baía dos Porcos, apoiada e financiada pelos EUA; a expulsão de Cuba da OEA, em janeiro de 1962; a decretação do bloqueio econômico, com a proibição de importações de produtos cubanos ou outros, importados através do país, em março de 1962; e a instalação e a crise dos mísseis, em outubro do mesmo ano, que levou o mundo à beira de um conflito nuclear (AYERBE, 2004, p. 62-63).

No entanto, o conflito com os EUA só foi possível graças ao apoio político e material da URSS, dentro da geopolítica da guerra. A aproximação, tímida no início, se consolida com a declaração do caráter socialista da Revolução, em abril de 1961, e o envolvimento cada vez maior da potência soviética com o desenvolvimento do país. Além disto, como já ressaltamos, a ligação com a URSS, se, por um lado, fornecia as condições para o desenvolvimento do processo revolucionário cubano, acabou, por outro lado, limitando seu potencial, principalmente a partir dos anos 1970, com a institucionalização deste, conforme os cânones soviéticos, e mostrando-se dramática na 1990.

Ao radicalismo presente, a partir de 1962, além dos elementos destacados, podem-se agregar outros aspectos. Em primeiro lugar, uma política intensa de nacionalizações, que atinge seu auge no final da década, com a extinção de qualquer vestígio de mercado privado, e de coletivização das atividades. Em segundo, o debate sobre o modelo e os rumos da economia do país, em que se destaca a polêmica que envolvia Che Guevara e a importância dada aos estímulos morais, em contraposição ao modelo soviético de estímulos materiais, bem como a tentativa de industrialização do país, marginalizada nos anos 1970, com a intensificação dos laços com a URSS. Ainda, a atuação internacional de apoio (político e material) ou promoção dos grupos identificados com a trajetória da Revolução Cubana, exemplificada na criação da OLAS (Organização Latino-Americana de

Solidariedade) e OSPAAL (Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina), como estratégia para o aparecimento de governos revolucionários. Finalmente, no campo das artes, a criação de instituições, como o ICAIC, e a promoção de uma estética (artística, literária, visual) integradas às mudanças que se desenvolviam e ao ideário socialista.

Deve-se destacar que essa profunda transformação, pelo menos nos anos 1960, foi marcada por um profundo voluntarismo, interno e internacional, que permitiu a liberação de energias revolucionárias, mas que nem sempre esteve associado à devida preparação e organização, daí a ausência de continuidade (institucional e de projetos) até chegar ao limite das forças sociais, como evidenciada na safra dos 10 milhões (final dos anos 1960), cujo fracasso propiciou a institucionalização do regime, com a adoção e integração ao modelo soviético. Por outro lado, esse período inicial foi marcado por inúmeras tensões, tanto internas, como a famosa polêmica com os intelectuais, como externas, como a relação com os EUA e a América Latina, que influenciaram e delimitaram, em maior ou menor medida, o desenvolvimento posterior do processo.

É nesse contexto e ações dos anos 1960 que se pode compreender melhor os rumos posteriores, principalmente a partir da década seguinte. A institucionalização do modelo, política e economicamente, passa a estar cada vez mais próximo do modelo da URSS, e integrado à sua comunidade (CAME), apesar de alguns aspectos de relativa autonomia, como algumas organizações de massas e a inserção nos conflitos africanos. Tal aproximação atingiu profundamente o campo da cultura e das artes, sendo conhecido, internamente, como o “quinquênio gris” (HERNANDEZ, 2002). De qualquer forma, antes disso, a intensa década de 1960, ao liberar o potencial revolucionário, com seus acertos e limitações, permitiu que emergisse uma construção narrativa sobre a Revolução que, na fotografia, conduziu à emergência da “épica revolucionária”, como documentação e projeção da utopia de que trataremos a seguir.

A “Épica Revolucionária Cubana”: a fotografia como arma

Considerando o que apontamos nas seções anteriores, o encontro entre a fotografia e a Revolução, no caso cubano, tornou-se um dos elementos fundamentais para a documentação e, principalmente, para o estabelecimento de uma construção narrativa revolucionária, cujo significado propiciava uma visão de seus aspectos fundamentais e sua projeção, interna e internacional, realçando determinados aspectos e perspectiva.

Desenvolveu-se, em Cuba, a perspectiva denominada de “épica revolucionária”, sintetizada pela fotógrafa e pesquisadora cubana Marucha (Maria Eugenia Haya) em um ensaio chamado “Apuntes”, publicado no México em 1976, e na organização de uma exposição denominada “Épica Revolucionária”, no I Colóquio Latino-Americano de Fotografia, realizado no mesmo país em 1978 (FERREZ, 2008). A partir deste ensaio, pode-se destacar que a “épica” predomina, embora não seja única, no período mais criativo e utópico da Revolução Cubana, destacando-se entre 1959 e 1969 (embora possam ser encontrados exemplos posteriormente), e seus autores também desenvolveram outros estilos de fotografia, como afirma Arellano:

Para entender o que foi a fotografia cubana da década de 60, não se pode pensar em unidade de estilo. Os maiores expoentes desta época, aqueles que deram forma e coerência à obra, não se classificam dentro de uma mesma corrente artística, eles brindaram a fotografia épica com traços de suas experiências passadas. (ARELLANO, 2006).

Nesse sentido, promoveram uma narrativa sobre o processo revolucionário que se constituía num registro que não se esgota em si, já que envolve um convite para conhecer a realidade cubana revolucionária e se integrar ao seu processo, pois, como aponta Retamar: “A riesgo de repetirme, insistiré en que toda foto es una invitación a ver cosas, no las cosas mismas. O, para decirlo mejor, es una cosa que invita a ver otra u otras. Y debe invitar bien, con las armas de que dispone su autor, que son artísticas” (RETAMAR, 1988, p. 8).

Esse estilo sedutor, fundamentado no uso da câmera 35 mm e da luz ambiente, apesar das diferentes perspectivas que acabou desenvolvendo, possuía alguns elementos comuns que aparecem, em maior ou menor grau, nas fotografias. Nesse sentido, pode-se destacar uma ênfase na imagem, de caráter épico, com elementos de amplitude, em que aparece o horizonte, sempre que possível, e que propicia uma perspectiva de movimento, de ação, como um dos aspectos centrais do processo revolucionário, conforme se pode observar a seguir:

Figura 1 – Campesinos em Havana.



Fonte: Osvaldo Salas e Roberto Salas, 1959.

Figura 2 – Campesinos.



Fonte: Perfecto Romero, 1959.

A perspectiva de movimento parece refletir o ideal revolucionário, de mudança profunda e radical, sugerindo ao intérprete tanto a natureza do processo pelo qual o país passava como também a necessidade de envolvimento e adesão à causa revolucionária.

Além disso, uma ênfase nas manifestações de massas, típicas do período, documentando as grandes manifestações, apontando para o protagonismo destas e para a legitimidade das mudanças conduzidas pela liderança revolucionária, ampliava o impulso utópico e popular do processo revolucionário.

Outro elemento presente foi o desenvolvimento de um senso ético, que procura retratar a realidade de maneira mais próxima possível, e a constatação de que a fotografia não apenas a retratava, mas também servia como arma revolucionária capaz de impulsionar mudanças. Dessa forma, a imagem captada não apenas projetava uma visão sobre o presente, mas indicava os possíveis caminhos a serem trilhados.

Finalmente, o acompanhamento dos principais aspectos do processo revolucionário e suas lideranças (Fidel, Che, Raúl, Camilo, entre outros), muitas vezes retratadas em seu dia a dia, procura destacar a concretização do ideário revolucionário (nacionalismo, solidariedade, mudanças sociais, transformação da sociedade cubana, entre outros) bem como a atuação de sua liderança, em contato com as massas ou na dedicação à causa revolucionária.

Os principais nomes desse estilo foram: Raúl Corral-Corrales (1925-2006)⁴⁶; Osvaldo Salas (1914-1992)⁴⁷, Mario Garcia Joya (Mayito)⁴⁸ e Alberto

⁴⁶ Formado em Fotojornalismo antes da Revolução, trabalhou para Cuba Sono Film (agência de propaganda do Partido Socialista Popular) desde meados dos anos 1940, como fotógrafo na Prensa Obrera de Cuba, e, posteriormente, para os jornais Hoy e para as revistas Última Hora, Bohemia, Carteles e Vanidades. Mas foi na Cuba Sono Film, onde se dedicava a reportagens sobre as condições econômicas e sociais cubanas, que forjou o senso ético aportado posteriormente ao registro fotográfico da Revolução (HAYA, 1988, p. 90).

⁴⁷ Formou-se como fotógrafo em Nova York. Suas imagens eram publicadas com regularidade em diversas revistas americanas, incluindo a Life, e apresentam um estilo nova-iorquino semelhante ao dos fotógrafos do pós-guerra, com talento destacado para o retrato. Após haver conhecido Fidel Castro em Nova York, Salas deu sequência a sua carreira com o objetivo filosófico e moral de retornar a Havana, e o faz dois dias antes do triunfo da Revolução (HAYA, 1988, p. 94).

⁴⁸ Formou-se em desenho gráfico e história da fotografia pelo ICAIC, atuou como fotógrafo no Periódico Revolución e outros órgãos de imprensa cubanos, participou em exposições em inúmeros países e possui coleções permanentes na Fototeca de Cuba, no Museu Nacional de Cuba, no Conselho Mexicano de Fotografia e no Internacional Center of Photography (EUA), dentre outros (HAYA, 1988, p. 92-93).

Días (Korda)⁴⁹. Além desses, outros fotógrafos documentaram a Revolução e estão associados a esta escola, dentre os quais se pode destacar Roberto Salas, filho de Oswaldo Salas, personagem igualmente interado dos movimentos políticos da época; Libório Noval, que trabalhou como fotógrafo publicitário até o início da revolução, quando passou a trabalhar para o jornal *Revolución* e para o jornal *Granma*; Perfecto Romero e Ernesto Fernández, que trabalhava como ilustrador da revista *Carteles* e, após a Revolução, passou a trabalhar para o jornal *Revolución* (ARELLANO, 2006).

Além dos aspectos elencados, pode-se apontar que tal escola construiu uma narrativa da Revolução Cubana e contribuiu para a emergência de uma interpretação desse processo, como um feito épico dos tempos modernos, conduzido por jovens líderes que atuavam com idealismo, perspicácia e desprendimento, além de uma doação integral à causa revolucionária que atingiu, de uma forma ou de outra, todos os setores e as esferas da sociedade cubana e repercutiu em toda América Latina.

Sendo assim, a “épica revolucionária cubana” retrata de uma forma multi-dimensional o processo revolucionário que o país viveu, documentando os grandes momentos associados a mobilizações populares, e o papel desempenhado por suas lideranças. Além disso, constrói uma narrativa dos grandes feitos, associados à construção de uma sociedade igualitária e dos direitos coletivos, associados à educação, saúde e solidariedade internacional, promovidos pela Revolução Cubana.

Esses e outros elementos desenvolvidos pela fotografia cubana, também presentes em outras manifestações artísticas, como construção narrativa do processo revolucionário, podem ser observados em inúmeros exemplos, que destacamos a seguir.

Em primeiro lugar, a ênfase num processo que se constitui, acima de tudo, como expressão de um nacionalismo, associado à soberania e à autodeterminação, que se corporificou no rompimento e na relação conflitiva com os EUA, que se fundamenta e atualiza na presença constante de José Martí, herói das lutas por independência do século XIX. Nesse sentido, também a militarização do processo foi percebida como algo inevitável, devido às ameaças norte-americanas e ao contexto da Guerra Fria, que propiciava a radicalização de tais processos, como forma de defender as mudanças em curso, como se pode observar a seguir:

⁴⁹ Foi um dos mais famosos fotógrafos publicitários e de moda de Havana, um retratista excepcional, ainda que com marcante influência de Irving Penn e Richard Avedon. Sócio dos estúdios, Korda, detentor de todas as habilidades e conhecimentos de um fotógrafo publicitário, conseguiu transferir o glamour característico de um retrato produzido em estúdio para imagens como *El Guerrillero Heróico*, realizada acidentalmente com uma câmera de 35 mm, durante o ato de comemoração às vítimas da explosão do casco do *La Coubre*, em 1961 (HAYA, 1988, p. 95).

Figura 3 – Martí (Avenida Carlos III).



Fonte: José Alberto Figueroa, 1988.

Figura 4 – Campesinos.



Fonte: Raul Corrales, 1960.

Figura 5 – Rompimento com EUA.



Fonte: Roberto Salas, 1961.

Figura 6 – Milicianas.



Fonte: Alberto Korda, 1961.

Figura 7 – Defesa de Havana.



Fonte: Alberto Korda, 1961.

Além disso, pode-se observar a presença fundamental das massas, em geral, procurando impulsionar o caráter popular do processo e, particularmente, o retrato dos camponeses, em diversos momentos ou situações, como o elemento dinamizador da revolução, cujo marco inicial está associado à guerrilha no campo e à implementação da reforma agrária. As transformações iniciais, associadas à reforma agrária e à campanha de alfabetização, dentre outras, podem ser observadas nos seguintes exemplos:

Figura 8 – El quijote de la farola.



Fonte: Alberto Korda, 1959.

Figura 9 – La Coubre.



Fonte: Venâncio Dias, 1960.

Figura 10 – Alfabetização.



Fonte: Libório Noval, 1961.

Figura 11 – IV Aniversário da Revolução.

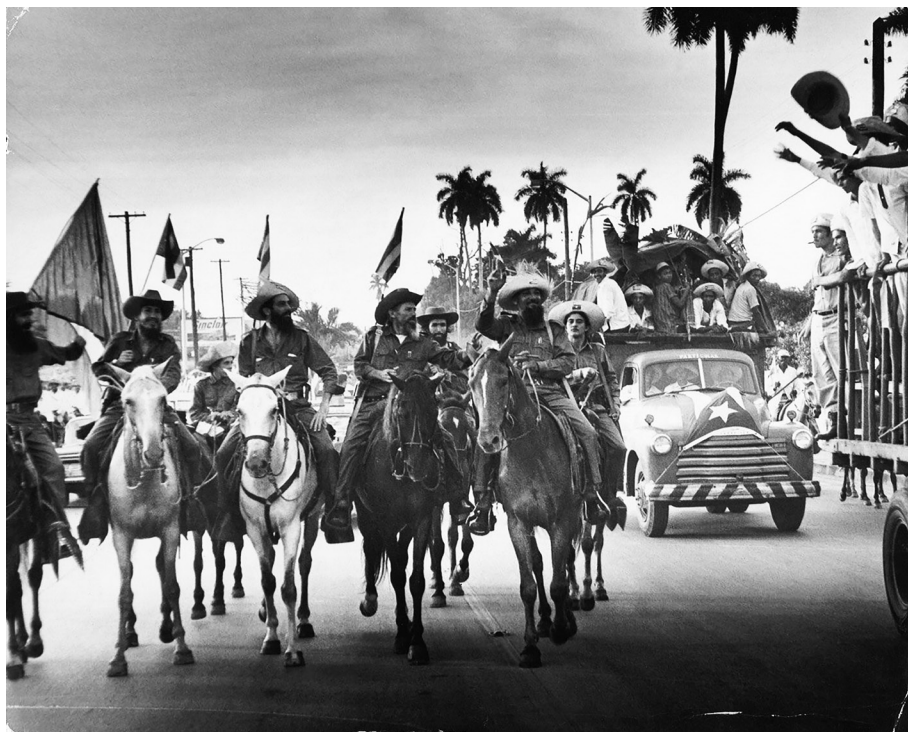


Fonte: Libório Noval, 1963.

Ademais, a relação posterior com a URSS, principalmente no que se refere à inserção econômica e à centralidade do açúcar na pauta de exportações cubanas, continuará ressaltando a importância dos camponeses para o país.

Outro aspecto ressaltado refere-se ao papel e atuação dos grandes líderes, com Fidel, Camilo e Che à frente, que são retratados em diversas situações que, em geral, reforçam sua ligação com as massas, em contato constante e direto com a população, que parece orientar as mudanças, como se pode observar nestes exemplos:

Figura 12 – Camilo chega a Havana.



Fonte: Osvaldo Salas, 1959.

Figura 13 – Os três comandantes.



Fonte: Alberto Korda, 1961.

Figura 14 – Che (Trabalho voluntário).



Fonte: Osvaldo Salas, 1965.

Finalmente, outro componente presente em tal épica refere-se às imagens associadas às grandes comemorações, em datas significativas, dentre as quais se destacam o dia do trabalhador (primeiro de maio) e, posteriormente, à solidariedade internacional, elemento fundamental da revolução até os nossos dias. Acrescentem-se, ainda, as imagens associadas ao trabalho internacionalista, que levou apoio aos movimentos revolucionários na África e na América Latina, e à atuação civil (principalmente em serviços médicos) em inúmeros países ao longo das últimas décadas, como se destaca a seguir:

Figura 15 – Primeiro de Maio.



Fonte: Mario Garcia Joya, 1961.

Figura 16 – Cubanos na África.



Fonte: Ernesto Fernández, 1982.

Embora a produção documental tenha chegado aos milhares, esses exemplos emblemáticos nos fornecem uma visão de como se construiu, em imagens, uma narrativa sobre a Revolução Cubana e suas realizações, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, associadas ao desenvolvimento de políticas sociais inclusivas e a solidariedade internacional. O desenvolvimento posterior e, fundamentalmente, os custos da adoção do modelo soviético, no entanto, pouco a pouco, minaram o impulso revolucionário dos primeiros anos.

Nesse sentido, concordamos com Retamar (1988) que, ao prefaciá-la uma obra sobre a fotografia cubana nos anos 1960, apontou a “épica revolucionária cubana” como construção narrativa que expressa um período importante da humanidade:

Estas fotos de Corrales, Ernesto, Korda, Mayito e Salas que o leitor (o observador) tem em suas mãos, convidaram durante anos, com grande beleza e eficiência, a ver momentos intensos de um grande capítulo da humanidade. Essas fotos, como tantos poemas, histórias, peças, desenhos, cartazes, fotos, documentários, canções, são hoje, serão amanhã, homenagens que a arte paga ao evento extraordinário que é a Revolução Cubana, e que neste momento não podemos imaginar sem essas obras que ela tornou possível, e que seus artistas fizeram realidade.⁵⁰ (RETAMAR, 1988, p. 8, tradução nossa).

⁵⁰ “Estas fotos de Corrales, Ernesto, Korda, Mayito y Salas que el lector (el veedor) tiene en las manos, han invitado durante años, con gran belesa y eficacia, a ver momentos intensos de un gran capítulo de la humanidad. Estas fotos, como tantos poemas, relatos, obras de teatro, dibujos, carteles, cuadros, documentales, canciones, son hoy, lo serán mañana, homenajes que el arte rinde al extraordinario acontecimiento que es la Revolución Cubana, y que a estas alturas ya no podemos imaginar sin esas obras que ella hizo posibles, y que sus artistas hicieron realidad.”

Conclusão

Ao longo deste trabalho, procuramos analisar como a Revolução Cubana foi captada e interpretada pela fotografia, com ênfase na forma como esta foi retratada pelo grupo associado à “Épica Revolucionária”, que procurou captar e impulsionar as transformações que ocorreram no país, principalmente na década de 1960 do século passado.

Nesse sentido, procuramos apontar que a imagem, através da fotografia, tem adquirido, desde que foi inventada, presença e relevância nas sociedades contemporâneas, contribuindo para o desenvolvimento e a afirmação de visões de mundo, pela revelação ou ocultamento da realidade. Além disso, destacamos que as imagens podem ser interpretadas e utilizadas de diferentes formas e que, no caso das revoluções, elas contribuíram para afirmar um modelo reificado, a fim de produzir uma linguagem, sensorial e emocional, do processo mais abrangente que escrita (racional) e delimitar a utopia.

Em seguida, analisamos a Revolução Cubana em sua década mais intensa e utópica, os anos 1960. Dessa forma, apontamos que os diversos elementos representados pelo processo cubano e as transformações que procurou realizar produziram, inicialmente, identificação e encantamento, reforçados pela mística revolucionária que a fotografia, através da “épica revolucionária”, procurava retratar.

Finalmente, descrevemos os elementos fundamentais da “épica revolucionária” cubana, demonstrando que, apesar de não se constituir um estilo único e coerente, os principais fotógrafos do país desenvolveram uma maneira de retratar as mudanças e a epopeia revolucionária que contribuiu para a afirmação de uma visão da Revolução. Os exemplos retratados revelam essa perspectiva e demonstram que, depois de 50 anos de início desse processo, e considerando os desafios atuais que o país enfrenta, essas imagens, com sua carga revolucionária e utópica, continuam mostrando que as mudanças e a justiça social podem estar no horizonte de toda sociedade.

Referências

ARELLANO, N. R. de. Sobre a Épica. In: Fotografias da Revolução Cubana, **Carta Maior**, jul., 2006. Disponível em: <<http://historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=848>>. Acesso em: 25 maio 2015.

AYERBE, L. F. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BARTHES, R. **Mitologias**. São Paulo: Difel, 1985.

CORRALES, R. **Campeiros**. 1960. 1 fotografia.

DÍAS, V. **La Coubre**. 1960. 1 fotografia.

DOMÍNGUEZ, J. I. Cuba, 1959-1990. In: BETHELL, L. **Historia de América Latina**, Barcelona, Grijalbo Mondadori, 1998. p. 95-156.

FERNÁNDEZ, E. **Cubanos na África**. 1982. 1 fotografia.

FERREZ, M. V. Música de fundo na fotografia de Marucha. In: Encontro de História da Arte, 4., 2008. Campinas. **Anais...** Campinas: IFCH/UNICAMP, 2008. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/chaa/cha/atas/2008/FERREZ,%20Monica%20Villares%20-%20IVEHA.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2015.

FIGUEROA, J. A. **Martí (Avenida Carlos III)**. 1988. 1 fotografia.

HAYA, M. E. **Cuba: la Fotografía de los años 60**. La Habana: Fototeca de Cuba, 1988.

HERNANDEZ, R. **Sin urna de cristal: Pensamiento y cultura en Cuba contemporánea**. La Habana: Centro Juan Marinello, 2002.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOYA, M. G. **Primeiro de Maio**. 1961. 1 fotografia.

KORDA, A. **Milicianas**. 1961. 1 fotografia.

_____. **Defesa de Havana**. 1961. 1 fotografia.

_____. **Os três comandantes**. 1961. 1 fotografia.

_____. **El quijote de la farola**. 1959. 1 fotografia.

KOSSOY, B. **Fotografia e História**. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LE RIVEREND, J. Cuba: do semicolonialismo ao socialismo (1933-1975). In: CASA-NOVA, P. G. **América Latina: história de meio século**. Brasília: UnB, 1990. p. 59-116.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documento de pesquisa. In: BAUER, M. W.;

GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 137-155.

LOWY, M. (Org.). **Revoluções**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MENESES, U. T. B. de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n. 45, jul. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01021882003000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 de maio de 2015.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MORELL A. G. **Consideraciones sobre fotografía cubana**. La Habana, jun. 2007. Disponível em: <<http://static.scribd.com/docs/812ji0hkwc3n9pdf>>. Acesso em: 20 maio 2015.

NOVAES, S. C. Imagem, magia e imaginação: desafios ao texto antropológico. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, out. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132008000200007&lng=en&nrm=isso>. Acesso em: 10 nov. 2014.

NOVAL, L. **IV Aniversário da Revolução**. 1963. 1 fotografia.

_____. **Alfabetização**. 1961. 1 fotografia.

RETAMAR, R. F. Presentación. In: HAYA, M. E. **Cuba: la fotografía de los años 60**. La Habana: Fototeca de Cuba, 1988. p. 7-10.

ROMERO, P. **Campesinos**. 1959. 1 fotografia.

SADER, E. **Cuba: um socialismo em construção**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. A Influência da Revolução Cubana no Brasil. In: REIS FILHO, D. A. (Org.). **História do marxismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1991. v. 1.

SALAS, O. **Che (Trabalho voluntário)**. 1965. 1 fotografia.

_____. **Camilo chega a Havana**. 1959. 1 fotografia.

SALAS, O.; SALAS, R. **Campesinos em Havana**. 1959. 1 fotografia.

SALAS, R. **Rompimento com EUA**. 1961. 1 fotografia.

SARTRE, Jean-Paul. **Furacão sobre Cuba**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1986.

SILVESTRI-LÉVY, A.; LOVINY, C. **Cuba por Korda**. Rio de Janeiro: Cosac Naif, 2004.

SZULC, T. **Fidel**: um retrato crítico. São Paulo: Best Seller, 1987.

TABIO, P. A. **Cien imágenes de la Revolución Cubana**. La Habana: Instituto Cubano del Libro, 1996.

TREVISAN, Z. **O leitor e o diálogo dos signos**. São Paulo: Clíper Editora, 2000.

WELLER, W.; BASSALO, L. M. B. Imagens: documentos de visões de mundo. In: **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 284-314, set./dez. 2011.

Parte 2

REVISITANDO A GUERRA FRIA: AUTONOMIA RELATIVA E DEPENDÊNCIA NA RELAÇÃO CUBA - URSS⁵¹

Introdução

Para os mais jovens, a Guerra Fria parece um fenômeno do passado remoto, tendo pouca relação com o contexto atual. Tal percepção é superficial, em termos gerais, e equivocada no caso cubano. Não à toa, dois estudiosos, Jorge Domínguez e Emir Sader, de matrizes políticas diferentes, publicaram, mesmo depois do fim da Guerra Fria, artigos que remetiam a essa questão⁵².

No caso cubano, a continuidade da Guerra Fria está presente, apesar das reformas e mudanças recentes, em múltiplas dimensões, e com seus contornos dramáticos e heroicos, tanto na política interna como internacional.

A relação de Cuba com a URSS foi um dos elementos fundamentais da Guerra Fria na segunda metade do século XX. Além de ser a principal aliada, e vitrine, do socialismo soviético no hemisfério ocidental, a Revolução Cubana tornou-se fonte inspiradora de movimentos revolucionários em toda a América Latina e África. A importância dessa relação para todo mundo pode ser percebida, entre outras coisas, nos dramáticos acontecimentos da Crise dos Mísseis, em 1962, que consensualmente é apontada como o momento mais tenso da relação entre as superpotências, ao ter colocado o mundo à beira do conflito nuclear. Também ganhou destaque o persistente embargo norte-americano, apesar da normalização recente das relações diplomáticas.

Apesar disso, não há, até onde podemos constatar, um balanço completo e exaustivo dessa relação, tanto em Cuba como em outros centros. O que temos são análises que procuram reconstituir historicamente a dinâmica desse período, estudos direcionados à percepção e à atuação das superpotências e seus interesses na esfera internacional (em que se destacam análises ou percepções globais e historiográficas sobre a Guerra Fria) ou, em geral, análises parciais que enfatizam a

⁵¹ Uma versão deste texto foi publicada na *Revista de Geopolítica* (UFRN), v. 4, n. 2, p. 104-126, 2013.

⁵² Os artigos são de Emir Sader “Quem tem medo de Cuba?”, publicado na *Folha de São Paulo*, sexta-feira, 26 de setembro de 2003, Caderno Brasil; e o outro de Jorge Domínguez, “Cuba y la Eterna Guerra Fría”, publicado em *Foreign Affairs en español*, 1, n. 3 (Fall-Winter 2001), p. 29-33. Recentemente pode-se mencionar o livro de Fernando Morais, *Os últimos soldados da Guerra Fria*, São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

ajuda soviética, em termos econômicos e militares, para o processo de construção do socialismo cubano.

Este trabalho, portanto, procura preencher uma lacuna evidente ao contribuir para a instauração de um debate necessário e instigante. Para isso procura apresentar e analisar os principais contornos da relação Cuba – URSS, realizando um balanço que, de certa forma, nos ajuda a compreender alguns elementos do cenário internacional e da atualidade cubana.

Para tanto, neste artigo, além dessa introdução, apresentamos, primeiramente, alguns elementos para a compreensão da Guerra Fria, tendo em vista diferentes abordagens das áreas de relações internacionais e história. Posteriormente, analisamos a relação Cuba – URSS, discutindo sua origem, os diversos planos de interação e um balanço indicativo desse vínculo para a revolução cubana, demonstrando que tal relação foi marcada pela combinação tensa entre dependência e autonomia relativa. Finalmente, nas conclusões, retomamos as ideias principais apontando que, sobre o tema, ainda há um vasto campo a ser pesquisado por diversas áreas.

Revisitando a Guerra Fria: dinâmica e desenvolvimento da ordem internacional no século XX

Apesar de seu fim relativamente recente, a Guerra Fria ainda é uma fonte inspiradora para a reflexão sobre a política internacional. Pode-se, portanto, destacar que análises sobre a natureza, a dinâmica e os impactos de tal período da história mundial podem ser instigantes para o desenvolvimento de pesquisas em diversas áreas do conhecimento. Do mesmo modo, o debate teórico sobre esse tema e as novas abordagens que emergiram de seus escombros continuam desafiando nossa compreensão sobre o sistema internacional, ainda indefinido neste novo século.

Quanto às explicações sobre a natureza do conflito, como aponta Halliday (1994), quatro grandes interpretações procuraram captar sua essência: a explicação “realista”, que afirmava que esse conflito não era diferente de outras formas de conflito do poder, diferenciando-se apenas em seu formato; a abordagem “internalista”, para a qual se tratava de um mecanismo dos grupos dominantes dos dois blocos para controle de sua população e de seus aliados; a corrente da “percepção errônea”, que a via como engano, como um exagero de diferenças ideológicas e como um conflito resultante de percepções históricas e individuais equivocadas; e, finalmente, a abordagem “intersistêmica”, que apontava a novidade do período como o conflito entre dois sistemas rivais, cujo desenlace somente

poderia dar-se com a preponderância de um deles. Dessas teorias, a escola realista foi impulsionada de tal forma que se tornou a referência básica nos estudos internacionais até a atualidade.

No entanto, consideramos, como o autor mencionado, que a abordagem intersistêmica é fundamental para a compreensão da Guerra Fria, por captar os seus diversos elementos e a sua dinâmica, além de fornecer uma explicação plausível sobre seu fim e as consequências para o cenário internacional, contribuindo de forma decisiva para a compreensão das relações (e suas consequências) entre Cuba e URSS.

A noção de *conflito intersistêmico* se refere a “um conflito específico das relações interestatais, no qual as formas convencionais de rivalidade — militar, política, e econômica — são legitimadas por divergências de normas políticas e sociais” (HALLIDAY, 1999, p. 186).

Isso significa que o embate pode ser compreendido em termos de universalidade, ou seja, da disputa entre valores que deveriam organizar toda a sociedade internacional, em torno do capitalismo ou do socialismo — o que não aparece na ideia de equilíbrio de poder ou em outras análises sobre a Guerra Fria —, complementando o padrão tradicional de compreensão das relações internacionais que enfatiza a disputa de poder entre os estados, o que, apesar de necessário, é insuficiente para o entendimento desse período.

O desenvolvimento desse tipo específico de conflito internacional se estruturou em três proposições básicas:

[...] a- a rivalidade Leste-Oeste foi um produto do conflito entre dois sistemas sociais distintos; b- esta competição envolve uma dinâmica competitiva e universalizadora; e c- somente poderia ser concluída com um dos blocos prevalecendo sobre o outro. Desta forma, destaca-se que tal ordem teve um caráter específico no sistema internacional, não percebido pelas teorias convencionais, em que a disputa pelo poder passava pela obtenção de uma nova homogeneidade, isto é, o conflito só poderia terminar com o predomínio de um lado, e não por convergência ou compromisso. Enquanto existisse um dos lados a Guerra Fria não poderia terminar. E isto foi relativamente reconhecido pelos dois lados. Do lado soviético, a necessidade de uma revolução mundial, ainda sob Lênin, ou a teoria dos dois campos de Stalin e a da “correlação de forças” de Brejnev. Do lado ocidental, o desenvolvimento da teoria de disputa entre dois mundos, o livre e o comunista, que atingiu políticos e militares e se estendeu a toda a sociedade. (HALLIDAY, 1999, p. 205).

Quando visto dessa forma, também se amplia a explicação sobre as razões efetivas do esgotamento e colapso da URSS e seu bloco. Os fatores tradicionalmente apontados (os custos da corrida armamentista, as pressões econômicas e o custo do apoio militar e comercial aos aliados)⁵³, embora importantes, não são suficientes para explicar as razões do colapso do socialismo soviético. Esses fatores devem ser complementados por dois outros, demonstrando o esgotamento da viabilidade e do poder de atração de tal experiência: a perda na crença — primeiro da população e, em seguida, da própria liderança — da superioridade do modelo soviético e a dinâmica interna do processo de construção do socialismo neste país.

Esses elementos tornam-se evidentes nos anos 1980, quando atingem a crença na liderança do país e — como as iniciativas de Gorbachev demonstraram — a perda na crença e na capacidade do regime socialista soviético em superar o capitalismo na maioria das áreas e de constituir-se num modo superior de produção e organização social e política. Internamente, tal desconfiança em relação à superioridade do regime já havia atingido parcelas significativas da população, principalmente os setores médios, desde o fim da era Krushev, como aponta Kagarlitsky (1993)⁵⁴.

Sendo assim, segundo Halliday (1999), no caso da liderança, o exemplo de Gorbachev parece ser emblemático: bastaram cinco minutos num supermercado canadense de médio porte para a questão ficar clara; e seus discursos pós-85, ao enfatizarem a comparação com indicadores ocidentais, apontam os limites da sociedade socialista soviética.

⁵³ Nestes casos seria necessário agregar alguns esclarecimentos: no que se refere à corrida armamentista, apesar de representar cerca de 25% do PIB soviético (enquanto o gasto americano representou algo entre 5% a 10%), o peso fundamental deste fator refere-se à eficiência da alocação de tais recursos e aos mecanismos de interlocução com o setor civil, que foram ignorados pela liderança soviética, tornando onerosa a corrida armamentista, mas não a ponto de provocar seu colapso; em relação às pressões econômicas, deve-se considerar que a interação comercial com o mundo capitalista, que se aprofunda a partir dos anos 1960, teve como efeito o fortalecimento do sistema soviético no curto prazo, que pode ser demonstrado pelos altos preços do petróleo, produto exportado a partir da exploração na Sibéria, e as importações de trigo, que ofuscaram o fracasso na agricultura; porém, no longo prazo os efeitos foram inibidores, já que, como destacamos anteriormente, as mudanças necessárias foram adiadas diante dos benefícios imediatos; e, finalmente, em relação ao custo do apoio econômico e militar aos aliados, principalmente do Terceiro Mundo. No entanto, é preciso ressaltar que, neste último caso, os custos maiores foram no campo diplomático, pois as transferências seguiam um outro padrão; além disso, os soviéticos se beneficiavam de certos produtos, como demonstra o caso cubano (HALLIDAY, 1999, p. 153-163).

⁵⁴ Segundo Kagalitsky, “No início dos anos 80, o Estado soviético, segundo uma comparação perspicaz de Bulat Okudzhava, fazia lembrar o Império Romano na era de seu colapso. A crise de controle desmoralizou os círculos dominantes e minou a fé na viabilidade do sistema ainda mais do que a redução do crescimento da economia e a crescente insatisfação do povo” (KAGARLITSKY, 1993, p. 44).

A ênfase nos limites e consequências impostos pelo conflito intersistêmico não invalida a importância da análise dos fatores domésticos, relacionados à natureza e às características do socialismo soviético, como o outro lado desse colapso. Com isso, queremos afirmar que o processo de construção do socialismo soviético, com suas particularidades, desafios e dinâmicas, nos permite captar melhor as opções e o destino final dessa experiência. O que sugerimos, portanto, é considerar a combinação dos desafios da política internacional, o conflito intersistêmico, que demandou um esforço para universalizar a experiência socialista, com os dilemas da política interna, o cenário doméstico, que envolve os percalços da construção do socialismo que durante muito tempo foi orientado e limitado pela “construção do socialismo em um só país”.

De qualquer forma, o que se quer destacar é que tal experiência foi perdendo sua viabilidade e poder de atração, atingindo todo o ideário socialista, daí a necessidade de reflexão sobre essas experiências e de atualização de tal ideário, para torná-lo novamente viável e atraente. Como aponta Hobsbawn:

Mas não foi o confronto hostil com o capitalismo e seu superpoder que solapou o socialismo. Foi mais a combinação entre seus próprios defeitos econômicos, cada vez mais evidentes e paralisantes, e a acelerada invasão da economia socialista pela muito mais dinâmica, avançada e dominante economia capitalista mundial. [...] Quando os líderes soviéticos na década de 1970 preferiram explorar os recursos recém-disponíveis do mercado mundial (preços de petróleo, empréstimos fáceis...) em vez de enfrentar o difícil problema de reformar seu sistema, cavaram suas próprias covas. O paradoxo da Guerra Fria é que o que derrotou e acabou despedaçando a URSS não foi o confronto, mas a déttente. (HOBSBAWN, 1995, p. 247-248).

Outro aspecto importante refere-se à sua periodização e aos impactos na relação mencionada. Para Hobsbawn (1995), esse período (da Guerra Fria) não foi tão homogêneo como parece, e pode ser dividido em duas metades, tendo como divisor os anos 1970. No entanto, a classificação mais comum refere-se às seguintes fases: a) Primeira Guerra Fria (1947-1953); b) Antagonismo Oscilatório (1953-1969); c) Déttente (1969-1979); d) Segunda Guerra Fria (1979-1989).

Dessa forma, tal classificação nos permite observar a dinâmica do conflito e como ela se associa às relações cubano-soviéticas, principalmente nos três últimos períodos. Nestes, deve-se considerar o estabelecimento de relações e os acordos e, principalmente, a Crise dos Mísseis como elementos do antagonismo oscilatório; a adesão à CAME e aos movimentos nacionalistas e revolucionários na África e América Latina para a Déttente; e, finalmente, a orientação das reformas (perestroika x correção de erros) no período final, que demonstram a com-

plexidade das relações mencionadas. Esses elementos apontam para a dicotomia dependência e relativa autonomia, como destacaremos na próxima seção.

Finalmente, vale a pena ressaltar os impactos do fim da Guerra Fria para o sistema internacional e as tentativas de compreensão da nova ordem mundial. No primeiro caso, deve-se destacar que, apesar da retórica de instauração de uma era de paz e prosperidade, o mundo Pós-Guerra Fria mostrou-se mais inseguro, caótico, conflitivo e desigual.

Como apontam Hobsbawn (1995) e Halliday (1994), os conflitos de poder e velhas rivalidades ou preconceitos nas diversas regiões ressurgiram, ocorreram mudanças no mapa interestatal, o mundo foi inundado de armas, a relação amigo-inimigo tornou-se opaca e, principalmente, o conflito Norte-Sul, talvez essencial no mundo contemporâneo, adquiriu novos contornos, consolidou uma ordem desigual e parece servir como base para a compreensão dos conflitos do século XXI (fontes energéticas, migração, desigualdades, etc.). Em suma, como aponta Hobsbawn:

O fim da Guerra Fria retirou de repente os esteios que sustentavam a estrutura internacional e, em medida ainda não avaliada, as estruturas dos sistemas políticos internos mundiais. E o que restou foi um mundo em desordem e colapso parcial, porque nada havia para substituí-los. A ideia, alimentada por pouco tempo pelos porta-vozes americanos, de que a velha ordem bipolar podia ser substituída por uma “nova ordem” baseada na única superpotência restante, logo se tornou irrealista. (HOBSBAWN, 1995, p. 251).

Na tentativa de compreensão dessa nova ordem, surgiram diversas abordagens teóricas que, apesar dos esforços e de sucessos parciais, ainda encontram dificuldades para captar a essência e a dinâmica da nova ordem mundial neste novo século, afirmando-se mais como explicações conjunturais do que como abordagens suficientes para captar os seus contornos. Nesse sentido, emergiram análises que discutem o papel das instituições internacionais, o retorno da dimensão cultural e a nova legitimidade de estudos de caráter normativo. Além disso, as mudanças estruturais de um sistema bipolar para outro, multipolar ou unipolar, também são discutidas no contexto de quadros tradicionais de análise das relações internacionais (HERZ, 1997).

Diante do que foi apontando anteriormente, quando se analisa a relação de Cuba com a URSS, nos marcos da Guerra Fria, a discussão fundamental, que orienta este trabalho, é a compreensão da natureza de relações que se estabeleceram e o grau de dependência ou autonomia de que gozava o país. Isso porque, como se sabe, a análise clássica (realismo) sobre o equilíbrio de poder nos diversos momentos

históricos mostra que a ordem bipolar que orientava a Guerra Fria era extremamente rígida e determinada pelas superpotências (PECEQUILO, 2004; ARON, 2001).

Ou seja, a divisão do mundo em dois blocos limitava as possibilidades de inserção autônoma das nações ao restringir o leque das alianças e determinar a ação das superpotências, fazendo que a perda de um aliado obrigasse a uma ação para evitar a supremacia do rival. Assim, haveria a constituição de dois blocos, liderados pelas grandes potências, o que transformaria os demais aliados em meros satélites da vontade hegemônica. Se isso for compreendido como subordinação necessária e estratégica, no nível político-institucional, podemos constatar que é verdadeira essa percepção e que ela aponta para a ação genérica dos países. Porém, se analisarmos os diferentes eventos e, até certo ponto, as opções políticas, podemos constatar que os países possuíam uma relativa autonomia (GADDIS, 2005).

No caso da Guerra Fria, certos eventos, e mesmo o desenvolvimento das relações entre as grandes potências nos diversos períodos do conflito, possibilitaram, por exemplo, a partir do descongelamento das tensões, o nascimento e a afirmação do Movimento dos Países Não Alinhados⁵⁵ e do Consenso de Potências Médias, o primeiro com a participação cubana inclusive, o que pode significar a existência dessa relativa autonomia. Desse modo, alguns países exerceram um razoável grau de autonomia, como a Iugoslávia, de Tito, o Egito, de Nasser, a Índia, de J. Nehru, e a China, de Chu En-Lai e Mao. Em suma, como afirma Gaddis:

O que Nasser demonstrou, portanto — juntamente com Tito, Nehru e Chu En-Lai — foi que ser uma superpotência da Guerra Fria nem sempre era uma garantia de se conseguir o que se queria. Existiam limites ao modo como Moscovo e Washington podiam dispor das potências mais pequenas, porque estas podiam sempre pender para o outro lado, ou pelo menos ameaçar fazê-lo. O próprio ímpeto com que a União Soviética e os Estados Unidos tentavam incorporar esses Estados nas suas órbitas acabava por fornecer aos mesmos os meios de escapar. A autonomia, em circunstâncias que podiam ter parecido adversas, começava a tornar-se possível. Os menos importantes começavam a ter o controle. (GADDIS, 2005, p. 136).

Nesse sentido, interessa-nos a compreensão das relações cubano-soviéticas, a fim de desvendar o grau de dependência ou autonomia relativa, os impactos e efeitos da União Soviética sobre Cuba, que trataremos a seguir.

⁵⁵ Como afirma Gaddis: “O não alinhamento proporcionava aos dirigentes dos Estados do Terceiro Mundo uma maneira de penderem sem cair: a ideia era não assumir qualquer compromisso com nenhum dos lados na Guerra Fria, mas deixar em aberto a possibilidade desse compromisso. Assim, se a pressão da superpotência se tornasse demasiado forte, a potência mais pequena podia defender-se ameaçando aliar-se à outra superpotência” (GADDIS, 2005, p. 132).

A relação Cuba – URSS: dependência e autonomia relativa

A Revolução Cubana foi, acima de tudo, uma revolução nacionalista que se radicalizou no contexto da Guerra Fria e nos marcos da relação dos EUA com a América Latina (AYERBE, 2004, COGGIOLA, 1998).

Nesse sentido, a referência fundamental do movimento liderado por Fidel Castro estava em José Martí, herói cubano das lutas de independência, o que se mantém até a atualidade. Além disso, não havia contatos ou apoio da URSS durante a luta revolucionária, o que só ocorreu após a vitória guerrilheira. Sendo assim, pode-se afirmar que foi a reação norte-americana às medidas tomadas pelo nascente governo, associadas às limitações do contexto internacional, que determinou a aliança cubano-soviética, pois, como afirma Wayne Smith⁵⁶, o último embaixador americano na ilha:

Até a ruptura das relações, em janeiro de 1961, não havia vínculos sólidos entre Castro e a União Soviética. Por certo, houve a visita do diplomata Anastasio Mikoyan a Cuba em 1960, mas não havia então uma relação social entre Moscou e Havana. Eu diria, inclusive, que a aproximação ocorreu definitivamente na véspera da invasão da Baía de Porcos, em abril de 1961. Castro estava a par de todos os preparativos e tinha certeza de que era só uma questão de tempo. No entanto, não pensava que enviaríamos apenas alguns milhares de exilados. Estava convencido de que várias divisões de soldados da marinha se seguiriam ao primeiro desembarque, o que não foi o caso. [...] Cuba se aproximou da União Soviética, em grande parte, por causa de nós, por causa da política dos Estados Unidos. Castro estava convencido — com razão — de que utilizaríamos todos os recursos necessários para derrotá-lo. (SMITH, 2013).

Além disso, tais relações forjadas no início dos anos 1960 só adquiriram um maior grau de entrelaçamento e dependência na segunda metade desta década, ainda que persistisse certa autonomia. Nos primeiros anos, diversos acontecimentos e debates ocorridos na ilha demonstram que a aliança com a URSS ainda não havia se consolidado, indicando relativa autonomia.

⁵⁶ Wayne S. Smith foi o último diplomata norte-americano a exercer em Cuba o cargo de embaixador. Diplomata de carreira, professor da Universidade George Washington e professor associado da Universidade John Hopkins, é diretor do “Programa Cuba” do Centro para a Política Internacional desta instituição. É considerado o maior especialista norte-americano das relações entre Cuba e EUA. Somente em 2014, foram reestabelecidas as relações entre os dois países e ainda há um longo caminho para que elas se normalizem.

Quanto aos debates, dois marcaram intensamente esse período: um de cunho acadêmico/educacional, referente à utilização dos manuais soviéticos para ensino do marxismo em diversas instâncias (Universidades, escolas, forças armadas etc.), criticados por sua simplificação e dogmatismo do marxismo (PLÁ LEON; ARÓSTEGUI, 2006); o outro, tendo à frente Che Guevara, sobre a organização econômica do país, a adoção da planificação, a diversificação econômica e da política de recompensa material sugeridos pelos técnicos soviéticos (PERICÁS, 2004); e, finalmente, o apoio cubano aos movimentos revolucionários, que discutiremos posteriormente. Apesar disso, o modelo soviético se impôs na medida em que a economia cubana tornou-se dependente da URSS, no final dos anos 1960 e, principalmente, nas décadas de 1970 e 1980.

No entanto, foi na Crise dos Mísseis, em outubro de 1962, que se delineou a dicotomia dependência e autonomia relativa. Depois da sugestão de N. Kruschew de instalação de mísseis nucleares em Cuba, prontamente aceita pela liderança cubana, e do desenvolvimento logístico que permitiu o transporte e instalação parcial em segredo, a descoberta americana e a crise que emergiu colocaram o mundo à beira da hecatombe nuclear, como em nenhum outro momento da Guerra Fria. Na crise, as negociações foram conduzidas exclusivamente pelos líderes das duas superpotências, e o acordo resultante, apesar de contemplar parcialmente os interesses cubanos, demonstraria que a URSS não colocaria em risco seus próprios interesses em certas situações. Como aponta Acosta:

A partir daquela experiência amarga mas instrutiva - na qual Cuba não foi consultada e nem levada em conta, como deveria ser - em Cuba não se voltou a confiar, da mesma maneira, na capacidade da liderança política soviética para lidar com os problemas internacionais. [...] também devemos levar em conta outra problemática que estava neste conflito e em toda a política internacional desses momentos: as relações das grandes potências com os países dependentes e subdesenvolvidos. Precisamente nela se pode encontrar uma explicação para o fato de que, enquanto a solução da crise iniciou um processo de distensão entre as duas superpotências, o mesmo não aconteceu entre os Estados Unidos e Cuba.⁵⁷ (ACOSTA, 2008, p. 228-229, tradução nossa).

⁵⁷ “A partir de aquella amarga pero aleccionadora experiencia — en que Cuba no fue consultada y tomada en cuenta, como correspondía — en Cuba no se volvió a confiar de igual forma en la capacidad de la dirección política soviética en el manejo de problemas internacionales. [...] hay que tener en cuenta también otra problemática que estuvo en este conflicto y en el conjunto de la política internacional de aquellos momentos: las relaciones de las grandes potencias con los países dependientes y subdesarrollados. Precisamente en ella se puede encontrar una explicación al hecho de que, mientras la solución de la crisis inició un proceso de distensión entre las dos superpotencias, no ocurrió lo mismo entre Estados Unidos y Cuba.”

Dessa forma, a Crise dos Mísseis conduziu a um, breve, estremecimento das relações cubano-soviéticas que, no entanto, foram aos poucos restauradas e, no final da década, conduziram à dependência do país. Apesar disso, da crise também resultou em um relativo grau de autonomia, derivado da atuação da liderança soviética e da constatação de que os interesses cubanos não eram plenamente respaldados por ela. Por essa razão, a dependência cubana pode ser percebida em diferentes planos.

No plano político e ideológico, como apontamos anteriormente, o estreitamento de laços conduziu à adoção do modelo soviético de socialismo, com sua ideologia e institucionalidade, sufocando as possibilidades de construção de um socialismo autenticamente cubano ou latino-americano, apesar do desejo de algumas lideranças. Isso nos ajuda a compreender o duro golpe, em termos ideológicos, que significou o desaparecimento do bloco soviético, os questionamentos da comunidade internacional em relação ao sistema político do país e o sentido das reformas, ainda que vacilantes, que Cuba tem experimentado nas últimas duas décadas, principalmente depois da ascensão de Raúl Castro ao poder. Em suma, a adoção de um modelo que se esgotou na própria URSS demonstrou a necessidade de atualização do ideário socialista, em geral, e do modelo cubano, como sua liderança tem reiterado, o que implica repensar a organização política, econômica e social herdada⁵⁸.

Nesse sentido, concordamos com Alonso (2011), eminente intelectual cubano, ao afirmar que:

Novamente em Cuba nos vemos obrigados a repensar nossa transição socialista, e o desafio imediato e que mais define o socialismo cubano. O dilema se define agora entre a transição de um socialismo fracassado para um socialismo viável, ou a transição para um capitalismo que amavelmente nos aconselham como realizável com “rosto humano”. Porque com o socialismo viável acontece o mesmo que com a democracia participativa: carece de referente concreto; de modo que todos, ou quase todos, queremos isso, mas não sabemos como será, nem por onde começar. Até agora temos mais

⁵⁸ Os debates sobre os problemas e o futuro do socialismo fogem ao escopo deste trabalho e é extremamente amplo, no entanto, consideramos que, embora mantendo os princípios fundamentais das ideias de Marx, o socialismo, para conseguir se tornar um projeto político viável e atraente, deve procurar redefinir e atualizar as concepções relativas, entre outras, às noções de teleologia da História, da Revolução, do sujeito revolucionário, do Estado, da construção do socialismo, da organização econômica e política no socialismo, incorporando os novos temas da sociedade contemporânea (meio ambiente, gênero, multiculturalismo, democracia...) tal como aparecem nas reflexões de Borón, González e Amadeo (2006), Harnecker (2000), Heredia (1992), Vásquez (2010), Gorender (1999), Borón (2010), Blackburn (1993), Sader (2001) e Boito Jr., Toledo, Ranieri e Trópia (2000), entre outras.

clareza sobre o que faltou na experiência socialista do que sobre as propostas adequadas para refazê-la. Em qualquer caso, com “rosto humano”, o futuro só poderá ser socialista, porque a lógica do capital acabará sempre engolindo qualquer empenho contínuo de justiça social, de amparo ante a pobreza, de fórmula social equitativa. (ALONSO, 2011, p. 15).

Portanto, a herança da relação também implica constatar que, se a Revolução Cubana (e sua mística) modificou e inspirou a esquerda latino-americana na segunda metade do século, na atualidade, tal mística já não consegue inspirar e angariar o apoio incondicional da esquerda continental, que procurou redefinir seus valores e estratégias, pois, como aponta Sader:

[...] esta etapa coincide com o final dos regimes do Leste Europeu, a crise da URSS e de suas consequências sobre Cuba, onde o aspecto que se destacava em relação à esquerda brasileira é o questionamento do modelo político cubano e, em parte, seu sistema econômico de planificação centralizada. (SADER, 2001, p. 181).

Começam a se destacar na agenda internacional e na agenda da esquerda, em particular, conseqüentemente, temas relacionados à democracia, direitos humanos, liberdades em geral, que questionam o sistema político adotado na ilha, no qual esses valores estão submetidos à lógica da ditadura do proletariado. O que queremos destacar é que a mística revolucionária, desenvolvida pela liderança cubana, sofreu uma crise de legitimação com as mudanças no Leste Europeu. Questiona-se, então, o modelo político cubano ao colocar, nessa agenda, temas relacionados à democracia, governança, direitos humanos e liberdade, entre outros, fazendo que a revolução cubana seja analisada de uma forma mais ampla e aprofundando o debate sobre suas realizações e destino.

Além disso, a especificidade da relação de Cuba com a URSS não reproduz, *pari passo*, o modelo das relações soviéticas com seus aliados do Leste Europeu. Mesmo quando consideramos a necessidade soviética de transformar Cuba numa vitrine americana do socialismo, podemos constatar que a interferência não era absoluta. Nesse sentido, vale destacar que a direção cubana não era manipulada, como nos países da Europa Oriental, ou seja, Cuba pertenceu à comunidade socialista, mas não sofria o mesmo grau de ingerência dos países orientais (SADER, 2001).

Vários exemplos, alguns já mencionados, podem ser apontados neste sentido: o papel subordinado que o PSP, partido comunista local, ocupou tanto no processo revolucionário liderado por Castro e pelo M-26, como na etapa posterior, em que suas práticas várias vezes foram classificadas e denunciadas como

sectaristas⁵⁹; o apoio cubano aos processos revolucionários, inclusive iniciativas de “exportação da revolução”, muitas vezes, apesar das orientações contrárias da liderança soviética (a guerrilha do Che na Bolívia, o apoio à revolução sandinista, o apoio intenso às lutas de libertação no continente africano); a atitude cambiante do relacionamento entre 1985 e 1991, com posturas diferenciadas em relação aos rumos da Perestroika na URSS e ao processo cubano de “retificação dos erros e posturas negativas”, que aumentavam a distância entre as lideranças. Soma-se a isso o fato de que a URSS não entrou em Cuba por conta própria, ou seja, com o apoio do Exército Vermelho, como nos outros países do Leste Europeu, mas sim pela iniciativa local e de maneira acordada e, até certo ponto, controlada pela liderança da ilha.

No plano econômico, a análise dessa relação é mais complexa e ambígua. A dependência da economia cubana tem percorrido um caminho histórico, em que se mantém sempre muito concentrada a sua relação econômica, principalmente o comércio exterior; inicialmente com Espanha, depois com os EUA e, finalmente, com a URSS.

Nesse sentido, a ligação do país com uma potência não é algo novo ou singular, mas um processo que nasce no período de colonização e se mantém, com seus limites e potencialidades, durante a Guerra Fria. Assim, toda a economia colonial cubana esteve ligada às necessidades da Metrópole, neste caso Espanha, o que a marcou profundamente, com a produção voltada para o tabaco e o açúcar, elementos constituintes da cultura cubana⁶⁰. Essa relação, como se sabe, foi uma das mais duradouras da expansão colonial europeia, persistindo até o final do século XIX, quando Cuba consegue, tardiamente, depois de duas guerras de afirmação da soberania, sua independência.

Esse padrão de ligação concentrada com um grande centro se mantém no período posterior à independência, sendo um elemento fundamental para pensar o grande conflito pós-revolucionário, devido à sua ligação com os EUA, na esteira do pan-americanismo e da doutrina Monroe. Nesse período havia, inclusive, grupos ou tendências que defendiam abertamente a “solução anexionista”, apontando para a necessidade de Cuba se transformar em mais um estado americano. Além disto, inúmeros dados do período pré-revolucionário mostram o elevado grau de depen-

⁵⁹ Tal ideia é reforçada pela expulsão e o exílio de um dos principais nomes envolvidos neste processo, Aníbal Escalante, que havia sido um dos principais líderes do partido comunista local, o PSP (AYERBE, 2004).

⁶⁰ Ver, neste sentido, entre outros, o clássico cubano de Fernando Ortiz *Contrapunteo del tabaco e del azúcar* que aponta a influência desses elementos na definição da cultura cubana.

dência cubana como o estabelecimento da Emenda Platt⁶¹, o fato de que 85% da exportação e 75% da importação eram realizadas com os EUA e a presença maciça de capitais americanos nos principais setores do país (ANCONI, 1998).

Sua relação com a URSS desenvolveu o que Bandeira (1996) denomina de “socialismo dependente”⁶², transferindo sua dependência para essa superposição e mantendo a condição de fornecedora de açúcar.

Mesmo assim, como aponta Santiago Pérez (1990), tal relação também apresenta uma singularidade, quando comparada com os períodos anteriores, devido ao estabelecimento de parâmetros específicos, orientados por: uma base quinquenal de acordos; execução deste por meio de órgãos centrais, preços ajustáveis de produtos como açúcar, níquel e cítricos, que compunham o grosso das exportações cubanas; relação baseada no rublo transferível; cobertura do déficit comercial com créditos; e concessão de créditos para o desenvolvimento de certos setores da indústria. Em suma, haveria um padrão novo na relação comercial cubana com o parceiro prioritário, que, nesse caso, significa que as relações eram mais vantajosas, pois haveria uma identidade ideológica e uma responsabilidade histórica da liderança soviética com a independência de uma nação, sendo necessária a afirmação de sua hegemonia para a expansão do seu sistema.

Em 1964, os países firmaram um convênio comercial, que estabelecia o compromisso por parte da URSS de comprar determinados volumes de açúcar, entre 1965 e 1970, e também com outros países socialistas, que garantiu um mercado estável, com preços sem oscilações do mercado internacional, ao açúcar cubano. Dessa forma, o açúcar propiciaria os recursos externos necessários e serviria para a execução de um plano de desenvolvimento. Com base nessas premissas, foi estabelecido o Plano de Desenvolvimento Açucareiro, que culminaria com uma produção de 10 milhões de toneladas em 1970.

⁶¹ Tratava-se de um anexo à Constituição Cubana que previa a possibilidade de os EUA intervirem na ilha quando os seus interesses estivessem ameaçados.

⁶² Como afirma Bandeira: “[...] ao pretenderem mudar o modo de produção capitalista e saltar para o socialismo sem modificar a estrutura predominantemente agroexportadora do país e o padrão de sua inserção no mercado mundial, que se assentava na troca de commodities por manufaturas. O projeto de industrialização, acalentado nos primeiros anos da revolução por Ernesto Che Guevara, frustrou-se na medida em que Cuba se integrou à comunidade econômica do Bloco Socialista, subordinando-se à divisão internacional do trabalho que o Conselho de Ajuda Mútua Econômica (COMECON), sob a direção da URSS, planejava e estabelecia. Assim, o governo revolucionário, ao entrar em conflito com os EUA, naquele contexto da Guerra Fria e da bipolaridade internacional de poderes, apenas transferiu a dependência econômica de Cuba, de tipo neocolonial, dos EUA para a URSS, da qual continuou como simples fornecedora de açúcar. A grande contradição de Fidel Castro, ao defender a independência nacional de Cuba, foi deixar que a Revolução enveredasse pelo caminho do socialismo dependente” (BANDEIRA, 1996, p. 3).

Os estreitos laços com a URSS desestimularam os esforços para a diversificação das atividades produtivas, apesar do processo de retificação. A URSS condicionou fortemente as atividades econômicas cubanas, garantindo preços superfaturados do açúcar (que mesmo assim eram mais baratos que os esforços soviéticos para produzi-lo em quantidade adequada), facilitando o crédito comercial, como afirmamos anteriormente, e compensando os déficits nas transações externas cubanas. Com esses arranjos, o sistema funcionou como um ciclo vicioso, mantendo Cuba especializada na produção do açúcar, que representava 80% de suas exportações no período, propiciando a manutenção da dependência e se mostrando catastrófico com o fim desses laços.

O caso do petróleo, por sua importância e impacto, é ilustrativo dessa situação. Segundo Mesa-Lago (1998), a URSS fornecia ao país mais do que ele necessitava — e a preços subsidiados —, e Cuba reexportava o excedente a preços do mercado internacional, o que chegou a representar 4% das divisas da ilha. Tal aporte teve uma queda de aproximadamente 80% em relação a 1989.

Portanto, podemos observar que essa opção gerou uma situação em que, ao final dos anos 1980, mais de 85% do intercâmbio comercial cubano estava vinculado à CAME e, ainda no início dos anos 1990, cerca de 40% dos alimentos de consumo, além do petróleo a preço preferencial, eram importados da URSS. Além disso,

Cuba tinha recebido de subsídios U\$ 5,3 bilhões em 1989. Este dinheiro era distribuído nos setores de saúde, educação, transportes e defesa, dos quais U\$ 1,3 bi destinavam-se à defesa e o restante aos demais setores. [...] Cuba custava U\$ 13 milhões por dia aos soviéticos e estes subsídios significavam 30% do PNB cubano. (ALMENDRA, 1998, p. 136).

O resultado foi desastroso, pois essa aproximação levou o país a perpetuar o atraso tecnológico e a manter um nível de produtividade inferior ao dos países ocidentais, apesar da qualificação de sua mão de obra. Quando esses laços se romperam, o comércio internacional cubano ficou reduzido a cerca de 30% do que era antes (ALMENDRA, 1998; MESA-LAGO, 1998; CEPAL, 2000).

Embora mantendo o aspecto dependente, essa experiência resultou mais positiva que as anteriores, considerando-se o desenvolvimento humano. Atualmente, Cuba possui uma população mais educada, não existe analfabetismo e a educação é obrigatória durante nove períodos. Existem altos níveis de qualificação técnica — por exemplo, na indústria se conta com um graduado para cada quinze empregados e um técnico para cada oito; e a esperança de vida é semelhante à dos países desenvolvidos, assim como alguns índices de saúde (SADER, 2001).

Além da crise econômica, os laços cubano-soviéticos determinaram a organização econômica do país ao adotar o modelo soviético, dificultando, ainda hoje, sua recuperação. A centralização econômica, fundamentada no planejamento centralizado e, no caso soviético, na retribuição material do trabalho, ao invés de contribuir para o desenvolvimento material e a consciência social, geraram escassez de mercadorias, dificuldade de desenvolvimento, descompromisso com o trabalho, ou seja, dificultaram o desenvolvimento econômico no longo prazo, a incorporação de novas tecnologias e a capacidade de iniciativa, criatividade e inovação dos indivíduos. Economicamente, as bases do socialismo soviético não se mostraram tão dinâmicas, nem foram capazes de gerar maior riqueza do que o capitalismo:

A falha básica das economias de tipo soviético, ao que parece, reside na imperfeição dos vínculos entre as decisões microeconômicas e decisões macroeconômicas — ou para dizer o mesmo em outras palavras, na inexistência de um sistema equilibrado para determinar o tempo socialmente necessário de dedicação ao trabalho. [...] Um dos problemas básicos a resolver é o desenvolvimento da microeconomia socialista — a criação de mecanismos que levem as empresas a avaliar de modo pleno e adequado a necessidade social e os custos sociais, em vez de se comportarem de modo egoísta e estreito. (BLACKBURN, 1993, p. 169-170).

Em outro plano, mais sensível, na área militar — em decorrência das pressões sofridas por Cuba por parte dos EUA —, as vantagens foram efetivamente maiores que em outras áreas, tendo o país recebido ajuda além de suas possibilidades. Ou seja, além do aspecto econômico, a URSS servia como um guarda-chuva de defesa, fornecendo para isso inúmeros armamentos e equipamentos que o país solicitava e que possibilitaram a presença cubana em conflitos na África ou na América Central, além de sua capacidade real.

Além da proteção perante os EUA, o apoio soviético converteu o país numa das principais potências militares da América Latina, considerando a qualidade do equipamento, o treinamento e a capacidade de intervenção em conflitos múltiplos e de diferentes naturezas (guerras convencionais, operações especiais, guerra de guerrilhas etc.). Como aponta Domínguez (1998), não havia na região forças armadas capazes de igualar a habilidade, a experiência e a complexidade técnica do exército revolucionário cubano e de suas forças aéreas. Isso só foi possível porque a proteção soviética se realizava por meio do fornecimento gratuito, ou a preços baixos, de armas, o que possibilitou a modernização e o desenvolvimento de equipamentos disponíveis, além dos subsídios que permitiram o envio de tropas ao exterior, atingindo seu auge no início dos anos 1980.

Por isso, com a queda do bloco soviético, o país repatriou, entre 1989 e 1991, as tropas que combatiam no exterior e que, segundo Raúl Castro, haviam conduzido um total aproximado de 300 mil cubanos em lutas na África, principalmente, e Ásia e América Latina, ao longo dos anos 1970 e 1980. Em setembro de 1989, foi completado o processo de retirada da Etiópia; em março de 1990, ocorreu a volta dos militares da Nicarágua; em maio de 1991, retornaram as tropas de Angola; e entre 1990 e 1991 retornaram tropas e assessores militares cubanos de vários outros países.

Em 1992, o país anunciou que havia deixado de desenvolver apoio militar a movimentos revolucionários que buscavam derrubar governos em outros países, recolhendo, quase que totalmente, suas tropas no exterior, por causa das dificuldades de financiamento e pelos empecilhos que isso poderia gerar na necessidade de aproximação com outras nações e com a comunidade internacional. Além disso, o país deixou de receber armamento gratuito da Rússia, diminuindo a frequência e o alcance de seus exercícios militares.

Entre 1989 e 1995, o total de gastos militares e de segurança interna foi cortado em cerca de 45%, diminuindo seu efetivo a aproximadamente 65 mil homens. Para facilitar essa redução e compensar as reduzidas pensões, o governo incentivou o emprego de ex-oficiais em companhias semiprivadas, principalmente na rede hoteleira (DOMÍNGUEZ, 2004)⁶³.

Além de possuir uma tropa extremamente profissional, os militares cubanos passaram a atuar internamente nos setores mais dinâmicos da economia e adquiriram um expressivo peso na política interna. Já Domínguez (2004) apontava que a maioria dos oficiais militares cubanos são membros do PCC, dois são membros-chave do Conselho de Ministros (Raúl Castro e Abelardo Colomé) e representavam, em 1997, 17% do Comitê Central do PCC. Mesmo sofrendo com a queda do bloco soviético, as Forças Armadas Revolucionárias (FAR), como reconhecem Mesa-Lago (2012) e Alzugaray Treto (2007), se tornaram uma das instituições fundamentais do processo político do país e para os rumos que o socialismo cubano pode tomar nesse novo século.

Se as dimensões anteriores demonstram o grau de dependência de Cuba em relação à URSS, é no plano internacional que podemos observar a relativa autonomia do país em relação à superpotência.

⁶³ Em 1994, ocorreu um processo de reforma das forças armadas cubanas, redefinindo seu papel internamente. Dessa forma, as FAR passaram a atuar intensamente no processo de reformas do país. Em 2005, o exército controlava 322 empresas, algumas entre as maiores e mais rentáveis da ilha, sendo responsável por 20% dos assalariados e 89% das exportações (CAROIT, 2006).

Como aponta Chávez (1990, p. 155), para a compreensão dessas relações e da projeção exterior da política cubana, cabe destacar que “Cuba não é um satélite soviético, pois tem capacidade de ação independente a partir de interesses objetivos próprios, porém está limitada em última instância pela dependência econômica e militar da URSS”⁶⁴. Ou seja, havia uma inter-relação de interesses em que, à URSS, interessaria estender sua influência e poder no mundo; já a Cuba, tal apoio permitiria sua sobrevivência econômica e a projeção externa por meio do apoio nas lutas do Terceiro Mundo, aumentando sua capacidade de influência regional e o apelo aos ideais defendidos por sua revolução.

Dessa forma, superando análises superficiais, pode-se destacar que o país possuía certo grau de autonomia na elaboração e na execução de sua política externa, afirmando, assim, os seus próprios interesses. Isso fica evidente quando se observa a ação de Cuba em relação a alguns temas, e a diferença de sua postura em relação à dos soviéticos. O caso emblemático aqui é o envolvimento de Cuba no fomento aos movimentos guerrilheiros e revolucionários na América Latina e na África. Ainda, a participação e as posições adotadas por Cuba no interior do Movimento de Países Não-Alinhados (MNA). Apesar da aliança com a URSS, o país se tornou um líder ativo do movimento, sediando uma conferência sobre ele, em 1979, e assumindo sua direção⁶⁵.

Deve-se também levar em conta a atitude diferenciada adotada durante a crise dos mísseis, as discrepâncias comerciais, principalmente no interior da CAME, entre os dois países. E, finalmente, as diferenças de política interna que se evidenciaram nos anos 1980, em que a URSS opta por um processo de reformas tendo como base a Perestroika, e Cuba adota a política de retificação de erros que, como apontamos anteriormente, procurava eliminar ou diminuir a influência dos mecanismos de mercado (CHÁVEZ, 1990). Enfim, podemos compreender que a relação cubano-soviética era determinada pela inter-relação de interesses,

⁶⁴ Segundo ele, a participação cubana nos conflitos regionais deve ser entendida da seguinte forma: Cuba atua como potência em política exterior, muito acima de suas possibilidades naturais ou econômicas graças ao apoio material e interesse soviético; Cuba mantém sua política de promover a revolução e a instabilidade e as mudanças sociais, mudando a forma e as vias para sua execução; Cuba varia sua política regional para manter a revolução, coexistir com os EUA e cumprir determinados objetivos; e os conflitos regionais devem ser inseridos na complexa situação em que são gestados: hegemonia americana, presença cubana-soviética e problemas econômicos e sociais de cada país (CHÁVEZ, 1990).

⁶⁵ As conferências realizadas por este movimento até o início de sua decadência e a perda de capacidade política foram: Belgrado (1961), Cairo (1964), Lusaka (1970), Argel (1973), Colombo (1976), Havana (1979), Nova Délhi (1983) e Harare (1986). O número de países que participaram destes encontros foi crescente, passando de 25 na primeira conferência para 101 na última. Cuba foi o único país da América Latina que participou plenamente desde o início do movimento.

em que à superpotência interessava estender sua influência e poder em diferentes partes do globo, enquanto a Cuba tal relação era importante ao garantir proteção militar, ajuda econômica que permitia o seu desenvolvimento e a possibilidade de apoiar materialmente os movimentos revolucionários no Terceiro Mundo.

Essa inter-relação de interesses fez que a atuação externa cubana tivesse como outra característica fundamental o fato de que “Cuba atua como potência em política exterior, muito acima de suas possibilidades naturais ou econômicas, graças ao apoio material e ao interesse soviético em desenvolver esta política” (CHÁVEZ, 1990, p. 157). Portanto, apesar de não possuir os recursos necessários para se tornar uma potência grande ou média, o país obteve uma atuação externa que pode ser considerada ativista e global, destacando-se como um ator importante no cenário internacional, agindo em diferentes e distantes regiões do planeta, assim como nos fóruns internacionais e, em casos e momentos específicos, participando de eventos decisivos na América Latina (BANDEIRA, 1998; DOMÍNGUEZ, 1998).

Tal atuação foi aprimorada quando o governo cubano decidiu atender ao pedido de ajuda do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), na guerra civil que se instalou no país em 1975-1976, enviando cerca de 40 mil soldados e tornando vitoriosa a causa desse movimento⁶⁶. Também em outros países africanos ocorreu a presença de forças cubanas.

A consequência disso é que as vitórias cubanas não poderiam ser possíveis sem o apoio soviético, da mesma forma que as vitórias e a ampliação da influência soviética no continente não seriam possíveis sem as forças cubanas. Nesse sentido, Cuba prestou ajuda material a revolucionários na maioria dos países centro-americanos e andinos, aos que lutaram contra o império português na África e também a governos revolucionários amigos, como no Congo, Argélia e Vietnã do Norte.

Em janeiro de 1966, Cuba foi anfitriã de uma conferência tricontinental, a partir da qual foram fundadas a Organização para a Solidariedade com os Povos de África, Ásia e América Latina (OSPAAL) e a Organização de Solidariedade Latino-americana (OLAS). Com base em Havana e com pessoal cubano, ambas prestaram apoio a movimentos revolucionários e se fundamentavam na crítica a grupos que não recorriam à luta armada para alcançar a vitória revolucionária, como os partidos comunistas, mesmo que esses seguissem a orientação de Mos-

⁶⁶ Para uma análise da importância e das motivações da presença cubana em Angola, sob a ótica da liderança cubana, ver, entre outras, as declarações de Fidel Castro, intituladas “Angola conto y contara con nuestra ayuda en su marcha hacia el socialismo” e “Nuestra política no puede ser jamás la de promover conflictos entre los pueblos de África”, e a de Juan Almeida Bosque, “Cuba reitera su respaldo decidido al derecho de Namibia de ser independiente” (PCUS, 1982, p. 209-255).

cou. Nesse sentido, destaca-se o conflito com o Partido Comunista da Venezuela, quando este propôs o abandono da luta guerrilheira e a reintegração à política formal em 1967.

Essa política, porém, provocou rachaduras, ainda que temporárias, nas relações cubano-soviéticas. Além do conflito provocado pelo papel dos partidos comunistas próximos de Moscou, no apoio à luta armada, líderes cubanos, especialmente Che Guevara, enquanto ministro, criticaram a URSS por seu comportamento de superpotência e a miserável ajuda que prestava à revolução cubana e outros movimentos revolucionários.

Entre as críticas, a liderança cubana procurava enfatizar que havia recolhido a bandeira da revolução, abandonada pela URSS. Da mesma forma, na crise dos mísseis em 1962, a liderança cubana, Fidel Castro especialmente, ficou furiosa por não ter sido consultada para o acordo que se seguiu entre as duas potências. Ainda nos anos 1960, quando ocorreu o problema do sectarismo, com Aníbal Escalante, e a tentativa de hegemonia dos antigos quadros comunistas nas organizações revolucionárias, a URSS diminuiu o ritmo de entrega de produtos ao país, agravando o racionamento, e retirou inúmeros técnicos, deteriorando as relações, o que só foi superado pelo apoio público e original dado por Fidel Castro à invasão da Tchecoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia em 1968, e sua visita posterior à URSS (SZULC, 1987; BANDEIRA, 1998).

Nessa perspectiva, o reconhecimento da relativa autonomia pode ser constatado no depoimento de Dobrynin, ex-embaixador soviético nos EUA, ao afirmar que:

Cometemos um erro grave ao envolvermo-nos no conflito entre a Somália e Etiópia e na guerra em Angola. A intervenção de tropas cubanas, o nosso fornecimento de equipamento militar para essas zonas e sobretudo a nossa ponte aérea para o colocar lá, convenceram os americanos de que Moscou lançara uma grande ofensiva contra eles pelo domínio da África. Embora não fosse efetivamente o caso, os acontecimentos afetaram profundamente a détente. (GADDIS, 2005, p. 211).

Sendo assim, a política externa cubana conseguiu de forma eficaz assegurar a sobrevivência do regime revolucionário e obter da URSS os recursos de que necessitava. Além disso, influenciou muitos governos africanos e latino-americanos, sem, contudo, conseguir aprofundar a onda revolucionária do início dos anos 1960 e instaurar governos revolucionários duradouros na América Latina. Seus líderes chamaram a atenção do mundo; sua política externa era observada com atenção por grande parte dos países do mundo e seu povo poderia ser encontrado em todos os continentes. O cenário da revolução cubana se tornou um

fato universal porque suas preocupações e sua política afetavam amigos e inimigos seus em muitos países (DOMÍNGUEZ, 1998).

Algumas diferenças entre os dois países parecem reforçar a relativa autonomia e nos ajudam a compreender a sobrevivência do regime cubano: a origem e natureza do processo revolucionário, o nacionalismo, o papel e a presença das lideranças do partido e as bases de comparação de suas realizações na América Latina e Caribe (SADER, 2001).

No entanto, a Guerra Fria ainda continuou determinando a política interna e internacional do país, pelo menos, relativamente. A face mais visível continua sendo a conflitiva relação com os EUA e o aprofundamento do embargo americano. Somente a persistência da lógica da Guerra Fria parece explicar esse comportamento americano mesmo após a queda do bloco soviético, pois, como afirma o ex-embaixador americano em Cuba:

Os anos se passaram e ainda estamos na mesma situação absurda. Sempre me pergunto quais são as razões que nos impedem de sentar à mesa de negociações e falar sobre nossas diferenças para encontrar uma solução para esse conflito que já dura tanto. Conversamos com os chineses e temos relações diplomáticas e comerciais perfeitamente normais com aquele país. Nós, inclusive, normalizamos nossas relações com o Vietnã, contra quem travamos uma guerra sangrenta, na qual perdemos mais de 50.000 soldados! Hoje o mundo é diferente. (SMITH, 2013).

Conclusão

Ao longo deste texto, procuramos compreender as relações entre Cuba e URSS nos marcos da Guerra Fria. Para tanto, além de refletir sobre a natureza — um conflito intersistêmico — e a dinâmica desse conflito que determinou o cenário mundial na segunda metade do século, pudemos constatar que, para Cuba, a lógica do conflito parece persistir, apesar do desaparecimento do bloco soviético. Tal persistência parece ser evidente, seja pela manutenção de aspectos relativos à organização política e econômica na sociedade cubana, seja, principalmente, pelo tratamento que a questão cubana recebe no cenário internacional (político ou acadêmico), com destaque para o aprofundamento do bloqueio estadunidense.

Apesar disso, como demonstramos, as relações com a URSS foram fundamentais para a Revolução Cubana, contribuindo para sua sobrevivência, desenvolvimento e consolidação. Propiciaram ao país recursos ideológicos, econômicos e militares que conduziram o país a um papel importante nas relações internacionais, na segunda metade do século XX, e impactaram positiva e negativamente seu desenvolvimento.

Essa relação oscilou, como procuramos demonstrar, entre a dependência, majoritária e abrangente, e a autonomia relativa, específica, mas importante. No primeiro caso, a extrema concentração dos laços econômicos, militares e ideológicos com a URSS manteve o padrão de desenvolvimento dependente, algo que só pode ser compreendido nos marcos da Guerra Fria e das limitadas opções que propiciava. Tal dependência é fundamental para explicar a profunda crise econômica e social que se abateu sobre Cuba, quando os laços foram involuntariamente rompidos, acrescida pelas dificuldades de recuperação e de aprofundamento das reformas neste novo século.

Por outro lado, procuramos demonstrar que, se o contexto não permitiu outras opções, em aspectos e situações específicas, como na esfera internacional, Cuba procurou desenvolver uma autonomia relativa em relação à URSS, como demonstra seu envolvimento no bloco de países não alinhados e, principalmente, seu apoio e envolvimento com movimentos revolucionários e anticolonialistas na África e América Latina, mesmo contrária à orientação soviética.

Essa relação ainda precisa ser exaustivamente analisada, e um balanço global constitui-se num instigante desafio. Não apenas pela sua história e dinâmica, mas porque o custo da relação cubano-soviética foi enorme e o socialismo cubano enfrenta, ainda hoje, os desafios desse relacionamento, como pode ser observado pela manutenção da lógica da Guerra Fria por parte dos EUA e de boa parte da comunidade internacional. Além disso, da superação das amarras, vícios e influências herdadas, em suma, da superação do socialismo soviético depende o futuro do socialismo cubano.

Referências

ACOSTA, T. D. **Outubro de 1962**: a un paso del holocausto. La Habana: Editora Política, 2008.

ALMENDRA, C. C. A situação econômica cubana diante da queda do Leste Europeu. In: COGGIOLA, O. **Revolução Cubana**: história e problemas atuais. São Paulo: Xamã, 1998.

ALONSO, A. Cuba: a sociedade após meio século de mudanças, conquistas e contratempos. **Revista de Estudos Avançados**, USP, São Paulo, 2011, v. 25, n. 72, p. 7-18.

ALZUGARAY TRETO, C. Reflexões sobre o presente e o futuro político de Cuba nos albores do século XXI — uma abordagem a partir da ilha. **Relações Internacionais**, IPRI, Lisboa, p. 89-104, mar. 2007.

ANCONI, E. Antecedentes históricos de uma revolução anunciada. In: COGGIOLA, O. **Revolução Cubana: História e problemas atuais**. São Paulo: Ed. Xamã, 1998.

ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: UnB/IPRI, 2001.

AYERBE, L. F. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BANDEIRA, L. A. M. **De Martí a Fidel: A revolução cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. Cuba: do socialismo dependente ao capitalismo. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 39, n. 1, 1996.

BLACKBURN, R. **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BOITO JR., A.; TOLEDO, C. N.; RANIERI, J. J.; TRÓPIA, P. V. **A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações**. São Paulo: Xamã, 2000.

BORÓN, A. **O socialismo do século XXI**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BORÓN, A.; GONZÁLES, S.; AMADEO, J. **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

CAROIT, J. M. Exército cubano controla 322 empresas. **Folha de São Paulo**, n. 28. v. 249, Caderno Mundo, p. A15, 9 ago. 2006.

CEPAL. **La economía cubana**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

CHÁVEZ, E. R. La proyección exterior de Cuba hacia América Latina en la llamada cubanología. **Cadernos de Nuestra América**, La Habana, v. II, n. 14, jul. 1990.

COGGIOLA, O. **Revolução Cubana: história e problemas atuais**. São Paulo: Xamã, 1998.

DOMÍNGUEZ, E. M. Variables fundamentales Del conflicto Cuba-EUA en los umbrales del siglo XXI. **Análisis de Coyuntura**, La Habana, n. 11, p. 50-79, dic. 1998.

DOMÍNGUEZ, J. I. La política exterior de Cuba y el sistema internacional. In: TULCHIN, J.; ESPACH, R. **América Latina en el nuevo sistema internacional**. Barcelona: Bellaterra, 2004. p. 255-286.

- GADDIS, J. L. **A Guerra Fria**. Lisboa: Edições 70, 2005.
- GORENDER, J. **Marxismo sem Utopia**. São Paulo: Ática, 1999.
- HALLIDAY, F. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.
- _____. A Guerra Fria e seu fim: consequências para a Teoria das Relações Internacionais. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 53-73, jun. 1994.
- HARNECKER, M. **Tornar possível o impossível** — A esquerda no limiar do século XXI. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HEREDIA, F. M. **El Che y el socialismo**. Buenos Aires: Dialéctica, 1992.
- HERZ, M. Teorias das Relações Internacionais no pós-Guerra Fria. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.
- HOBBSBAWN, E. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KAGARLITSKY, B. **A desintegração do monolito**. São Paulo: Unesp, 1993.
- MESA-LAGO, C. **Cuba en la era de Raúl Castro** — reformas económico-sociales y sus efectos. Madri: Ed. Colibri, 2012.
- _____. Hacia una evaluación de la actuación económica y social en la transición cubana de los años noventa. **América Latina Hoy**, Salamanca, n. 18, p. 19-39, mar. 1998.
- MORAIS, F. **Os últimos soldados da Guerra Fria**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PCUS. **La política exterior de la Cuba socialista**. Moscou: Progreso, 1980.
- PECEQUILO, C. S. **Introdução às relações internacionais**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- PÉREZ, S. La URSS y Cuba: futuro incierto. Puerto Rico, **Revista de Ciencias Sociales**, v. XXIX, n. 3-4, p. 485-492, dic. 1990.
- PERICÁS, L. B. **Che Guevara e o debate econômico em Cuba**. São Paulo: Xamã, 2004.
- PISANI, M. E. **Política exterior de la revolución cubana**. La Habana: Ciencias Sociales, 2002.

PLÁ LEON; ARÓSTEGUI, R. M. **Marxismo y revolución**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006.

SADER, E. **Cuba**: um socialismo em construção. Petrópolis: Vozes, 2001.

SALAZAR, L. S. **El siglo XXI**: posibilidades y desafíos para la revolución cubana. La Habana: Ciencias Sociales, 2000.

SMITH, W. EUA sempre rechaçam diálogo cubano, diz último embaixador norte-americano em Havana (Entrevista). **Opera Mundi**, Jornal Eletrônico, 20-21 jul. 2013. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/entrevistas/30121/eua+sempre+rechacam+dialogo+cubano+diz+ultimo+embaixador+norte-americano+em+havana.shtml>>. Acesso em: 2 ago. 2013.

SZULC, T. **Fidel**: um retrato crítico. São Paulo: Best Seller, 1987.

VÁZQUEZ, A. S. **O valor do socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

A RETOMADA DOS LAÇOS DIPLOMÁTICOS ENTRE CUBA E EUA: ENTRE O FIM DA GUERRA FRIA E A NORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES?⁶⁷

Introdução

O anúncio conjunto, por Raúl Castro e Barack Obama, da retomada das relações entre Cuba e EUA, em dezembro de 2014, tem um significado histórico de amplo alcance nas relações regionais, demarcando a possibilidade de superação de um dos últimos (e mais evidentes) vestígios da Guerra Fria e gerando inúmeros debates e expectativas. Esse anúncio significou também a possibilidade de normalização das relações entre os países — algo inédito, e depois de mais de cinquenta anos de tensões e conflitos — e o início de um processo que, apesar de algumas iniciativas já desenvolvidas, ainda necessita percorrer um longo caminho, superando as demandas de cada parte, para que a normalização se torne efetiva.

As relações entre Cuba e EUA foram, desde a tardia independência da ilha caribenha, intensas e com um padrão de anormalidade que delineou a política externa de cada nação e influenciou, em certos momentos, a dinâmica das relações regionais. Nesse sentido, a presença estadunidense no momento de consolidação do processo de independência, com a famosa Emenda Platt, que promovia a tutela econômica e política dos EUA sobre a ilha, estabelecendo as bases para as relações bilaterais (BANDEIRA, 1998; AYERBE, 2004)⁶⁸, determinou a dinâmica política da jovem república cubana e, principalmente, permitiu que essa presença atingisse todos os setores da vida cubana, da cultura à economia. Assim, os EUA tornaram-se o principal parceiro comercial e político, inclusive com foro de tutoria da ilha, enquanto as questões cubanas emergiam como prioritárias na agenda externa norte-americana, como fornecedora de açúcar, destino de investimentos e interesses geoestratégicos.

⁶⁷ Uma versão deste texto foi publicada na *Revista Conjuntura Austral*, v. 8, n. 39-40, p. 65-76, 2017.

⁶⁸ Como aponta Ayerbe, a emenda Platt estabelecia “Que o governo de Cuba permita que os Estados Unidos exerça o direito de intervir no sentido de preservar a independência cubana, manter a formação de um governo adequado para a proteção da vida, a propriedade, a liberdade individual. Que, a fim de auxiliar os Estados Unidos a sustentar a independência cubana, e para proteger a população dali, tão bem como para a sua própria defesa, o governo de Cuba deverá vender ou alugar terras aos Estados Unidos, necessárias para a extração de carvão para as linhas férreas ou bases navais em certos locais especificados de acordo com o Presidente dos Estados Unidos” (AYERBE, 2004, p. 24).

Tal dinâmica foi alterada com a vitória revolucionária, em 1959, porém a relação continuou prioritária, embora fundamentada numa nova lógica de conflito, condicionada pelos marcos da Guerra Fria. Isso porque os interesses mostraram-se inconciliáveis dentro do novo marco político. Dessa forma, no caso cubano, a nova liderança e sua proposta de transformação das estruturas sociais, políticas e econômicas do país, a partir da reforma agrária, nacionalização, autonomia, industrialização, igualdade e ampliação da ação estatal (entre outras), gerava inúmeros conflitos com os interesses norte-americanos (AYERBE, 2004). Por outro lado, a projeção internacional norte-americana dependia de sua relação e hegemonia com as nações latino-americanas, sendo, portanto, necessário demonstrar e enquadrar os países da região em prol de tais interesses, consolidados em torno do pan-americanismo (AYERBE, 2002).

Assim, essa relação foi condicionada pelos marcos da Guerra Fria e determinou, em grande medida, a dinâmica das relações interamericanas, inclusive após o fim dos conflitos entre as superpotências, mantendo-se até o presente momento. Cuba passou, então, a atuar em prol de transformações na região, enquanto os EUA procuraram isolar o nascente regime cubano e manter o *status quo* regional. Além disso, o conflito também incidiu sobre as relações entre as duas superpotências (EUA e URSS), como revelam a atuação e os acordos derivados da Crise de Mísseis, do início dos anos 1960.

Em suma, forjada nos quadros da Guerra Fria, a relação entre EUA e Cuba foi determinante para o desenvolvimento da política externa de cada país ao longo das últimas cinco décadas: do lado norte-americano, o apoio e a promoção de regimes de segurança nacional que impedissem o advento de novas ondas revolucionárias; no caso cubano, o incentivo e o apoio material a governos que demonstrassem um rompimento com essa perspectiva. Dessa forma, a relação Cuba e EUA manteve-se como a principal herança da Guerra Fria na América Latina e, quiçá, em todo o planeta. Somente a persistência da lógica da Guerra Fria, como principal variável, conforme admitiu o presidente Obama em sua visita a ilha, pode explicar o comportamento norte-americano mesmo após a queda do bloco soviético.

Disso resulta que o anúncio da retomada das relações entre os dois países, em dezembro de 2014, depois de meses de negociação, e a consequente abertura de embaixadas, emerge como um dos acontecimentos fundamentais das relações interamericanas neste novo século e requer uma análise aprofundada. Nesse sentido, este trabalho analisa o processo de restabelecimento das relações diplomáticas entre Cuba e EUA, procurando compreender sua dinâmica, as motivações iniciais

e, principalmente, as perspectivas para sua continuidade, considerando as demandas e os cenários para a normalização (ou não) de tais relações e os impactos que isso pode provocar no cenário regional, com base nos interesses estratégicos de cada nação e do novo contexto regional.

Para tanto, na primeira parte, após um breve balanço do conflito, este texto analisa a dinâmica e motivações da retomada de relações entre Cuba e EUA. Em seguida, discute a recente visita do presidente Barack Obama a Cuba e os condicionantes da normalização de tal relação. Finalmente, analisa o impacto dessa retomada nas relações regionais, considerando as perspectivas do sistema interamericano no novo século.

Cuba e EUA: novo século – velhas ou novas relações?

A Revolução Cubana foi, acima de tudo, uma revolução nacionalista que se radicalizou no contexto mencionado (Guerra Fria) e nos marcos da relação dos EUA com a América Latina (AYERBE, 2004, COGGIOLA, 1998).

Nesse sentido, a referência fundamental do movimento liderado por Fidel Castro estava em José Martí, herói cubano das lutas de independência, o que se mantém até a atualidade. Além disto, não havia contatos ou apoio da URSS durante a luta revolucionária, o que só ocorreu após a vitória guerrilheira. Sendo assim, pode-se afirmar que foi a reação norte-americana às medidas tomadas pelo nascente governo, associada às limitações do contexto internacional, que determinou a aliança cubano-soviética, pois, como afirma Wayne Smith, o último embaixador norte-americano na ilha:

Até a ruptura das relações, em janeiro de 1961, não havia vínculos sólidos entre Castro e a União Soviética. Por certo, houve a visita do diplomata Anastasio Mikoyan a Cuba em 1960, mas não havia então uma relação social entre Moscou e Havana. Eu diria, inclusive, que a aproximação ocorreu definitivamente na véspera da invasão da Baía de Porcos, em abril de 1961. Castro estava a par de todos os preparativos e tinha certeza de que era só uma questão de tempo. No entanto, não pensava que enviaríamos apenas alguns milhares de exilados. Estava convencido de que várias divisões de soldados da marinha se seguiriam ao primeiro desembarque, o que não foi o caso. [...] Cuba se aproximou da União Soviética, em grande parte, por causa de nós, por causa da política dos Estados Unidos. Castro estava convencido — com razão — de que utilizaríamos todos os recursos necessários para derrotá-lo. (SMITH, 2013).

Podemos destacar, portanto, que o contexto e as opções de cada nação conduziram, igualmente, à dinâmica de conflito e, no caso cubano, à opção soviética que, embora dependente, indica uma relativa autonomia, como observado na atuação cubana na América Latina e, principalmente, no apoio aos movimentos de libertação na África. Ainda, como aponta Ayerbe (2004), inúmeras medidas, de ambas as partes, contribuíram para o rompimento que se consolida em 1961, com a declaração do caráter socialista da revolução cubana⁶⁹.

Desde então, a lógica do conflito determinou a relação com inúmeras medidas de parte a parte. No caso cubano, predominou a perspectiva (e necessidade, segundo seus dirigentes) de ampliação da revolução, o que levou ao engajamento cubano em diferentes continentes (Ásia, África e América Latina), ao desenvolvimento de uma perspectiva revolucionário, cujo grande adversário era os EUA, suas políticas ou governos simpáticos a elas. Do lado norte-americano, uma ocupação foi apoiada (a invasão da Bahia dos Porcos) e, posteriormente, se desenvolveu uma política de isolamento da experiência cubana, fundamentada na doutrina de segurança nacional, na recepção de imigrantes cubanos (com mais benefícios que seus congêneres latino-americanos), na construção de um embargo comercial (de longa duração) e de inúmeras tentativas de desestabilizar o governo de Havana ou eliminar suas lideranças (AYERBE, 2004; DOMÍNGUEZ, 2004). Essa política orientou as relações entre os anos 1960 e 1990.

Em suma, a lógica da Guerra Fria⁷⁰, associada à construção da hegemonia estadunidense na região (AYERBE, 2002) foi determinante para o estabelecimen-

⁶⁹ A bibliografia que desenvolve um balanço das relações entre Cuba e EUA é extensa, no entanto, para se perceber os principais aspectos, além dos autores mencionados no texto, e com uma bibliografia contemporânea, pode-se consultar: Alexander H. Delgado. “Las relaciones entre EUA y Cuba y la comunidad cubano-americana”, *Revista Iberoamérica* (ILARAN/Rússia), n. 4, p. 100-122, 2015; Leandro Morgenfeld. “Estados Unidos-Cuba: un giro histórico que impacta América Latina y Caribe”, *Revista Crítica y Emancipación* (CLACSO), n. 12, p. 103-146, jul./dic. 2014; a *Revista de Estudios Estratégicos*, CIPI (Cuba), n. 3, primer semestre de 2015.

⁷⁰ Tal lógica é captada de forma abrangente pela noção de *conflito intersistêmico*, desenvolvida por Halliday (1999), que se refere ao período como “um conflito específico das relações interestatais, no qual as formas convencionais de rivalidade — militar, política e econômica — são legitimadas por divergências de normas políticas e sociais.” (1999, p. 186). Além disto, vale destacar que tal conflito se estruturou a partir de três proposições: “[...] a- a rivalidade Leste-Oeste foi um produto do conflito entre dois sistemas sociais distintos; b- esta competição envolve uma dinâmica competitiva e universalizadora; e c- somente poderia ser concluída com um dos blocos prevalecendo sobre o outro. Dessa forma, destaca-se que tal ordem teve um caráter específico no sistema internacional, não percebido pelas teorias convencionais, em que a disputa pelo poder passava pela obtenção de uma nova homogeneidade, isto é, o conflito só poderia terminar com o predomínio de um lado, e não por convergência ou compromisso. Enquanto existisse um dos lados a Guerra Fria não poderia terminar. E isto foi relativamente reconhecido pelos dois lados” (1999, p. 205).

to do padrão de conflito e de anormalidade, na relação entre ambas as nações. Nesse sentido, como apontam Pecequillo e Forner:

O início da Guerra Fria, em 1947, representou o retorno das ações de intervenção e o congelamento da política regional. À exceção da criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), respectivamente em 1947 e 1948, os EUA não apresentaram políticas específicas ao hemisfério. Na lógica da Doutrina Monroe, e da Guerra Fria, o hemisfério era “fora dos limites” da disputa bipolar com a União Soviética e não haveria riscos ao sistema interamericano. Esta percepção ia se demonstrar equivocada e Cuba foi seu tipo ideal. (PECEQUILO; FORNER, 2015, p. 28).

Com o fim da Guerra Fria e o desmantelamento do bloco soviético, emergiram perspectivas de que a relação entre os dois países evoluísse para uma nova dinâmica que, no entanto, não se concretizou. Como aponta Domínguez, apesar da sensação inicial de vitória por parte do governo norte-americano, no início da década, derivada da compreensão das dificuldades internas enfrentadas pelo regime e da diminuição da intensidade da projeção internacional de Cuba, com o fim da aliança com os soviéticos, o retorno das Forças Armadas Revolucionárias (FAR) ao país e a diminuição de seu apoio aos movimentos revolucionários, principalmente na América Latina, a estratégia fundamental dos EUA continuou sendo o acirramento do confronto. Por essa razão, as relações com os EUA tornaram-se fundamentais para a política externa cubana, visto que o governo americano, por meio da promulgação de inúmeras leis e documentos, apontava para o endurecimento do embargo econômico para castigar aliados e sócios comerciais do governo cubano (DOMÍNGUEZ, 2004, p. 274).

O resultado mais evidente desse processo foi o desenvolvimento de duas leis que procuravam aprofundar as dificuldades econômicas da ilha, partindo do pressuposto de que isso minaria o consenso e o apoio social ao regime e, portanto, conduziria necessariamente a um processo de transição que deporia Fidel Castro do poder. Em 1992, dentro do marco do Cuba Democracy Act, surgiu a lei Torricelli, proposta por um deputado do partido democrata, que reforçou o embargo, proibindo as subsidiárias de empresas norte-americanas no exterior de comercializarem com Cuba. Essa lei estabeleceu punições para comerciantes que negociassem e para países que fornecessem subsídios para a ilha e limitou o número de autorizações para turistas dos EUA viajarem a Cuba (AYERBE, 2004).

Já em 1996, o presidente Clinton aprofundou essas medidas, sancionando a lei Helms-Burton, que contém quatro seções. A primeira seção regulamenta o embargo, tornando-o lei e proíbe o presidente dos EUA de normalizar as re-

lações com Cuba ou formular qualquer política sem a aprovação do congresso, e, finalmente, estabelece que os diretores americanos de instituições financeiras internacionais não aceitem Cuba como membro e não concedam a aprovação de empréstimos para o país. A segunda seção enumerava os requisitos e fatores, combinação de restrições e incentivos a serem empregados para avaliar *se e quando* é efetiva uma transição à democracia no país. Na terceira seção, concedia-se aos cidadãos e empresas norte-americanos o direito de processar, nos EUA, aqueles que utilizaram propriedades nacionalizadas pelo governo cubano no início da revolução. E, finalmente, a quarta seção impedia a entrada nos EUA de executivos de alto escalão e de acionistas majoritários, e suas famílias, das companhias que mantêm negócios com Cuba, instalados nos imóveis que pertenciam a empresas americanas (AYERBE, 2004).

Como apontam Domínguez (2004) e Alzugaray Treto (2003), considerando o âmbito interno, essas ações reforçaram, em vez de fragmentar, o apoio ao governo cubano, propiciando a manutenção do discurso nacionalista; criaram, também, um ambiente internacional mais favorável à recuperação econômica, pois diversos países se recusaram a agir conforme os interesses da diplomacia de Washington e continuaram suas relações econômicas com Cuba, considerando a ilha um mercado aberto a seus interesses; e, finalmente, tais ações não contribuíram para o desenvolvimento da democracia (sob a égide norte-americana), ao propiciar ao regime cubano manter a unidade e diminuir o impacto de possíveis cisões, pois afirmava enfrentar uma guerra com um inimigo poderoso e deveria, com isso, exercer maior controle interno (ALZUGARAY TRETO, 2003; DOMÍNGUEZ, 2004; SERBIN, 2011).

Em suma, a Guerra Fria continuou, até certo ponto, determinando a política interna e internacional do país. A face mais visível continua sendo a conflitiva relação com os EUA e o aprofundamento do embargo norte-americano. Somente a persistência da lógica da Guerra Fria, que se destaca entre outros elementos advindos da política interna do país, como o lobby de parcela dos migrantes cubanos, parece explicar esse comportamento, mesmo após a queda do bloco soviético, pois, como afirma o último embaixador do país em Cuba:

Os anos se passaram e ainda estamos na mesma situação absurda. Sempre me pergunto quais são as razões que nos impedem de sentar à mesa de negociações e falar sobre nossas diferenças para encontrar uma solução para esse conflito que já dura tanto. Conversamos com os chineses e temos relações diplomáticas e comerciais perfeitamente normais com aquele país. Nós, inclusive, normalizamos nossas relações com o Vietnã, contra quem travamos uma guerra sangrenta, na qual perdemos mais de 50.000 soldados! Hoje o mundo é diferente. (SMITH, 2013).

Finalmente, a continuidade dessa lógica parece ser percebida, pelo menos por alguns setores de cada país, como equivocada e começa a ser superada com o anúncio da retomada das relações diplomáticas e a tentativa, em curso, de normalização da tumultuada relação.

A recente reaproximação, com o reatamento dos laços diplomáticos, portanto, só pode ser compreendida considerando os interesses que orientam a atuação dos grupos e setores que controlam a política de cada país, dirigido por Raúl Castro, no caso cubano, e por Barack Obama, no estadunidense, e na perspectiva de construção, embora motivados por diferentes razões, de um novo arranjo regional. A isso podem ser agregados, como aponta López Segrera, dois fatores fundamentais: a percepção de que a ascensão de Raúl Castro não afetaria a estabilidade do regime cubano e a crescente opinião, entre a classe política estadunidense e outros setores, da falência da estratégia tradicional (LÓPEZ SEGRERA, 2015)⁷¹.

No caso norte-americano, a administração de B. Obama procura enfatizar uma gestão de política interna e externa distinta e, com maior intensidade, em seu segundo mandato, promove inovações no tratamento das questões globais e regionais, embora de forma branda, procurando criar um legado para as futuras gerações. Nesse sentido, esse gesto pode ser compreendido, como aponta Pecequillo e Forner (2015), como parte de um processo mais amplo, ancorada na proximidade do fim do mandato presidencial, e das ações internas e externas que pudessem contribuir para um legado, pois:

[...] a retomada das relações diplomáticas com Cuba no fim de 2014 faz parte do processo mais amplo de ofensivas políticas globais, regionais e internas do governo Obama (por isso a sua classificação intermestic). Em termos globais e regionais o processo detém duas dimensões: a do descongelamento das interações com nações ditas ‘inimigas’ (párias, rogué states no original), buscando cooptá-las para afastá-las de parcerias com outras potências e enfraquecendo seu discurso de autonomia. A ação em Cuba muito se assemelha à negociação com o Irã para a interrupção de seu programa nuclear e permite um reposicionamento estratégico dos EUA. A segunda dimensão refere-se a incentivar ofensivas políticas positivas em questões controversas, colocando em xeque críticos das posições norte-americanas, esvaziando iniciativas de outras potências. [...]. No que se refere à ofensiva doméstica,

⁷¹ Apesar de polêmica e relativamente parcial, López Segrera (2015a) defende a tese de que o fator fundamental para tal processo foi a gradual recuperação econômica cubana e, em menor medida, outros aspectos relacionados ao temor de uma crise migratória, a condenação (quase unânime) do bloqueio econômico, o constante rechaço de América Latina e União Europeia (principais sócios comerciais da ilha) a política estadunidense, a presença econômica (cada vez maior) de China e Rússia na região, a tentativa dos EUA de recuperar sua imagem na região e, finalmente, a ação de setores empresariais que não querem ficar fora do (nascente) mercado insular.

a questão cubana possui dimensões de contenção e cooptação de grupos de interesse, visando o fortalecimento do Partido Democrata, com foco nas eleições presidenciais de 2016. (PECEQUILO; FORNER, 2015, p. 31-32).

Tal estratégia, para atrair o eleitorado hispânico, fortalecer a projeção regional e global do país e estabelecer um legado, também se fundamentou na constatação de que essa política não produzia os efeitos desejados, pois, como mencionou Obama⁷², em sua histórica visita (março de 2016) a Cuba, ao discursar no grande Teatro de Havana, apontando que procurava superar uma herança da Guerra Fria:

Mas ainda muitas pessoas perguntam: “Por que agora? E por que agora?” E há uma resposta simples: o que os Estados Unidos estavam fazendo não funcionava. Temos que ter a coragem de reconhecer a verdade: uma política de isolamento pensada para a Guerra Fria não faz sentido no século XXI, o embargo prejudicava os cubanos em vez de ajudá-los.⁷³ (OBAMA, 2016, tradução nossa).

Da mesma forma, consideramos fundamental a explicação multidimensional de Morgenfeld (2014), ao indicar que diversos fatores contribuíram para a ação estadunidense. Em primeiro lugar, inserem-se as motivações geopolíticas, pois Obama pretende recuperar a histórica posição hegemônica norte-americana na região e eliminar focos de resistências às políticas do país; no caso cubano, trata-se de aprofundar o processo de reinserção regional. Em seguida, estariam as motivações econômicas, pois enquanto os EUA pretendem acessar mercados e impulsionar sua atuação econômica regional, inclusive diante da ascensão da China ou de líderes regionais como o Brasil, para Cuba trata-se de passar a ter acesso a mercado e capitais, bem como eliminar os efeitos nocivos do embargo econômico.

Além disso, como mencionado anteriormente, o ciclo eleitoral norte-americano contribuiu para essa iniciativa, como uma tentativa de obter o apoio hispânico, já almejado com a legislação migratória. Por fim, fatores de ordem geracional (de caráter pessoal e ideológico) parecem ter influenciado a tentativa de Obama,

⁷² Antes de Obama, o governador de Nova York, ao visitar Cuba encabeçando uma missão comercial em abril de 2015, havia afirmado que: “Los 50 años de aislamiento no han funcionado. El compromiso y establecer relaciones es la mejor manera de tener un diálogo sobre las cosas en las que estamos de acuerdo y en las que no” (DELGADO, 2015, p. 113).

⁷³ “Pero todavía muchas personas preguntan: ¿Por qué ahora? ¿Y por qué ahora? Y hay una simple respuesta: Lo que estaba haciendo Estados Unidos no funcionaba. Tenemos que tener la valentía de reconocer la verdad: una política de aislamiento diseñada para la guerra fría no tiene sentido en el siglo XXI, el embargo hería a los cubanos en vez de ayudarlos.”

evidenciada em seus discursos, de superar uma política arraigada e sem efeitos, típica da Guerra Fria, impulsionando um *aggiornamento* da agenda norte-americana para o país e a região, enquanto, para Raúl Castro, tal processo indica a possibilidade de conduzir e influenciar os rumos dessa aproximação, adotando um pragmatismo diferente de seu irmão, mas sem rupturas (MORGENFELD, 2014).

No caso cubano, a ascensão de Raúl Castro contribuiu para o desenvolvimento de um processo de atualização e reformas, denominado “atualização do modelo”, que, apesar de possuir uma grande complexidade e ter um caráter multidimensional, pois atinge todos os aspectos da vida no país, se destaca por sua ênfase numa visão pragmática, interna e externamente, da política contemporânea. Esse processo tem promovido mudanças na política doméstica e redefinições na política externa do país, com o desenvolvimento de novas estratégias e parcerias no cenário internacional (SERBIN, 2011).

Nesse sentido, sob a liderança de Raúl tem se desenvolvido uma política mais pragmática, procurando solucionar problemas cotidianos da economia e da política cubanas, fundamentando-se em princípios e atitudes mais inclusivas e abrangentes que o discurso ideológico anterior (MESA-LAGO, 2012), embora sempre ressalte que a preservação das conquistas sociais da revolução (LÓPEZ SEGRERA, 2015b) e da soberania nacional são elementos indiscutíveis em tal processo⁷⁴. Diante disso, pode-se constatar que a combinação de interesses domésticos e internacionais, apesar de distintos dos estadunidenses, conduziram ao processo de reaproximação com os EUA.

Por fim, vale mencionar o papel de mediação desempenhado pela Igreja Católica. Tal mediação foi importante para o desenvolvimento dos contatos iniciais e deve ser compreendida com base nas novas ideias e posturas conduzidas pelo Papa Francisco I, como a tentativa de fortalecer uma agenda ambiental, a preocupação com os refugiados e os problemas relativos à desigualdade e à pobreza. Além disso, essa participação revela que a Igreja Católica tem se tornado a principal interlocutora do governo cubano, destaca-se na emergente sociedade civil e adquire relevância para atuar nos rumos do país.

⁷⁴ Como afirmou Raúl: “La actualización del modelo económico no es un milagro que pueda obrarse de la noche a la mañana, como algunos piensan; su despliegue total se logrará gradualmente en el transcurso del quinquenio, pues es mucho el trabajo de detalle, planificación y coordinación, tanto en el plano jurídico como en la preparación minuciosa de todos los que intervengan en su ejecución práctica. Estamos convencidos de que el principal enemigo que enfrentamos y enfrentaremos serán nuestras propias deficiencias y que por tanto, una tarea de tamaño dimensión para el futuro de la nación, no podrá admitir improvisaciones ni apresuramientos. No renunciaremos a hacer los cambios que hagan falta [...] los que efectuaremos al ritmo que demanden las circunstancias objetivas y siempre con el apoyo y comprensión de la ciudadanía, sin poner nunca en riesgo nuestra arma más poderosa, la unidad de la nación en torno a la Revolución y sus programas.” (RUZ, 2011).

Cuba e EUA: o fim da Guerra Fria?

Como aponta Delgado:

A declaração conjunta de ambos os mandatários, em 17 de dezembro de 2014, de restabelecer relações diplomáticas após um árduo e hermético processo de negociações, em que o governo do Canadá e o papa Francisco desempenharam um papel fundamental, constitui, sem dúvida, uma nova fase, apesar da possibilidade de um mandato republicano em Washington para o próximo mandato presidencial.⁷⁵ (DELGADO, 2015, p. 107, tradução nossa).

Nesse sentido, as medidas iniciais (liberação de viagens, envio de recursos, negociações comerciais pontuais, mudanças relativas à importação e exportação, dentre outras) de cada parte, para além da abertura de embaixadas, procuraram demonstrar um sinal de interesse na continuidade do processo, mas, também, indicam as suas dificuldades de aprofundamento, ao deixarem de lado aspectos relativos ao embargo, às indenizações de cada parte, ao sistema político e à base de Guantánamo, dentre outros.

Pode-se, portanto, compreender os impactos da recente (e histórica) visita de Obama a Cuba, pois, embora marcada pela cordialidade e pragmatismo, deixou evidentes os desafios para a normalização das relações.

No caso cubano, duas demandas parecem ser fundamentais. Como menciona Delgado: “el gobierno cubano ha reiterado que no puede haber relaciones normales ‘mientras se mantenga el bloqueo económico, comercial y financiero’ que al igual que la base naval de Guantánamo son temas espinosos en el largo camino que se presenta” (DELGADO, 2015, p. 114). Além dessas, certamente novas demandas (suspensão das transmissões da Rádio Martí em Miami ou as diversas facetas, como a indenização pelos efeitos do embargo) de cada aspecto podem dificultar o processo de normalização. Da parte estadunidense, pode-se apontar que as demandas relacionadas ao sistema político e econômico, aos direitos humanos, à atuação da sociedade civil, bem como aspectos relativos às questões migratórias, dentre outras, podem também delimitar o aprofundamento desse processo.

⁷⁵ “La declaración conjunta de ambos mandatários, el 17 de diciembre del 2014, de restablecer relaciones diplomáticas tras un arduo y hermético proceso de negociaciones, donde el gobierno de Canadá y el Papa Francisco jugaron un rol fundamental, constituye, sin lugar a dudas, una nueva fase, a pesar de la posibilidad de un mandato republicano en Washington para el próximo periodo presidencial.”

Um elemento importante a se considerar nessa dimensão é que as demandas cubanas envolvem as relações bilaterais, não exigindo mudanças políticas internas e não estão relacionadas à ocupação de um território, enquanto algumas demandas norte-americanas parecem exigir mudanças na política interna cubana, o que, além de atingir a soberania do país, certamente irá dificultar o aprofundamento do processo.

Também nesse sentido, o Ministro do Comércio Exterior e Inversão Estrangeira de Cuba, Rodrigo Malmierca Díaz, numa declaração à imprensa antes da chegada de Obama, destacou que, apesar dos avanços, o obstáculo fundamental ainda é o embargo norte-americano:

O bloqueio é o principal obstáculo ao desenvolvimento de Cuba, como evidenciado pelos danos que causou ao nosso país, que supera os 121 bilhões de dólares. Mesmo adotando medidas como as que acabei de mencionar, que estão ao alcance dos poderes executivos do presidente Barack Obama, não conseguimos uma normalização real das relações, pois o bloqueio continuaria em vigor e se mantém pendente a solução de outras questões, de grande importância para Cuba, como por exemplo, a devolução do território ocupado pela base naval de Guantánamo.⁷⁶ (DÍAZ, 2016, p. 1, tradução nossa).

Pode-se considerar que a visita de Obama foi histórica e relativamente exitosa, em certos aspectos. Entretanto, a dinâmica das relações entre Cuba e EUA apresenta algumas potencialidades de cooperação e, principalmente, enfrentará inúmeros (e importantes) desafios, apresentados adiante.

Em relação ao primeiro aspecto, a cooperação, concordamos com López Segrera (2015a) ao afirmar que, apesar das incertezas dos cenários futuros, a reaproximação pode ser potencializada pelo desenvolvimento de cooperação em determinadas áreas, significando ganhos conjuntos, relacionadas à economia (turismo, investimentos, agricultura, petróleo, biotecnologia, dentre outras), defesa e segurança (acordos migratórios, segurança hemisférica e combate ao narcotráfico, para exemplificar), saúde pública (biotecnologia, produção de vacinas e ações humanitárias na região), ciência, cultura e esportes (em todas podem se desenvolver intercâmbio de profissionais e de programas), dentre outras. As ações

⁷⁶ “El bloqueo es el principal obstáculo al desarrollo de Cuba, como lo demuestran los perjuicios que ha provocado a nuestro país, que superan los 121 mil millones de dólares. Aun adoptando medidas como las que acabo de mencionar, que están al alcance de las facultades ejecutivas del presidente Obama, no podríamos alcanzar una real normalización de las relaciones, pues el bloqueo seguiría vigente y se mantendría pendiente la solución de otros temas de alta importancia para Cuba, como por ejemplo, la devolución del territorio ocupado por la base naval de Guantánamo.”

cooperativas poderiam promover a confiança mútua, superando as décadas de desconhecimento, desconfiança e conflitos.

Em relação aos desafios, maiores e mais complexos, podemos destacar os seguintes elementos. Em primeiro lugar, as demandas cubanas (o embargo comercial, Guantánamo, a Rádio Martí, entre outras) e as demandas norte-americanas (relacionadas ao sistema político, direitos humanos e sociedade civil) podem dificultar o aprofundamento das medidas de aproximação, quando forem inseridas na mesa de negociação.

Além disso, existem incertezas sobre o significado da reaproximação para as políticas norte-americanas para a região. Ou seja, deve-se observar se esta representará (ou não) uma alteração da posição da América Latina na política externa norte-americana e a superação dos padrões tradicionais de hegemonia e dominação desenvolvidos ao longo do século XX. Dessa forma, se essa aproximação significar somente a tentativa de reposição da hegemonia norte-americana para Cuba e para a América Latina, e repetição do padrão histórico, é difícil imaginar sua consolidação e aprofundamento. Se, pelo contrário, significar o desenvolvimento de um novo patamar nas relações regionais, sua possibilidade de sucesso será maior.

Finalmente, podemos destacar que a evolução da reaproximação dependerá, em grande medida, da dinâmica política interna de cada país. Nesse caso, concordamos com Juan Valdés Paz, quando afirma:

Porém, em termos gerais, as próximas etapas do processo de normalização enfrentarão no lado norte-americano as modalidades que as futuras administrações darão à sua política em relação a Cuba e o peso que elas darão a suas premissas geopolíticas⁷⁷. Do lado cubano, influenciará o progresso de sua recuperação econômica, as mudanças institucionais e o grau de penetração que os Estados Unidos alcançarem, até então, na economia e na sociedade cubana.⁷⁸ (VALDÉS PAZ, 2016, tradução nossa).

Em suma, apesar das expectativas e avanços iniciais, as relações entre Cuba e EUA ainda enfrentarão uma longa e ardorosa negociação, considerando as demandas apontadas, para que se estabeleça uma efetiva normalização. Nesse

⁷⁷ A recente eleição do republicano Donald Trump nos EUA, realizada após a elaboração deste artigo, insere um maior grau de incerteza sobre a continuidade de tal processo e a normalização das relações. Nesse sentido, é necessário aguardar se a nova administração dará continuidade ou irá interromper essa reaproximação.

⁷⁸ “Más en general, las próximas etapas del proceso de normalización se enfrentarán del lado norteamericano a las modalidades que futuras administraciones darán a su política hacia Cuba y al peso que le darán en ella a sus premisas geopolíticas. Del lado cubano influirá la marcha de su recuperación económica, los cambios institucionales y el grado de penetración que los Estados Unidos hayan alcanzado para entonces en la economía y la sociedad cubana.”

sentido, coincidimos com Morgenfeld: “[...] Esto muestra que las negociaciones entre los gobiernos de Washington y La Habana serán más largas y complejas que lo que muchos pronosticaron en diciembre pasado” (2014, p. 135). Portanto, trata-se do primeiro passo de uma longa, e necessária, jornada de superação definitiva das heranças da Guerra Fria na América Latina e da tentativa de construção de relações equilibradas no continente.

Conclusão

As relações entre Cuba e EUA sempre foram marcadas pela anormalidade ou pelo arranjo desafiador do equilíbrio entre autonomia e dependência, entre proximidade e conflito. O processo em curso, embora apresente inúmeras possibilidades e cenários prospectivos, pode constituir-se numa nova oportunidade para que, finalmente, essa relação possa orientar-se por uma dinâmica de normalidade, como orienta o sistema internacional.

Este trabalho procurou discutir o processo, complexo e tortuoso, da retomada das relações entre Cuba e EUA e sua normalização efetiva, algo inédito na relação entre esses países e importante para a superação das heranças da Guerra Fria na América Latina. Para tanto, buscou compreender as motivações, a dinâmica, os desafios e os impactos de tal processo de reaproximação nas relações regionais e sua perspectiva entre Cuba e EUA.

Dessa forma, este trabalho demonstrou que uma convergência de interesses foi determinante para o início das negociações e que o papel mediador desempenhado pela Igreja Católica — que tem se destacado como principal interlocutora do regime cubano — e pelo governo canadense foi fundamental para essa reaproximação.

Esse processo, apesar das iniciativas já desenvolvidas de parte a parte, ainda depende, em grande medida, da forma como serão consideradas as demandas que se acumularam, ao longo de anos de conflito, e cuja solução constitui requisito fundamental para seu aprofundamento e uma efetiva normalização.

Por fim, apontou que a continuidade do processo de normalização depende, além do encaminhamento adequado das demandas, dos interesses estratégicos envolvidos e da consolidação de uma nova postura norte-americana para as questões regionais. Além disso, a dinâmica da política interna, em Cuba, relacionada à transição, e nos EUA, derivada do resultado do pleito presidencial e da ascensão de Trump, será determinante para a superação (ou não) dos desafios.

Em suma, a retomada das relações representou o primeiro e importante passo, num processo que tende a ser complexo, lento e tortuoso, mas fundamental para que a América Latina e os EUA possam instaurar uma nova dinâmica nas relações regionais, contribuindo para o desenvolvimento e a justiça social.

Referências

ALZUGARAY TRETO, C. La política exterior de Cuba en la década de 90: intereses, objetivos y resultados. **Política Internacional**, La Habana, v. I, n. 1, p. 14-32, ene./jul. 2003.

AYERBE, L. F. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

AYERBE, L. F. **Estados Unidos e a América Latina**: a construção da hegemonia. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BANDEIRA, L. A. M. **De Martí a Fidel**: A Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

COGGIOLA, O. **Revolução cubana**: história e problemas atuais. São Paulo: Xamã, 1998.

DELGADO, A. H. Las relaciones entre EUA y Cuba y la comunidad cubano-americana. **Revista Iberoamérica**, ILARAN, Rússia, n. 4, 2015, p. 100-122.

DÍAZ, R. M. Declaración ante la prensa de Rodrigo Malmierca Díaz, Ministro del Comercio Exterior y la Inversión Extranjera de Cuba. **Jornal GRANMA**, 19 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.granma.cu>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

DOMÍNGUEZ, J. I. La política exterior de Cuba y el sistema internacional. In: TULCHIN, J.; ESPACH, R. **América Latina en el nuevo sistema internacional**. Barcelona: Bellaterra, 2004, p. 255-286.

HALLIDAY, F. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

LÓPEZ SEGRERA, F. **Cuba-EEUU**: de enemigos cercanos a amigos distantes (1959-2015). Barcelona: El Viejo Topo, 2015a, 172 p.

LÓPEZ SEGRERA, F. La Revolución Cubana y los desafíos de la Política Social. **Contrapuntos**, El País, 19 sept. 2015b. Disponível em: <<http://blogs.elpais.com/contrapuntos/2015/09/la-revolucion-cubana-y-los-desafios-de-la-politica-social.html>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

MESA-LAGO, C. **Cuba en la era de Raúl Castro**: reformas económico-sociales y sus efectos. Madri: Colibri, 2012.

MORGENFELD, L. Estados Unidos-Cuba: un giro histórico que impacta América Latina y Caribe. **Revista Crítica y Emancipación** (CLACSO), n. 12, jul./dic. 2014, p. 103-146.

OBAMA, B. Discurso no Grande Teatro Nacional. **Jornal GRANMA**, La Habana, 23 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.granma.cu>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

PECEQUILO, C. S.; FORNER, C. N. Os EUA e Cuba: uma agenda intermestic. **Boletim Meridiano** 47, v. 16, n. 147, p. 27-33, jan./fev. 2015.

RUZ, R. C. Discurso en la clausura del VI Congreso del Partido Comunista de Cuba. **GRANMA**, 16 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.granma.cu>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

SERBIN, A. Círculos concéntricos: la política exterior de Cuba en un mundo multipolar y el proceso de “actualización”. In: AYERBE, L. F. (Org.). **Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos**. Barcelona; Buenos Aires: Içaria; Cries, 2011.

SMITH, W. EUA sempre rechaçam diálogo cubano, diz último embaixador norte-americano em Havana (Entrevista). **Ópera Mundi**, Jornal Eletrônico. 20-21 jul. 2013. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/entrevistas/30121/eua+sempre+rechacam+dialogo+cubano+diz+ultimo+embaixador+norte-americano+em+havana.shtml>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

VALDÉS PAZ, J. Cuba-EUA. Los desafíos de la normalización. **Revista Temas**, La Habana, 6 abr. 2016. Disponível em: <<http://temas.cult.cu>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

O *SOFT POWER* CUBANO: DO CARISMA REVOLUCIONÁRIO À DIPLOMACIA SOCIAL⁷⁹

Introdução

Desde a década de 1950 a questão cubana tornou-se um elemento fundamental para a compreensão das relações interamericanas e, em menor medida, das relações internacionais na segunda metade do século XX. Isto porque a tentativa de construção de um sistema alternativo implicava o apoio ou a oposição (geralmente radicais) dos grupos políticos da região e o confronto com a superpotência ocidental alçaram a pequena ilha caribenha ao centro da política regional e internacional, como ficou evidenciado na Crise dos Mísseis em 1962. Embora tal relevância tenha diminuído com o fim da Guerra Fria e as mudanças políticas que aconteceram na região desde os anos 1980, a questão cubana ainda ocupa uma posição importante na política regional.

Desde a emergência de seu processo revolucionário, Cuba tem desenvolvido uma política externa que procurava garantir e consolidar as mudanças internas que o novo regime realizava. Neste sentido, desenvolveu uma política intensa e global que, apesar dos ajustes conjunturais, implicava na ampliação das possibilidades de consolidação das mudanças internas e na dinâmica de enfrentamento com os EUA, o que conduziu ao apoio e ao fomento de revoluções pelo terceiro mundo, destacadamente na África e na América Latina.

Desta forma, embora possua uma limitada capacidade dos elementos tradicionais característicos do *hard power* dada sua condição de pequena ilha caribenha, Cuba esteve envolvida em conflitos importantes, ao longo das últimas cinco décadas, nas regiões mencionadas. No entanto, consideramos que a projeção internacional do país esteve associada, principalmente, ao exercício do *soft power* relacionado a imagem revolucionária que o país projeta desde então no cenário internacional. Sendo assim, este capítulo destaca que a projeção internacional do país tem se modificado e se adaptado aos novos tempos, pois, se nos primeiros anos da Revolução se fundamentava, embora não exclusivamente, na “aura

⁷⁹ Uma versão deste texto, com o título “Cooperação e *soft power* na política externa cubana: a emergência da diplomacia social”, em coautoria com Guillermo A. Johnson e Anatólio M. Arce, foi publicada na revista *Conjuntura Austral*, v. 5, n. 23, p. 101-121, 2014.

revolucionária” que o país representava e no carisma de sua revolução e de suas lideranças, destacadamente Fidel Castro e Che Guevara, nos primeiros anos do século XX parece emergir uma nova forma de exercício do *soft power* cubano, fundamentado no exercício da Diplomacia Social. Esta procura atualizar o internacionalismo aos novos tempos e se fundamenta na construção de uma nova forma de cooperação alicerçada na utilização dos serviços sociais (educação, saúde, esporte e cultura, entre outros) para projetar uma imagem positiva do país e construir laços com a comunidade internacional, estatal ou na sociedade civil, para superar o relativo isolamento que o país havia enfrentado nos anos 1990.

Para tanto, este capítulo está organizado da seguinte forma: inicialmente, e de forma breve, discute a noção de *soft power*, procurando destacar como este implica numa forma de exercício da política em que a força cede lugar ao consenso, a cooperação e a construção de parcerias através do convencimento. Em seguida, relaciona-o a emergência da Revolução e ao carisma de suas lideranças, demonstrando como a projeção inicial desta esteve associada às principais lideranças e sua atuação política. Finalmente, analisa a emergência da diplomacia social, seu exercício e impactos, como a nova forma de cooperação e inserção internacional da Revolução Cubana neste século.

Poder e projeção internacional: o *soft power*

Desde o fim da Guerra Fria, e conseqüentemente da ordem bipolar, os contornos da nova ordem internacional que emergiu e, persiste até nossos dias, desafiam os analistas do cenário internacional. Apesar da nova ordem não estar devidamente configurada, mostrando-se mais fluida e transitória do que julgaram algumas análises mais apressadas, certos elementos podem servir para a compreensão de seus contornos mais gerais, como se pode observar nas análises de J. Nye (2002).

Na tentativa de compreender como os paradoxos do poder americano, manifestados no descompasso entre a clara hegemonia militar e a decrescente participação do país na economia mundial e a erosão de sua liderança política no cenário internacional, Nye procura compreender a dinâmica de poder no cenário internacional contemporâneo, apresentando duas análises relevantes para este capítulo.

Em primeiro lugar, fundamentando-se, de certa forma, nos seus estudos sobre a interdependência complexa, Nye aponta que a compreensão das relações internacionais contemporâneas se tornou mais complexa e dinâmica. Sendo assim, aponta que a distribuição do poder deve ser analisada como um tabuleiro de

xadrez tridimensional, implicando um maior desafio para o exercício do poder. Para ele, tal tabuleiro é tridimensional, pois envolve a atuação na esfera militar (com clara hegemonia dos EUA), na econômica (cada vez mais multipolar) e na esfera das relações transnacionais, que inclui atores não estatais e transpõe o controle dos governos nacionais, apresentando um poder disperso. Como estes níveis estão conectados, a ação internacional é extremamente complexa e não pode se basear em um recurso ou forma de poder. Daí emerge a segunda contribuição de sua análise.

Retomando os estudos e análises sobre o poder, Nye procura destacar que neste novo cenário duas formas são necessárias e se complementam. Ao tradicional poder duro (*hard power*) que consiste na capacidade de elementos associados a população, território, recursos econômicos e força militar, sendo assim:

A capacidade de obter resultados desejados frequentemente vem associada a posse de certos recursos, por isso é comum simplificar a definição de poder como a posse de quantidades relativamente grandes de elementos tais como a população, território, recursos naturais, vigor econômico, força militar e estabilidade política (NYE, 2002, p. 30).

Em suma, o poder duro está associado aos fatores natural e demográfico. No entanto, como demonstra o autor, tal conceito já não é mais suficiente para a definição de potência devido ao desenvolvimento tecnológico e econômico, o que torna necessário a agregação do *soft power* (poder brando).

Sempre presente na análise do poder, embora às vezes ignorado, o poder brando é definido como:

Ele coopta as pessoas em vez de coagi-las. O poder brando se arrima na capacidade de definir a agenda política para formar as preferências dos demais [...] é a capacidade de seduzir e atrair. E a atração geralmente leva a aquiescência e a imitação (NYE, 2002, p. 36-37).

Neste sentido, tal poder tem um caráter eminentemente político, de exercício não coercitivo do poder, e confere a seu detentor a capacidade política de influenciar os demais através, entre outros, da sedução e da atração. Desta forma, através do diálogo e da negociação, potencializa o convencimento, permitindo a cooperação dos demais. Ainda, sua capacidade está relacionada aos valores que este pode representar, tornando-o modelo, permitindo o estabelecimento de uma agenda em torno de seus princípios e ideais. Sendo assim, nesta era de expansão da informação em nível global, tal poder torna-se tão importante quanto o poder bruto.

Neste sentido, consideramos que a Revolução Cubana, embora tenha permitido ao país aumentar seu poder bruto, ainda que muito aquém das grandes potências, potencializou, de forma distinta nos contextos históricos, o *soft power* cubano, o que discutiremos a seguir.

A Revolução Cubana e o *soft power*: do carisma à Diplomacia Social

Desde sua emergência, em 1959, a Revolução Cubana e suas ações despertaram uma reação intensa, favorável ou contrária. Considerando o contexto latino-americano, tal revolução apresentava-se como alternativa, atraente e viável, para a superação dos problemas seculares (analfabetismo, extrema pobreza, desigualdade...) vividos pelos diversos países da região. Desta forma, o impacto das transformações vividas pelo país e a reação a tais mudanças, afetou profundamente os projetos políticos, a esquerda e a direita, e determinou a dinâmica política da região na segunda metade do século XX.

O poder de atratividade da Revolução Cubana, foi observado por Hobsbawm que ao realizar um balanço do curto século XX, aponta que:

Nenhuma revolução poderia ter sido mais bem projetada para atrair a esquerda do hemisfério ocidental e dos países desenvolvidos, no fim de uma década de conservadorismo global; ou para dar à estratégia da guerrilha melhor publicidade. A revolução cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes estudantis com a desprendida generosidade de sua juventude — os mais velhos mal tinham passado dos trinta —, um povo exultante, num paraíso turístico tropical pulsando com os ritmos da rumba. E o que era mais: podia ser saudada por toda a esquerda revolucionária (HOBBSAWN, 1995, p. 427).

Desta forma, o autor demonstra a emergência de uma empatia que percorre a América Latina, mas também em todo mundo, reforçada posteriormente pelas mudanças implantadas no país.

As medidas adotadas e as ações posteriores propiciaram uma identificação e apoio na esquerda latino-americana. Desta forma, como aponta Sader (1991), a partir da experiência brasileira, inúmeros aspectos da Revolução e da construção do socialismo em Cuba cativaram a esquerda: a atualização da ideia de Revolução, em contraposição à apatia e o oportunismo dos PCs; a legitimação da heterodoxia política e ideológica a respeito de como fazer a Revolução e como construir o socialismo; o anticapitalismo e o anti-imperialismo, caracterizados pela ruptura total com os EUA; a estratégia de poder centrada na guerra de guerrilhas, baseada no campo;

a solidariedade internacional — o internacionalismo proletário — como um dos componentes básicos de sua formação ideológica e ação política; a ética da dedicação revolucionária, com a militância identificada com a própria vida, exemplificada na vida do Che que dizia “o dever de todo revolucionário é fazer a Revolução” e da construção do homem novo; e, finalmente, a ênfase no papel da vanguarda e dos aspectos subjetivos para a vitória (SADER, 1991, p. 23).

Desde o início, o governo cubano procurou formular uma política externa que pudesse defender os seus interesses (SALAZAR, 1986; BANDEIRA, 1998). A compreensão adequada de tal política é resultado da análise de dois eixos fundamentais: de um lado, era fruto da dinâmica entre *revolução e política formal*; de outro, entre isolamento e integração. No primeiro caso procura-se destacar, principalmente nos anos 1960 e final dos anos 1970, o compromisso da liderança cubana em apoiar ou fomentar revoluções para a emergência de regimes favoráveis à sua causa e para diminuir a pressão do governo norte-americano sobre a revolução cubana. Esta postura, mesmo que às vezes tenha se constituído numa política informal e de organismos não estatais (o serviço secreto, organizações de solidariedade, entre outros), foi executada pelas lideranças que procuraram influenciar a onda revolucionária que atingiu a América Latina, destacadamente, mas também a África ao longo do período. Em relação a segunda, tratava-se de manter e reforçar os laços políticos e diplomáticos, procurando evitar ou superar o isolamento impulsionado pelo governo estadunidense.

Como já destacado, um dos elementos fundamentais para a compreensão da Revolução Cubana refere-se à liderança fundamental de Fidel Castro que com seu carisma, sua legitimidade e perspicácia contribuiu decisivamente para sua sobrevivência.

Como apontava Che Guevara, ao discutir a possibilidade de que tal evento pudesse se repetir em outros países da região, os traços que impulsionaram esta eram comuns a todos os países latino-americanos (pobreza, desigualdade, latifúndio...), excetuando-se por alguns aspectos, dentre eles o papel desempenhado pela liderança (Fidel Castro, à frente) apontando que:

Reconhecemos que a peculiaridade da revolução cubana é dada por fatos excepcionais. [...] O primeiro, talvez mais importante, o mais original, é esta força da natureza chamada Fidel Castro Ruz, que em poucos anos alcançou projeção histórica. [...] Mas para nós, ele se iguala às mais altas figuras históricas da América Latina. Graças à sua capacidade de aglutinar, de unir — opondo-se à divisão que enfraquece —, de dirigir a ação do povo; seu amor profundo por ele; graças à sua fé profunda no futuro e à sua capacidade de prevê-lo, Fidel fez por sua Cuba mais do que ninguém para construir a partir do nada o aparato formidável que é hoje a revolução cubana (GUEVARA, 1970, p. 403-419).

Tal liderança foi sendo reafirmada ao longo dos anos e, apesar do desgaste natural, contribuiu para a consolidação e manutenção de tal processo, mesmo em cenários extremamente adversos, como na profunda crise econômica dos anos 1990.

Mesmo com o passar dos anos, Fidel Castro continuava possuindo um prestígio que, como aponta Sznajder e Roniger:

[...] o papel de Fidel Castro, como líder da revolução, e do castrismo, como um movimento político com grande poder de adaptação, tem sido central para a sobrevivência do atual regime em Cuba. Castro desfruta do prestígio de um verdadeiro revolucionário que dedicou a sua vida ao seu país, sem desfrutar dos privilégios característicos do poder, como fizeram outros líderes comunistas, na União Soviética e na Europa Oriental, em torno dos quais se desenvolveram cultos de personalidade, nepotismo e o gozo dos prazeres mundanos, por parte deles e pela elite política que os rodeava (SZNAJDER; RONIGER, 2001, p. 161, tradução nossa)⁸⁰.

É possível entender porque, mesmo após quatro décadas de liderança, o ímpeto revolucionário e a imagem de Fidel estão menos erodidos que as lideranças comunistas que estiveram no poder na Europa Oriental. A figura de Fidel, em termos de apoio dentro de sua sociedade é comparável a Mao na China e a Ho Chi Min no Vietnã, enquanto estavam vivos. Isto pode ser derivado de sua “aura revolucionária” e da eterna confrontação com os EUA, apresentada como a continuação das lutas de libertação nacional, que lhe conferem maior legitimidade, como pode se observar na primordial e consciente projeção da figura de José Martí e sua influência ideológica e cultural, enfatizada especialmente no preâmbulo da Constituição Cubana de 1992 (SZNAJDER; RONIGER, 2001).

Mas de onde vem esta força de Fidel? Sem dúvida, o carisma é o elemento definidor da liderança desempenhada por ele, de tal forma que como aponta Max Weber:

[...] existe em segundo lugar, a autoridade que se funda em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo — carisma — devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades exemplares que dele

⁸⁰ “[...] el rol de Fidel Castro, como líder de la revolución, y del castrismo, como movimiento político con gran poder de adaptación, han sido centrales para la supervivencia del régimen actual en Cuba. Castro goza del prestigio de un verdadero revolucionario que ha dedicado su vida a su país, sin disfrutar de los privilegios característicos del poder tal como lo hicieron otros líderes comunistas, en la Unión Soviética y en Europa Oriental, alrededor de los cuales se desarrollaron cultos de personalidad, nepotismo y el goce de los placeres mundanos por parte de ellos mismos y la elite política que los rodeaba”.

fazem o chefe. Tal é o poder “carismático”, exercido pelo profeta ou no domínio político pelo dirigente guerreiro eleito, pelo soberano escolhido através do plebiscito, pelo grande demagogo ou pelo dirigente de um partido político (WEBER, 1989, p. 57).

Neste sentido, podemos observar que a dominação carismática se desenvolve em virtude de devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (carisma), particularmente as faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória, algo facilmente observável em seus famosos discursos e sua personalidade onnipresente. Desta forma, a associação dominante é de caráter comunitário, na comunidade ou no séquito. A forma genuína da jurisdição e a conciliação de litígios carismáticos é a proclamação da sentença pelo senhor ou pelo sábio e sua aceitação pela comunidade. No caso cubano, isto pode ser observado pelo fato de que, apesar do evidente processo de institucionalização vivenciado ao longo destas décadas, com a construção de organizações sociais e políticas, em diversos momentos Fidel Castro determinou políticas, inovações ou mudanças, como no processo da safra de açúcar do final dos anos 1960, de retificação de erros dos anos 1980 ou nas medidas adotadas ao longo dos anos 1990.

Além disto, pode-se destacar a capacidade de adaptação, ou maleabilidade, desta liderança. Foi assim em meados da década de 1980, quando o processo chamado “retificação de erros e tendências negativas” teve como base o retorno a algumas ideias de Che Guevara, enquanto ministro que haviam sido abandonadas na aproximação com a URSS, sobre trabalho e remuneração ou observando ainda as diversas modificações e adaptações dos ideais desde o Movimento 26 de Julho — década de 1950 — cujos objetivos eram de caráter nacionalista, com explícitas demandas de justiça social e ideais anticorrupção para limpar a vida pública, passando pela adoção do modelo marxista-leninista — década de 1960 e 1970 — e o apoio, entre outras coisas, à invasão soviética da Tchecoslováquia e as transformações da década de 1990.

Além de Fidel, outra liderança que projetou internacionalmente a Revolução Cubana foi, sem dúvida, Che Guevara. Este marcou profundamente a América Latina e, com seu assassinato na Bolívia, sua obra e exemplo, confirmam-lhe uma dimensão internacional e sua fotografia, tirada por Alberto Korda tornou-se uma das fotografias mais reproduzidas do século passado⁸¹. Como aponta Sader:

⁸¹ Para uma compreensão mais aprofundada destas ideias e do papel desempenhado por Ernesto Che Guevara ver, entre outros, Luis Bernardo Pericás, *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*, Ed. Xamã, 2004; Carlos Tablada Perez, *El pensamiento econômico de Ernesto Che Guevara*, Casa de Las Américas, 1987; Fernando Martinez Heredia, *El Che y el Socialismo*, Dialectica, 1992; e Geronimo Alvarez Batista, *Che: uma nueva batalla*, Pablo de la Torriente, 1994.

Neste momento crucial de grandes transformações, o Che apareceu como crítica viva ao objetivismo que dominara o marxismo por várias décadas. Não é assim por acaso que sua imagem estivesse presente nas manifestações de 68 em Paris, Roma, Frankfurt, Tóquio. E que grupos revolucionários tenham-se constituído na América Latina, Alemanha, Ceilão, tomando-o como referência (SADER, 1981, p. 35).

Como mencionamos, o assassinato do Che serviu para impulsionar sua aura revolucionária, marcada pela percepção de que era capaz de renunciar aos cargos e honrarias e doar sua vida em prol dos ideais defendidos, servindo para impulsionar o mito, identificado com os ideais puros dos primeiros anos da revolução cubana (TAIBO, 1997; ANDERSON, 1997)⁸². Grande parte deste mito, impulsionado pelo próprio governo cubano, se fortaleceu porque Che não enfrentou o desgaste político de outras lideranças cubanas que se mantiveram no poder, pois como afirma Anderson:

Na cidadezinha de Vallegrande, na Bolívia, onde prosseguem os esforços para encontrar e exumar o corpo de Che, na parede de barro da central telefônica há uma frase pichada em espanhol: “Che – Vivo como jamás quisieron que estuvieras”. Essa frase, talvez melhor do que qualquer outra, descreve o verdadeiro legado do Che. De alguma forma, ele manteve uma posição de força na imaginação popular, parecendo transcender tempo e lugar. Eternamente jovem, valente, implacável e desafiador, perpetuamente olhando fixo com aqueles olhos cheios de propósito e indignação. Che desafiou a morte. Enquanto até mesmo seus amigos e camaradas mais íntimos fenecem com a idade e sucumbem às comodidades de uma vida em que *la revolución* já não tem cabimento, Che permanece imutável. Ele é imortal porque outros o querem assim, como o exemplo solitário do Novo Homem que um dia viveu e desafiou outros a segui-lo (ANDERSON, 1997, p. 864).

Além disto, o tratamento dado ao heroísmo e atuação de outras lideranças, como Camilo Cienfuegos e Raúl Castro, entre outros, reforçou em grande medida, uma mitologia da Revolução Cubana, alicerçada na atuação das lideranças. Desta forma, pode-se destacar que o *soft power* cubano era derivado, não de

⁸² Desta forma, como afirma Taibo: “Há uma lembrança. Desde milhares de fotos, pôsteres, camisetas, fitas, discos, vídeos, retratos, revistas, livros, frases, testemunhos, todos os fantasmas da sociedade industrial que não sabe depositar seus mitos na sobriedade da memória. Che nos vigia. Para além de toda parafernália, ele retorna. Em era de naufrágios, é nosso santo leigo. Quase trinta anos depois de sua morte, sua imagem cruza as gerações, seu mito passa deslizando em meio aos delírios de grandeza do neoliberalismo. Irreverente, irônico, obstinado, moralmente obstinado. Inesquecível.” (TAIBO, 1997, p. 704).

forma exclusiva, era derivado da atuação e exemplo destas lideranças, ainda que fundamentado em elementos diversos.

Além disto, deve-se considerar que a projeção internacional cubana, esteve alicerçada numa política de apoio e de incentivo às revoluções no terceiro mundo e no exercício do internacionalismo proletário. Tal política determinou o envolvimento cubano, civil e militar, ao longo das décadas de 1960 a 1980 na América Latina e na África.

No caso africano, tal ação se desenvolveu em dois planos distintos. No primeiro, estavam as ações de colaboração e ajuda militar de apoio a movimentos nacionalistas ou socialistas. Segundo Lópes Segrera (1988), a presença militar cubana foi sempre posterior a esforços para a solução negociada dos conflitos, sua participação era fruto de um pedido formal e aprovação dos governos dos países em questão e o país jamais representou uma ameaça aos vizinhos dos países em que suas tropas atuavam. Neste sentido, também Bandeira (1998) destaca que o envolvimento em Angola ocorreu a pedido de Agostinho Neto, dirigente do MPLA e se iniciou com o treinamento de rebeldes, ainda nos anos 1960⁸³; assim como no caso da Etiópia e Moçambique. Da mesma forma, este autor ressalta que “de qualquer forma, Cuba desempenhou, na África, um papel construtivo, inclusive favorecendo soluções diplomáticas para algumas questões, entre as quais o conflito entre Angola e o Zaire⁸⁴, e os casos da Rodésia (Zimbábue) e Namíbia” (BANDEIRA, 1998, p. 599).

Além do campo militar, a ajuda cubana também esteve relacionada ao trabalho civil. Por um lado, o país acolheu inúmeros estudantes dos países africanos — segundo Lópes Segrera, cerca de 15 mil africanos realizaram seus estudos no país nas mais diversas áreas; por outro, o país enviou para o trabalho civil em áreas como saúde, educação, construção civil, agricultura e transportes inúmeros técnicos para atuarem e incentivarem o desenvolvimento dos países africanos⁸⁵.

Existem diversas explicações para o envolvimento cubano na África. Como aponta Gleijeses, há interpretações que assinalam que tais ações foram

⁸³ A ligação com o MPLA e Agostinho Neto começou em 1965 quando Ernesto Guevara teve um encontro com o dirigente angolano e outros líderes do movimento. Porém se reduziu no início dos anos 1970 devido às dificuldades de envio de material e homens e ao desenvolvimento próprio da luta pela independência do país. Com a instalação da Guerra Civil, em 1975, foi solicitado novamente o apoio cubano e o país se envolveu profundamente no conflito angolano (GLEIJESES, 2003, p. 106).

⁸⁴ Para uma análise da participação cubana no processo de pacificação entre os dois países ver o livro *La paz de Cuito Cuanavale – documentos de un proceso*, de Blanca Zabala, Havana, 1989.

⁸⁵ Para um relato destas ações e as atividades desenvolvidas veja, além dos autores já citados, o livro *Cubanos na África*, de Neiva Moreira e Beatriz Bissio, Ed. Global, 1979.

motivadas pelo desejo pessoal de Fidel Castro de autoengrandecimento, mas este certamente não foi o fator determinante. Os dois fatores fundamentais foram a autodefesa e o idealismo. Depois de procurar um *modus vivendi* com os EUA, a liderança cubana chegou a uma conclusão muito clara: para se proteger dos EUA, a melhor defesa seria contra-atacar, porém através dos espaços gerados no Terceiro Mundo. Neste sentido, podemos observar que:

[...] Castro considerava que a sobrevivência da revolução dependia “do surgimento de outras Cubas”, porque pensava que os EUA se veriam obrigados, em última instância, a aceitar a Cuba quando tivessem que lidar simultaneamente com vários outros governos revolucionários. E quando Che Guevara foi para a África, em dezembro de 1964, os analistas de inteligência dos EUA enfatizaram esse elemento de autodefesa⁸⁶ (GLEIJESES, 2003, p. 109, tradução nossa).

O segundo fator foi o idealismo que condicionou a política externa cubana neste período, ou seja, o sentido de missão revolucionária, personificado no internacionalismo proletário. Na África os riscos eram menores, não provocavam diretamente os EUA e o país não atuava contra governos legais, como na América Latina, pois o país contribuía para movimentos contra o regime colonial ou governos pré-estabelecidos. Desta forma, podia continuar desenvolvendo a estratégia de promoção da revolução, sem maiores danos. Tal postura, muitas vezes, entrou em confronto com a *realpolitik*, no sentido de que podia gerar tensões com os aliados soviéticos, aumentar a ruptura com os EUA e criar novos inimigos, além de significar um importante aporte de recursos de que o país tanto necessitava (GLEIJESES, 2003, p. 114-116)⁸⁷.

⁸⁶ “[...] Castro consideraba que la supervivencia de la revolución dependía ‘del surgimiento de otras Cubas’, pues pensaba que EUA se vería obligado en última instancia a aceptar a Cuba cuando tuviera que hacer frente simultáneamente a varios otros gobiernos revolucionarios. Y cuando Che Guevara fue a África en diciembre de 1964, los analistas de inteligencia de EUA, recalcaron este elemento de autodefensa”.

⁸⁷ Como aponta o autor, citando duas fontes bem distintas. Para os russos, “tal como lo dijo un alto funcionario soviético — Anatoly Dobrynin, ex-embajador soviético — en sus memorias, los cubanos enviaron sus tropas por iniciativa propia y sin consultarnos”; esta afirmação é ratificada por Henry Kissinger que, em suas memorias, declara que “no podíamos imaginar que actuara en forma tan provocadora tan lejos de su país a no ser que Moscú lo presionara a pagarle el apoyo militar y económico. Las pruebas hoy disponibles indican que fue lo opuesto” (GLEIJESES, 2003, p. 113-114). Do mesmo modo, Sulzc afirma que: “Contrariamente a crença generalizada, foi ideia de Fidel Castro — e não dos russos — o engajamento de tropas cubanas na guerra civil em Angola, de forma totalmente aberta” (SZULC, 1987, p. 752).

O reconhecimento explícito do papel desempenhado por Cuba, além do seu caráter construtivo, como já assinalamos, nos conflitos africanos pode ser percebido pela declaração de Nelson Mandela que, visitando o país como presidente da África do Sul, afirmou: “Vimos aqui com o sentimento da grande dívida que contraímos com o povo de Cuba; que outro país tem uma história de maior altruísmo do que a que Cuba revelou em suas relações com a África?”⁸⁸ (GLEIJESES, 2003, p. 119, tradução nossa).

Já nos anos 1980, com a institucionalização do processo revolucionário cubano, podíamos notar novas dimensões no *soft power* cubano que, no entanto, irão adquirir contornos definitivos a partir dos anos 1990, como resposta às transformações do bloco soviético (e ao ideário socialista), ao contexto internacional (sua natureza e os valores determinantes no Pós-Guerra Fria e, finalmente, as transformações e adaptações da política (interna e externa) cubana as novas demandas internas (a superação da grave crise econômica) e ao novo cenário internacional.

O novo *soft power* cubano: a emergência da Diplomacia Social

Como apontam Dominguez (2003) e Alzugaray (2003), Cuba continua exercendo um poder sedutor, ainda que diferente das décadas anteriores. Neste sentido, embora em menor medida e de forma diferente das décadas anteriores, a Revolução Cubana continua possuindo certos atrativos e cativando uma parte expressiva da população e dos governos, principalmente na América Latina.

Na década de 1990, porém, já não é a capacidade militar ou revolucionária, embora continuem existindo, que fornecem ao país o exercício do *soft power*. Este deriva da constatação de que o país conseguiu desenvolver uma rede de proteção estatal que, apesar dos problemas, conseguiu solucionar, embora não definitivamente, grande parte dos problemas que atingem os países da periferia garantindo acesso à saúde e à educação, entre outros, para a maioria da população e minimizando os efeitos da desigualdade social. Aliado a isto, se observa o extraordinário desempenho cubano em certas áreas, nos eventos internacionais, no campo do esporte e da cultura. Como apontam os autores, Cuba tem conseguido um desempenho impressionante.

⁸⁸ “Venimos aquí con el sentimiento de la gran deuda que hemos contraído con el pueblo de Cuba; ¿qué otro país tiene una historia de mayor altruismo que la que Cuba puso de manifiesto en sus relaciones con África?”.

Desta forma, em tal período emerge uma estratégia de cooperação internacional que concilia dois ideais fundamentais da Revolução Cubana, de seu período inicial, e, principalmente, se insere no novo contexto internacional e na tentativa de superação do relativo isolamento a que o país se viu submetido após a queda do bloco soviético. Neste sentido, conciliando internacionalismo e cooperação fundamentada nos serviços, principalmente das áreas onde destacadamente ocorreram avanços significativos durante o período revolucionário (educação, saúde, esporte e cultura, entre outros), desenvolve-se uma Diplomacia Social, propiciando a emergência de novos contornos do *soft power* cubano.

A Diplomacia Social contribui para a afirmação de uma nova estratégia, que aprimorou a relação do país com outras nações. Tal conceito amplia a noção desenvolvida por Julie Feinsilver⁸⁹ de Diplomacia Médica, compreendida por:

Na análise da política externa cubana, a diplomacia médica foi negligenciada. No entanto, tem sido parte integrante de quase todos os acordos de cooperação e ajuda que Cuba historicamente consagrou ao fortalecimento de seus laços diplomáticos com outros países do Terceiro Mundo. Dezenas de países receberam assistência médica cubana de longo prazo e muitos outros receberam assistência de curto prazo em resposta a emergências. A assistência médica cubana alcança anualmente milhões de pessoas no Terceiro Mundo através da provisão direta de assistência médica e milhares, anualmente, por meio de programas de educação e treinamento no campo da saúde, tanto em Cuba quanto no exterior. O impacto positivo desta ajuda na saúde das populações do Terceiro Mundo melhorou, consideravelmente, as relações de Cuba com outros países e aumentou a capital simbólico de Cuba entre governos, organizações internacionais e intelectuais que, no Terceiro Mundo, muitas vezes desempenham um papel importante na formação da opinião pública e políticas públicas⁹⁰ (FEINSILVER, 1993, p. 193 apud ALZUGARAY TRETO, 2003, p. 27, tradução nossa).

⁸⁹ Para uma análise mais aprofundada do conceito ver o livro *Healing the masses: Cuban Health Politics at Home and Abroad* (FEINSILVER, 1993).

⁹⁰ “En los análisis sobre la política exterior cubana se ha pasado por alto la diplomacia médica. Sin embargo, ella ha sido parte integral de casi todos los acuerdos de cooperación y ayuda que Cuba ha consagrado históricamente al fortalecimiento de sus lazos diplomáticos con otros países del Tercer Mundo. Decenas de países han recibido asistencia médica cubana de largo plazo, y muchos otros han recibido ayuda a corto plazo en respuesta a situaciones de emergencia. La ayuda médica cubana llega a millones de personas en el Tercer Mundo anualmente a través del suministro directo de atención sanitaria, y a miles anualmente a través de programas de educación y entrenamiento en la esfera de la salud, tanto en Cuba como en el extranjero. El impacto positivo de esta ayuda en la salud de poblaciones del Tercer Mundo ha mejorado considerablemente las relaciones de Cuba con otros países y ha aumentado el capital simbólico de Cuba entre gobiernos, organizaciones internacionales e intelectuales que, en el Tercer Mundo, a menudo juegan un papel importante en la formación de opinión pública y la política pública”.

A partir disto, pode-se afirmar que tal atuação tem contribuído para o desenvolvimento do *soft power* cubano, fortalecendo os laços com outros países, no âmbito estatal e societal. Além disto, tal ação significa uma atualização do conceito de internacionalismo proletário, agora menos ideológico, enfatizando o trabalho social que o país desenvolve em relação a nações mais desfavorecidas, atingidas por catástrofes naturais ou com problemas em determinadas áreas⁹¹.

A noção de *Diplomacia Social* implica, em primeiro lugar, a constatação de que Cuba desenvolve uma estratégia de cooperação ampla, alicerçada nas áreas sociais que revelam, em grande medida, os êxitos da revolução como saúde, educação e esporte, entre outras. Tal noção implica também a constatação de que a atração e o apoio internacional que esta forma de cooperação desenvolve ocorrem não mais pela atuação de grandes líderes ou pela presença militar, como no passado, mas pela atuação em áreas civis e em situações de extrema pobreza ou desastres naturais, tornando-se contínua.

Implica, também, numa atualização do internacionalismo e terceiro-mundismo, presentes desde os anos 1960, que passam a ser compreendidos dentro dos desafios domésticos e internacionais, desenvolvidos dentro dos marcos da nova política externa do país com a utilização da diplomacia e a necessidade de construção de novas parcerias. Segundo Erisman e Kirk (2009), a cooperação cubana alcançaria, em diversas modalidades, 154 países, contribuindo para a superação do isolamento do embargo americano; segundo Huish e Darnell (2011), com base nos dados do Ministério de Relações Exteriores de Cuba, desde 2011 podemos constatar 42.000 colaboradores cubanos trabalhando em 101 países.

A *Diplomacia Social*, desta forma, permite a projeção de uma imagem positiva do país, em diversos campos, e possibilita também a captação de recursos em que a atuação dos profissionais cubanos é intercambiada por produtos ou divisas, como no caso venezuelano, ou através da cooperação triangular, em que tal atuação é financiada por organismos internacionais, o que ocorre destacadamente na área da saúde. Além disto, tais profissionais estão orientados a não interferir em questões domésticas, o que limita possíveis áreas de atritos.

Finalmente tal ação, inserida no quadro da política externa do país, permite o desenvolvimento de uma cooperação sul-sul, ainda que tenha presença global, e de uma perspectiva contra-hegemônica, baseada na solidariedade e na inserção crítica ao mundo globalizado (ERISMAN; KIRK, 2006; KIRK, 2009).

Outro aspecto relevante é que tal atividade permite que o governo cubano continue enviando uma parte significativa de sua população para trabalhar

⁹¹ Desde o início da Revolução, 91 países receberam a ajuda cubana, com a participação de, aproximadamente, 51.059 profissionais desta área.

em outros países, agora sem o conteúdo militar das iniciativas desenvolvidas ao longo da Guerra Fria. Ainda tal atuação possibilita o reforço dos laços entre os envolvidos e o governo, ampliando a capacidade de manter o consenso interno.

O exercício desta diplomacia implica na oferta no campo da educação e treinamento civil de cursos para estudantes estrangeiros da América Latina e África (e, em menor medida, de outros continentes) ou na realização de procedimentos médicos em Cuba, e, principalmente, na atuação de profissionais cubanos em outros países.

Desta forma, as áreas em que se desenvolve a diplomacia social referem-se aquelas em que Cuba alcançou avanços significativos. Neste sentido, a cooperação se desenvolve nas áreas de educação, saúde⁹², esporte e cultura, entre outros.

No campo educacional, além da oferta de bolsas em diversos cursos e áreas do conhecimento, o projeto com maior impacto se refere à criação da Escola Latino-Americana de Medicina (ELAM), em 1999, e de outras iniciativas. A ELAM está voltada à formação de futuros profissionais de medicina de setores empobrecidos em seus países de origem que possuem dificuldade de acesso ao ensino superior, faz com que a revolução cubana continue exercendo seu poder sedutor em parcelas importantes da população dos países de onde procedem estes estudantes. Segundo Torres e Cruz (2011), somente em ações educacionais na área da medicina podemos constatar os seguintes dados:

No ano escolar de 2009-2010, houve a matrícula de 51.648 estudantes em Cuba e no exterior, os quais se formaram junto as Brigadas Médicas nos países, distribuídos da seguinte forma: 8.170 estudantes na Escola Latino-Americana de Medicina, 12.017 no Novo Programa de Formação de Medicina, 1.118 em outros projetos, 29.171 junto às Brigadas e 1.172 estudando cursos técnicos. A Escola Latino-Americana de Medicina, criada em 15 de novembro de 1999 por ideia de Fidel, também marcou uma virada na concepção de ajuda cubana na formação de recursos humanos, inicialmente concebida para formar estudantes de zonas remotas e marginalizadas do continente. É uma contribuição de Cuba para ajudar aos países a solucionar sua própria dívida social, é um orgulho e já graduou 7.256

⁹² Neste caso, como Cuba possui a seguinte estrutura: “[...] Cuenta además con el recurso máspreciado: el capital humano, ya existen en el país un total de 566.365 trabajadores de la salud, de estos, 74.552 médicos y 32.289 especialistas en Medicina General Integral para una proporción de un médico por 151 habitantes y 95,9 enfermeras por 10 mil habitantes. Todo lo anterior ha sido posible por el desarrollo de las capacidades nacionales: 24 facultades de medicina, 499 policlínicos universitarios de la familia, 217 hospitales, 14.007 consultorios médicos, 160 clínicas estomatológicas, 13 institutos de investigación con la red de instituciones del polo científico, todas trabajando con un solo objetivo; mejorar la salud de la población cubana” (SANCHEZ; MACHADO; FERNANDEZ, 2010, p. 82).

médicos de 30 países, contando, atualmente, com a matrícula de 8.170 estudantes de 28 países⁹³ (TORRES; CRUZ, 2011, p. 385, tradução nossa).

Para um país que ainda enfrenta os efeitos da grave crise econômica é um esforço considerável que só pode ser compreendido nos marcos da diplomacia social. Vale ressaltar que tal empreendimento (a ELAM) também reafirma os ideais cubanos, pois como constatava Fidel Castro:

[...] o que nós queremos é que os estudantes dos países latino-americanos irmãos se impregnem da mesma doutrina em que se educam nossos médicos, dessa entrega total a sua nobre profissão futura, porque o médico é como um pastor, um sacerdote, um missionário, um cruzado da saúde e do bem-estar físico e mental das pessoas⁹⁴ (SANCHEZ; MACHADO; FERNANDEZ, 2010, p. 79, tradução nossa).

Além da ELAM, Cuba, em parceria com a República Dominicana, criou e mantém neste país uma Escola de Enfermagem que, atualmente, atende a 150 estudantes (SANCHEZ; MACHADO; FERNANDEZ, 2010, p. 80).

Ainda, a cooperação cubana na área de saúde envolve outros aspectos e programas, como mencionam Sanchez, Machado e Fernandez:

Atualmente, a cooperação médica cubana⁹⁵, que se brinda em várias modalidades, está presente em 73 países. No total, em todo mundo, trabalham 38.544 colaboradores da saúde, dos quais 17.697 são médicos. Só pelo PIS (Programa da Saúde Integral) foram atendidos 117.798.248 pacien-

⁹³ “En el curso escolar 2009-2010 hubo una matrícula de 51 648 estudiantes en Cuba y en el exterior, los que se formaron junto a las Brigadas Médicas en los países, distribuidos de la siguiente forma: 8.170 estudiantes en la Escuela Latinoamericana de Medicina, 12.017 en el Nuevo Programa de Formación de Medicina, 1.118 en otros proyectos, 29.171 junto a las Brigadas y 1.172 estudiando carreras técnicas. La Escuela Latinoamericana de Medicina, creada el 15 de Noviembre de 1999 por idea de *Fidel*, también marcó un viraje en la concepción de la ayuda cubana en la formación de recursos humanos, inicialmente concebida para formar estudiantes de zonas remotas y postergadas del continente. Es una contribución de Cuba para ayudar a los países a saldar su propia deuda social, es un orgullo y ha graduado 7.256 médicos de 30 países, cuenta actualmente con una matrícula de 8.170 estudiantes de 28 países”.

⁹⁴ “[...] lo que nosotros queremos es que los estudiantes de los Hermanos países latinoamericanos se impregnen de la misma doctrina en que se educan nuestros médicos, de esa entrega total a su noble profesión futura, porque el médico es como un pastor, un sacerdote, un misionero, un cruzado de la salud y del bienestar físico y mental de las personas”.

⁹⁵ Segundo Torres e Cruz (2011, p. 382): “La revolución cubana triunfa en 1959 y ese mismo año se produjo el éxodo masivo de médicos, de manera tal que el país perdió, en los primeros años de revolución, alrededor del 50 % de los 6 286 profesionales con que contaba”.

tes e operadas 2.831.870 de pessoas. Dados conservadores indicam que, durante os 10 anos deste programa, foi salva a vida de quase 2 milhões de pessoas. Atualmente, a Operação Milagre se desenvolve em 29 países da América Latina e do Caribe, incluindo Cuba⁹⁶ (SANCHEZ; MACHADO; FERNANDEZ, 2010, p. 80, tradução nossa).

No entanto, a principal ação de cooperação se desenvolve, com o apoio venezuelano, nos marcos da ALBA (Aliança Bolivariana das Américas). Nela se desenvolvem missões na Venezuela e outros países latino-americanos, nos campos da alfabetização e medicina que permitem o exercício da diplomacia social cubana, possibilitando a atuação de profissionais destas áreas e o intercâmbio de serviços por recursos (divisas e petróleo) fundamentais para a recuperação econômica do país⁹⁷.

Outra área de exercício da diplomacia social se refere ao esporte (HUISSH; DARNELL, 2011). Esta apresenta três dimensões: as brigadas de cooperação que trabalham em comunidades marginalizadas em outros países; o desenvolvimento de uma perspectiva contra-hegemônica com o estabelecimento de laços na sociedade civil; e, finalmente, a acolhida de alunos estrangeiros para o desenvolvimento de estudos e práticas em esporte no país. Sendo assim, pode-se destacar que, a exemplo da ELAM, foi criada a Escola Internacional de Educação Física e Esportes (EIEFD), que recebeu até o momento cerca de 1.400 estudantes de 76 países, além da organização de eventos. Desta forma, podemos constatar, seguindo as indicações de Huish e Darnell que:

Em suma, a característica mais destacada do internacionalismo esportivo cubano pode ser que o esporte é considerado importante e explicitamente

⁹⁶ “Actualmente la cooperación médica cubana, que se brinda en varias modalidades, está presente en 73 países. En total en el mundo trabajan 38 544 colaboradores de la salud, de los cuales 17 697 son médicos. Solo por el PIS han sido atendidos 117 798 248 pacientes; operados, 2 831 870. Cifras conservadoras indican que durante los 10 años de este Programa se ha logrado salvar la vida de casi 2 millones de personas. Actualmente se desarrolla la Operación Milagro en 29 países de América Latina y el Caribe, incluyendo Cuba”.

⁹⁷ No caso da Venezuela, os principais dados são: “El Programa Especial de Cooperación con Venezuela, que se inició en abril de 2003, cuenta con 30 685 profesionales cubanos de la salud, ostenta los siguientes resultados: 363 084 127 consultas, de estas 164 210 014 son visitas de terreno, 74 398 operaciones, 6 306 partos, 281 892 894 actividades educativas y 16 538 746 casos atendidos en ópticas. En la Operación Milagro, el principal resultado es el mejoramiento o devolución de la visión a 1 825 274 personas de 33 países. En Cuba se han operado 175 610 pacientes y 1 649 664 en 60 centros oftalmológicos instalados en 18 países, con 93 puntos quirúrgicos donados por Cuba, con la más alta tecnología, en Venezuela, Bolivia, Ecuador, Guatemala, Haití, Honduras, Panamá, Nicaragua, Paraguay, Uruguay, Angola, Mali, Perú, Santa Lucía, San Vicente, Suriname, Guyana y Argentina” (TORRES; CRUZ, 2011, p. 387).

situado dentro de processos mais amplos de política externa e desenvolvimento, como um veículo para objetivos de desenvolvimento individualizados e específicos. A nosso ver, Cuba posicionou o esporte como um mecanismo de apoio e em conjunto com projetos abrangentes de desenvolvimento que visam abordar a pobreza e o subdesenvolvimento de múltiplos ângulos. Por estas razões, é digno de atenção constante dentro do setor SDP⁹⁸ (HUIISH; DARNELL, 2011, p. 161, tradução nossa).

Finalmente, convém ressaltar que tal atuação não se restringe ao campo médico, embora este seja o exemplo mais significativo, mas abrange outras áreas em que o país tem um desempenho importante no cenário internacional, estendendo-se hoje à educação, ao esporte, a cultura e certas áreas do conhecimento científico. Isto parece sugerir que o conceito de Diplomacia Médica, utilizado por Feinsilver, poderia ser ampliado para o exercício de uma *Diplomacia Social*, como uma estratégia importante para a ampliação e o fortalecimento de laços políticos e, além disto, para a captação de recursos indispensáveis à recuperação econômica do país.

Em suma, ao longo dos anos 1990, Cuba foi tecendo uma rede de apoios no plano bilateral e multilateral, que permitem afirmar que a ilha já não está marginalizada no contexto internacional. Uma vez reorientadas as relações e com novas fontes de assistência financeira se fez mais fácil à recuperação do prestígio, que se deve, em grande medida, ao desenvolvimento da diplomacia social.

Conclusão

Este capítulo procurou discutir a projeção internacional cubana e as características do *soft power* do país, desde a emergência da Revolução, considerando que, se no início do processo revolucionário este baseava-se fundamentalmente no carisma de suas lideranças (Fidel Castro e Che Guevara, destacadamente), nos últimos anos passou a se orientar numa diplomacia social, alicerçada na cooperação com base nos serviços que exemplificam as conquistas sociais (educação, saúde, esporte...).

Para tanto, consideramos que, com as mudanças no cenário internacional, Cuba enfrentou uma série de desafios e realizou um conjunto de mudanças

⁹⁸ “In sum, the most distinguishing feature of Cuban sport internationalism may be that sport is regarded as important and explicitly situated within broader processes of foreign policy and development, rather as a vehicle toward individualized and specific development goals. As we see it, Cuba has positioned sport as a mechanism in support of, and in conjunction with, comprehensive development projects that aim to address poverty and underdevelopment from multiple angles. For these reasons, it is worthy of ongoing attention within the SDP sector”.

internas e na sua projeção internacional, orientadas por uma *lógica da sobrevivência*, tornando a política externa cubana mais pragmática e menos conflituosa, fundamentada numa redefinição do interesse nacional.

A grande mudança refere-se, como procuramos demonstrar, ao advento, ou aprimoramento, do exercício do *soft power* cubano com a emergência de uma diplomacia que utiliza a potencialidade do país, na educação, na saúde e no esporte, para o fortalecimento de laços com a sociedade civil e com Estados, gerando apoios políticos e econômicos ao país que denominamos de *Diplomacia Social*.

Desta forma, Cuba conseguiu romper, ainda que parcialmente, o isolamento a que se viu submetida com o fim da Guerra Fria e angariar apoio e laços que permitiram a sobrevivência, econômica e política, do país. Desta forma, foi possível ao longo da década inserir-se no mercado internacional, encontrando novos parceiros, aumentando seu comércio exterior e aprofundando laços econômicos com países ou áreas de seu interesse, o que gerou uma diversificação de seus parceiros comerciais.

Isto, porém, não significa que a liderança cubana superou definitivamente os desafios enfrentados. A continuidade e a eficácia das ações desenvolvidas até aqui dependerão em grande medida da atuação de sua liderança perante o conflito com os EUA, elemento fundamental da política externa do país, a manutenção e a diversificação de parceiros, econômicos e políticos e a superação das críticas da comunidade internacional, referentes ao modelo político adotado pelo país. Da solução definitiva destas questões dependerá, em grande medida, o futuro do país e um balanço final do êxito de sua política externa.

Referências

ALZUGARAY TRETO, C. La política exterior de Cuba en la década de 90: intereses, objetivos y resultados. **Política Internacional**, La Habana, v. I, n. 1, p. 14-32, ene./jul. 2003.

ANDERSON, J. L. **Che Guevara**: uma biografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

BANDEIRA, L. A. M. **De Martí a Fidel**: a revolução cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. **Cuba**: do socialismo dependente ao capitalismo. Brasília: Contexto Internacional, 1996, disponível em: <www.relnet.com.br>. Acesso em: 15 dez. 2013.

CASANOVA, P. **América Latina**: história de meio século. Brasília: UNB, 1988, 4 v.

CASTRO RUZ F. Discurso pronunciado en la graduación del Instituto de Ciencias Médicas de La Habana. 09 agosto de 1999. Disponível em: <www.cuba.cu/gobierno/discursos/1999/esp/f090899e.html>. Acesso em: 13 dez. 2013.

CENTRO DE ESTUDOS AMERICANOS. **Cuba en los años 90**: su re inserción en la economía internacional. La Habana: Política, 1994.

COGGIOLA, O. **Revolução cubana**: história e problemas atuais. São Paulo: Ed. Xamã, 1998.

DOMÍNGUEZ, J. I. Cuba en las Américas: ancla y viraje. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. XLIII, n. 3, 265 p., jul./sept. 2003.

ERISMAN, H. M.; KIRK, J. M. **Redefining Cuban foreign policy**: the impact of the Special Period. Gainesville: University Press of Florida, 2006.

FEINSILVER, Julie M. **Healing the masses**: Cuban health politics at home and abroad. Bekerley: University of California Press, 1993.

GLEIJESES, P. Las motivaciones de la política exterior cubana. **Política Internacional**, La Habana, v. I, n. 1, p. 99-119, ene./jul. 2003.

GUEVARA, E. Cuba: ¿excepción histórica o vanguardia en la lucha anticolonialista? In: _____. **Obras** (1957-1967). La Habana: Casa de las Américas, 1970, p. 403-419.

HEREDIA, F. M. **El Che y el socialismo**. Buenos Aires: Dialectica, 1992, 170 p.

HOBBSAWN, E. **A Era dos Extremos**: o breve século XX. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HUIISH, R.; DARNELL, S. Solidarity, counter-hegemony, and development: exploring new dimensions of Cuba's sport-based internationalism. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 36, n. 71, p. 139-194, 2001.

KIRK, J. M.; ERISMAN, H. M. **Cuban Medical internationalism**: origins, evolution and goals. New York: Palgrave MacMillan, 2009.

MARTÍNEZ, M. A. La diplomacia cubana. Un balance a 40 años de revolución. **Análisis de Coyuntura**, La Habana, n. 11, 79 p., dic. 1998.

NYE JR, J. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: EDUNESP, 2002.

- PCUS. **La política exterior de la Cuba socialista**. Moscou: Progreso, 1980.
- PISANI, M. E. **Política exterior de la revolución cubana**. La Habana: Ciências Sociais, 2002.
- SADER, E. **Cuba: um socialismo em construção**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira. In: REIS FILHO, D. A. et al. **Historia do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991, p. 157-183, vol. 1.
- _____. (Org.). **Che Guevara: política**. São Paulo: Ática, 1981.
- SALAZAR, L. S. **El siglo XXI: posibilidades y desafíos para la revolución cubana**. La Habana: Ciencias Sociales, 2000.
- SANCHEZ, Y. M.; MACHADO, O. J. D.; FERNANDEZ, A. M. T. Cuba y la cooperación solidaria en la formación de médicos del mundo. **Educación Médica Superior**, La Habana, v. 24, n. 1, 2010, p. 76-84. Disponível em: <<http://scielo.sld.cu/pdf/ems/v24n1/ems09110.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2013.
- SEGRERA, F. L. **Cuba: política exterior y revolución**. La Habana: ISRI, 1988.
- SZNAJDER, M.; RONIGER, L. Política, *ethos* social e identidade em la Cuba contemporánea. **América Latina Hoy**, Salamanca, n. 29, p. 155-178, dic. 2001.
- SZULC, T. **Fidel: um retrato crítico**. São Paulo: Best Seller, 1987.
- TAIBO, P I. **Ernesto Guevara, también conocido como Che**. São Paulo: Scritta, 1997.
- TORRES, N. M.; CRUZ, E. M. Experiencia cubana en cooperación Sur-sur. **Revista Cubana de Salud Pública**, v. 37, n. 4, p. 380-393, 2011.
- WEBER, Max. **A política como vocação**. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1989.

POLÍTICA EXTERNA, REVOLUÇÃO E DESENVOLVIMENTO: UM BALANÇO DAS RELAÇÕES BRASIL-CUBA⁹⁹

Introdução

Ao longo do século passado, as relações entre Brasil e Cuba foram marcadas pela oscilação e pela geração de muitas expectativas e poucas realizações, decorrentes, em grande medida, dos contextos interno e externo que marcaram a trajetória dessas nações. No caso brasileiro, a consolidação de uma política externa independente somente se iniciou na 1950, e se consolidou, depois de um intervalo nos anos 1960, com o regime militar, sob o princípio da universalização das relações brasileiras, fundamentais para o processo de desenvolvimento econômico promovido naquele momento.

No caso cubano, depois de anos de tutela americana e, obviamente, da priorização de relações com a potência do norte, a ascensão de um regime revolucionário de caráter socialista fez que suas relações se intensificassem com a superpotência comunista e seus aliados. Tais aspectos foram, ainda, determinados pelo contexto internacional da Guerra Fria que, entre os anos 1940 e 1990, dificultaram o desenvolvimento de uma relação normal, menos intensa, pelo modelo político e econômico adotado em cada país. Dessa forma, apesar da relativa proximidade geográfica e cultural, o distanciamento, mais do que a aproximação, parece ser a marca das relações entre ambos.

Nesse novo século, uma nova oportunidade parece emergir para a consolidação das relações entre Brasil e Cuba. Isso porque o novo contexto internacional, marcado pela globalização e sem forte distinção ideológica, bem como os desafios, no caso cubano, ou pretensões, no caso brasileiro, parecem propiciar um novo horizonte de oportunidades, para ambos, embora as tensões continuem existindo.

Este trabalho procura, pois, analisar as relações entre Brasil e Cuba neste novo século, enfatizando, na medida do possível, diversas dimensões. Para isso, procura compreender a intensidade da relação no contexto atual e sua ligação com os princípios e elementos gerais da política externa desenvolvida, por cada nação, para se inserir no mundo globalizado.

⁹⁹ Uma versão deste texto foi publicada, com coautoria de Guillermo A. Johnson e Anatólio M. Arce, no livro *Fronteiras invisíveis: as relações entre o Brasil e a América Latina*, Ed. UFGD, 2016.

Para tanto, este trabalho está estruturado em três seções. Na primeira seção, discutimos a história das relações entre Brasil e Cuba, no século XX, em que predominou uma política de distanciamento (rompimento das relações formais) e de aproximação, principalmente nos anos 1980 e 1990. Na segunda, analisamos tal relação sob a égide dos objetivos da política externa desenvolvida por cada país, neste novo século. Finalmente, na última seção, procuramos analisar a natureza, a intensidade e os desafios ou tensões que marcam essa relação, apontando possíveis desdobramentos.

As relações entre Brasil e Cuba no século XX: entre o distanciamento, o rompimento e a (re)aproximação

Apesar do estabelecimento, já em 1906, de relações formais entre o Brasil e Cuba, elas permaneceram tênues e marginais para ambos os países na primeira parte do século passado, por diversas razões, que apontaremos adiante, adquirindo certa relevância entre os anos 1950 e 1960, mais por razões de política interna e atuação internacional destes países do que pela relação bilateral (BEZERRA, 2012).

No caso brasileiro, uma efetiva política externa, como instrumento de desenvolvimento nacional, só irá se efetivar com a proposta da Operação Pan-americana, do governo JK, e o estabelecimento da Política Externa Independente (PEI) no início dos anos 1960 (ALTEMANI, 2005; CERVO; BUENO, 2002; PECEQUILO, 2004).

Antes disso, a política externa era marcada por um alinhamento informal e automático com os EUA, a famosa aliança não escrita do Barão do Rio Branco, embora nos anos 1930 ocorressem tentativas de ação autônoma (VIZENTINI, 2003). Associado a isto, deve-se destacar que o perfil econômico dos países era extremamente semelhante, começando a se diferenciar na década mencionada, com o processo de industrialização brasileira, que só se consolidou nas décadas de 1960 e 1970, o que dificultava o aprofundamento de tais laços, pelo menos no âmbito comercial.

No caso cubano, ocorria uma dinâmica semelhante, com um agravante. O perfil econômico cubano também era, nesse período, baseado na produção agrícola, principalmente o açúcar, o que dificultava o intercâmbio comercial. Além disto, as relações cubanas (políticas e comerciais) estavam orientadas por uma relação intensa e privilegiada com os EUA, que hegemonizava o comércio exterior do país (PISANI, 2002; PEVIDA, 1995; SEGRERA, 1988). Nesse sentido, Brasil e Cuba eram mais competidores pelo perfil de suas economias e pelo desejo das relações e benesses americanas do que parceiros.

Dessa forma, as relações entre Brasil e Cuba na primeira parte do século passado eram, como afirmamos anteriormente, tênues e marginais, concentrando-se nas questões relativas ao preço internacional do açúcar, pois, por razões internas, tanto para o Brasil como para Cuba tal relação não era prioritária, como aponta Abreu: “O relacionamento político bilateral era obviamente afetado pela distância, pela dificuldade de comunicação e pela recíproca pouca prioridade dos respectivos países na agenda de política externa” (ABREU, 2000, p. 234-235). Vale ainda ressaltar que a representação em Havana era cumulativa a outros oito países da América Central e Caribe, o que dificultava uma maior interação (BEZERRA, 2012).

Esse quadro se modifica, parcialmente, no final da década de 1950 e 1960, com a afirmação da Revolução Cubana, que irá determinar grande parte das relações bilaterais, interamericanas e internacionais, pois irá inserir a pequena ilha caribenha no contexto da Guerra Fria, que determinava as relações internacionais no período. Dessa forma, a Revolução Cubana irá marcar, de forma profunda, a América Latina nas décadas posteriores e as relações cubanas e americanas com o continente (AYERBE, 2002; BANDEIRA, 1998).

Nesse sentido, a questão cubana, a relação bilateral e o posicionamento no conflito cubano-americano emergem para a diplomacia brasileira como um desafio que, pelo menos, até os anos 1980, demonstrará a capacidade de atuação autônoma do país no cenário internacional. Por isso, depois da simpatia equidistante do governo JK, será nos governos brasileiros posteriores que podemos acompanhar o desenvolvimento do processo de rompimento que se constituirá num marco da política brasileira.

Durante o governo Jânio Quadros, as relações Brasil e Cuba ganharam relativo impulso e atingiram a política, interna e externa, brasileira em decorrência de alguns fatores. Primeiro, a questão cubana contribui, ainda que indiretamente, para a emergência de um novo paradigma na política externa brasileira que, embora gestado ao longo dos anos 1950, só irá adquirir uma formulação consistente nesse governo: a Política Externa Independente (PEI). Como apontam Cervo e Bueno:

Jânio Quadros formulou a PEI em um momento conjuntural adequado no âmbito hemisférico, pois se aproveitou do receio dos EUA de que a América Latina escapasse de sua órbita de influência a partir da crise do sistema interamericano aberta pelo regime de Cuba. [...] Ao enfatizar o direito que têm os povos à autodeterminação, reivindicava-se para o país mais liberdade de movimento no cenário mundial, tendo em vista os interesses econômicos nacionais. (CERVO; BUENO, 2002, p. 310).

Além disso, a relação com Cuba parece nos ajudar a compreender os rumos da política, e dos passos, empreendidos por Jânio Quadros até sua renúncia, pois se transformará, aos poucos, em um problema de política interna brasileira. Dessa forma, sua visita a Havana, ainda na campanha eleitoral, a orientação para a abstenção na reunião da OEA que expulsou Cuba da entidade e a condecoração a Che Guevara foram movimentos que repercutiram intensamente na política doméstica.

Apesar dessas ocorrências, tais fatos revelam que Jânio Quadros adotava uma terna política bifronte, pois, no plano interno, desenvolvia medidas conservadoras e moralistas e, no plano externo, reafirmava o direito à autodeterminação dos povos, estando mais próximo da questão cubana. A dificuldade de conciliação entre essas duas políticas, talvez associada aos cálculos políticos do então presidente, que imaginava o retorno ao poder com maior espaço de manobra, também estiveram presentes em sua renúncia. Não à toa, a renúncia de Jânio motivou um discurso de Fidel Castro, citado por Bezerra (2012), que apontava:

[...] se o povo brasileiro aproveitasse a experiência de Cuba, nunca lhe poderiam derrotar os militares reacionários... Cuba soube com profunda tristeza da notícia da renúncia do presidente do Brasil. A América perde um de seus mais valentes defensores do princípio de autodeterminação. [...] O prestígio internacional do Brasil crescia a cada dia. Somente os reacionários americanos, o Departamento de Estado ianque, os monopólios imperialistas, inimigos da independência e soberania de nossos povos, podem receber esta notícia com júbilo. Cuba, a quem Quadros tinha defendido valente e tenazmente, sente-se solidária a ele. (BEZERRA, 2012, p. 132).

Essa declaração, além de ignorar outros elementos que conduziram à renúncia do presidente, contribuiu para que a questão cubana fosse incorporada, considerando o contexto, à lógica da política interna brasileira.

Durante o governo Goulart, marcado por uma intensa polarização política, a questão cubana vai adquirindo novos contornos e adquirindo importância para os rumos da política nacional. Nesse sentido, a Crise dos Mísseis, em 1962, pressionou o governo Goulart, pois o próprio secretário de Estado americano, Dean Rusk, buscou o apoio à quarentena, enquanto o governo brasileiro reafirmava sua postura favorável à autodeterminação (BANDEIRA, 1998). Tal acontecimento atinge os rumos da PEI, pois segundo Bezerra:

[...] Teve como uma de suas consequências o esvaziamento da proposta de mediação do Brasil entre as superpotências, uma vez que, a partir de então, estas passaram a buscar resolver seus litígios através de frequentes contatos diplomáticos bilaterais, inaugurando o período de distensão internacional conhecido como détente. A consequência disto para o Brasil foi a inviabi-

lização da “barganha nacionalista” com os EUA, levada a efeito desde o período Vargas, e a ascensão, em lugar desta, da retórica desenvolvimentista [...]. (BEZERRA, 2012, p. 195).

Outros fatos, no entanto, se impuseram. O problema dos asilados na embaixada brasileira em Havana, o processo de radicalização da revolução, evidenciadas na Segunda Declaração de Havana, em 1962, cujo lema foi “O dever de todo revolucionário é fazer a Revolução”, e o apoio cubano às Ligas Camponesas, no Nordeste brasileiro¹⁰⁰, levantavam dificuldades para o governo Goulart e contribuíram para a disseminação, no meio social e militar, do discurso alusivo ao perigo comunista, que serviu, associado ao temor da quebra de hierarquia, como justificativa ao golpe cívico-militar que depôs o presidente¹⁰¹.

O golpe e a instauração do regime militar determinaram, evidentemente, uma “reversão de expectativas” da política externa brasileira e uma correção de rumos de tal política, até sua reelaboração nos anos 1970. Essa reversão foi marcada, pelo menos nos primeiros governos militares, pelo retorno de um alinhamento quase automático com os EUA e, obviamente, pelo rompimento das relações diplomáticas com Cuba. Na ótica brasileira, tal rompimento foi entendido da seguinte maneira:

[...] com respeito às relações entre Brasil e Cuba, delas se vinha servindo o governo Fidel Castro, sobretudo nos últimos tempos, para acobertar as atividades de propaganda de seus agentes, em inequívoca demonstração de que, ao diálogo regular por canais diplomáticos, optara por um inadmissível entendimento com grupos minoritários brasileiros, interessados no proselitismo incompatível com as tradicionais convicções cristãs e democráticas de nosso povo. Tal interferência em assuntos internos do Brasil não mais podia ser tolerada sem graves riscos para a ordem pública e sem ofensa aos verdadeiros sentimentos nacionais, reafirmados agora pela revolução vitoriosa. [...] A decisão tomada pelo governo brasileiro está em perfeita consonância com o seu propósito de não admitir ação comunista no território nacional. (BEZERRA, 2012, p. 230).

¹⁰⁰ Ainda que não existam estudos sistemáticos sobre tal relação, é necessário apontar que, até o golpe de 64 e a emergência da luta armada como forma de resistência ao regime militar no final da década, as ligas camponesas, e sua principal liderança Francisco Julião, foram um dos movimentos que mais estreitaram os laços com Cuba e suas concepções. Para isso, ver, entre outros, Rollemberg (2001).

¹⁰¹ Como afirma Ridenti: “Seria por demais estreito pensar o golpe de 1964 em função principalmente da dinâmica interna das Forças Armadas; contudo, é inegável que o movimento político dos militares de baixa patente, como parte da ascensão popular mais ampla no pré-64, esteve no centro da cena política nos anos, nos meses e mesmo nos dias que antecederam a ‘redentora’, constituindo-se no estopim detonador do golpe” (RIDENTI, 1993, p. 200).

Na ótica cubana, pode-se destacar que o rompimento, embora inevitável, não era desejado. Nesse sentido, a liderança cubana desenvolvia uma política externa que procurava combinar a promoção e o apoio às atividades revolucionárias com o desenvolvimento de políticas formais com diferentes estados e, provavelmente, buscava a manutenção de relações com as nações latino-americanas para evitar o isolamento regional.

De qualquer forma, não há dúvida sobre a primazia da ótica revolucionária sobre os laços diplomáticos que, combinados com o aprofundamento dos laços com a URSS e demais nações do bloco soviético, tornavam tal possibilidade um custo necessário para a manutenção de sua autodeterminação e a promoção de revoluções, como estava expresso em declarações e documentos. Em suma, embora a ruptura não fosse desejável, Cuba não sacrificaria sua ideologia e laços revolucionários, muito menos com regimes alinhados aos norte-americanos, em nome de interesses diplomáticos. Em suma, a liderança cubana tinha consciência da incompatibilidade de sua política com certos regimes e parecia disposta a sacrificá-la em nome dos ideais defendidos. Além do que, o rompimento foi uma iniciativa da diplomacia brasileira.

De tal rompimento, emergem diversas questões que carecem de mais pesquisas. Nesse sentido, como aponta Bezerra (2012), é necessário verificar se esse rompimento foi derivado de razões de política doméstica, como defende, ou do contexto internacional, determinado pela Guerra Fria e pela política norte-americana para o continente. Assim, a opção norte-americana, que parece prevalecer nos primeiros governos militares, implicaria necessariamente o rompimento das relações, considerando o contexto regional. Além disso, devem-se analisar as razões pelas quais a política de universalização das relações externas do Brasil, inclusive com o bloco soviético e com as jovens nações africanas, desenvolvida nos anos 1970 pelo regime militar brasileiro, não foi aplicada ao caso cubano. Neste último caso, as razões do não reatamento de relações diplomáticas, de parte a parte.

Como mencionamos, o restabelecimento das relações diplomáticas com Cuba somente ocorreu no primeiro governo civil, o governo Sarney, em 1986. Tal reatamento pode ser considerado obra dos civis, destacadamente da ação presidencial e do Ministério das Relações Exteriores, no caso brasileiro, e da liderança cubana, considerando o novo contexto, no caso cubano. Isto só foi possível porque, apesar da resistência de certos círculos militares brasileiros que ainda consideravam Cuba sob a ótica geopolítica da Guerra Fria, predominou a percepção de que a atuação cubana já não era uma ameaça, pelo menos na região, e que o país já não constituía uma ameaça à segurança nacional (VASCONCELOS, 1991; BEZERRA, 2012)¹⁰².

¹⁰² Como afirma Bezerra sobre a retomada das relações na perspectiva brasileira: “Uma página da história brasileira fora virada. O Brasil fechara o mosaico de seus interesses” (BEZERRA, 2012, p. 327).

No caso cubano, tratava-se de dar continuidade ao processo de reinserção regional, após duas décadas de relativo isolamento, adaptando-se ao novo contexto de democratização, e de retomar os laços com um país que desenvolvera um parque tecnológico complexo, que atuava com mais autonomia no cenário internacional e com o qual ainda havia interesses comuns, como no caso do açúcar, que era o principal produto de exportação da ilha¹⁰³. Dessa forma, combinando com o novo cenário político doméstico e internacional, a retomada das relações parecia confirmar uma convergência, ainda que parcial, de interesses.

O processo de restabelecimento das relações entre Brasil e Cuba também parece indicar um padrão para o aprofundamento das relações, calcados em duas dimensões. Em primeiro lugar, a questão comercial tornou-se um elemento primordial, o que motivou a assinatura de um acordo, em 1989, diminuindo restrições e ampliando o leque de oportunidades¹⁰⁴. Além deste, um acordo de caráter científico-tecnológico, firmado em maio de 1990, já no governo Collor, considerando o intercâmbio de especialistas, de informações científicas e de tecnologia, determinou a dinâmica das relações posteriores, em que tais questões aparecem em primeiro plano (VASCONCELOS, 1991).

No entanto, ainda nos anos 1980, tornaram-se evidentes as dificuldades para o aprofundamento das relações, pois, como assinala Vasconcelos: “Entre os aspectos mais relevantes do contraste entre Brasil e Cuba, contrastam, desde logo, pela natureza dos regimes políticos vigorantes, sendo diferentes os aliados e os parceiros principais de cada um deles. Assim também pelas dimensões do produto bruto e a orientação de consumo” (VASCONCELOS, 1991, p. 188).

¹⁰³Como aponta Vasconcelos: “um breve histórico da reaproximação dos governos leva-nos de início a 1977, quando da visita discreta de um assessor do presidente Fidel Castro, o sociólogo Sérgio Cervantes. A essa primeira viagem seguiram-se outras do mesmo assessor, com reservas crescentes (identidade mudada, objetivos fictícios), porém, nem por isso menos efetivas nos contatos informais com autoridades e representantes da sociedade brasileira, sobretudo na área comercial, interessados em obter anuência do Conselho Nacional de Segurança para uma revisão das pesadas restrições a Cuba então vigentes. Finalmente, em 1985, Cervantes recebeu o visto para a permanência de um ano, a fim de tratar de negócios. Um passo significativo e concreto, no entendimento visando a reaproximação, foi a visita a São Paulo, em 1981, de uma missão comercial cubana convidada por fabricantes de equipamentos para a destilação de álcool. [...] Esta situação culminou numa reunião, de alto nível, celebrada em Paris, em 1986, na qual ficou assente o restabelecimento integral das relações diplomáticas, que ocorreria em 25 de junho do mesmo ano” (VASCONCELOS, 1991, p. 189).

¹⁰⁴Como afirma Ferreira: “En los plazos establecidos, Brasil designa el diplomático Italo Zappa como embajador en Cuba (antes era el representante de Brasil en Beijing, China). Cuba nombra el viceministro de Comercio Exterior, Jorge Bolaños, embajador en Brasil. El nombramiento de Zappa y Bolaños se vio como una convergencia de los países en el aspecto económico de las relaciones, ya que ambos diplomáticos tenían una trayectoria predominantemente comercial” (FERREIRA, 2011, p. 203-204).

Além disso, apesar das expectativas, outros problemas emergiram (alguns persistem até hoje) dificultando o aprofundamento das relações, tais como: a limitação de créditos, o embargo dos EUA a Cuba, a baixa aceitação de produtos cubanos e os obstáculos burocráticos de parte a parte. Por fim, deve-se destacar que, como assinala Hoffman (1999), em 1986, ambos os países enfrentavam uma profunda crise econômica que irá se estender até meados dos anos 1990, no Brasil, e se tornará cada vez mais aguda, no caso cubano, ganhando contornos dramáticos no período seguinte.

Durante o governo Collor, alguns incidentes causaram certo mal-estar na relação entre os países¹⁰⁵. Apesar de serem rapidamente superados, acabaram demonstrando que, apesar do acentuado interesse cubano para o aprofundamento das relações bilaterais, o governo brasileiro esteve orientado pelos desafios internos e pela tentativa de abertura comercial, o que colocava em segundo plano as relações com Cuba.

Durante o governo Itamar, as relações ganharam um novo impulso, pois o governo brasileiro perdoou uma dívida de, aproximadamente, U\$ 40 milhões, votou pela condenação do embargo norte-americano na ONU e fez um discurso contra esse embargo na Cúpula Ibero-americana em Cartagena, em 1994. Além disso, instaurou-se, nesse período, “um diálogo construtivo”, que seria retomado posteriormente, inclusive na questão dos direitos humanos, e realizaram-se acordos complementares nas áreas de mineração, geologia, biotecnologia e novos materiais. Dessa forma, construíram-se canais para ampliar as perspectivas de cooperação, que se materializaram, com intensidades diferentes, nos governos posteriores, e que nos permitem compreender como a questão cubana foi adquirindo certa relevância na diplomacia brasileira (FERREIRA, 2011).

As relações entre Brasil e Cuba entre o final do século XX e início do século XXI: a superação da equidistância?

O processo demonstrado anteriormente teve continuidade no período posterior e torna-se mais compreensível quando inserido nos marcos da política externa de cada país. Dessa forma, pode-se constatar que a Política Externa Brasileira PEB mantém ao longo um forte traço de continuidade, o que, obviamente, pode ser um indicador de que nessa área as mudanças se processam de forma lenta e gradual, e as distinções entre os governos devem ser compreendidas pela ênfase que, em maior ou menor medida, promovem certas diferenças entre eles.

¹⁰⁵ Um destes incidentes foi o cancelamento da visita do então ministro das relações exteriores do Brasil, Francisco Rezek, a Havana em 1991 (FERREIRA, 2011).

Nesse sentido, podem-se captar as diferenças entre as políticas externas dos três últimos governos. Como apontam Vigevani e Cepaluni (2007):

Na nossa interpretação, ao mesmo tempo em que não houve ruptura significativa com paradigmas históricos da política externa do Brasil, sendo algumas das diretrizes, desdobramentos e reforços das ações já em curso na administração FHC, houve uma significativa mudança nas ênfases dadas a certas opções abertas anteriormente à política externa brasileira. (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 275).

Sendo assim, a política externa de FHC poderia ser definida pela noção de *Autonomia pela Participação*. Nesta, a inserção internacional do país estaria relacionada ao potencial (relativo) que o país possuía e a aproximação com o centro hegemônico, adaptando-se ao novo sistema internacional, pela incorporação de novos temas na agenda do país (como direitos humanos, meio ambiente, transição democrática, reformas etc.), expressando os novos valores, compromissos e práticas internacionais. Cervo (2006) tece uma forte crítica à política externa implementada pelo governo FHC: considera que ela foi orientada pelos princípios de democracia, estabilidade monetária e abertura econômica, demonstrando o predomínio de um *Estado Normal*.

O governo Lula teria promovido uma gradual mudança estratégica para uma busca de *Autonomia pela Diversificação*, segundo Vigevani e Cepaluni (2007)¹⁰⁶. Nesse sentido, o que estaria ocorrendo são ajustes na formulação da decisão burocrática e potenciais mudanças nas metas. Ou seja, “há mudanças de ideias e mesmo de estratégias para lidar com os problemas e objetivos que estão colocados pela história, pela posição e pelo destino, mas não essencialmente diferentes dos existentes há muito para o Brasil” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 322).

Ainda, comparando as semelhanças e diferenças entre os dois governos, seria possível identificar uma convergência sobre os diversos temas da agenda de política externa brasileira (ALCA, Conselho de Segurança, Cooperação Sul-Sul, EUA, Integração, OMC, etc.). No entanto, pode-se observar que

¹⁰⁶ De outra forma, como sugere Almeida, a ascensão de Lula foi marcada pela adoção de um realismo pragmático nas relações internacionais e pelo deslocamento ao centro do espectro político, pois, “Em suma, o candidato do PT realizou no espaço de poucos meses em 2002, um notável percurso em direção a uma postura realista no campo da política externa, assim como no terreno mais geral das políticas econômicas, notadamente no que se refere ao relacionamento com o capital e os investidores internacionais” (ALMEIDA, 2003, p. 95).

Consideramos ambos os governos (FHC e Lula da Silva) com representantes de tradições diplomáticas brasileiras distintas, apresentando diferenças nas ações, nas preferências, e nas crenças, buscando resultados específicos muito distintos no que diz respeito à política externa, mas procurando não se afastar de um objetivo sempre perseguido: desenvolver economicamente o país, preservando, ao mesmo tempo, certa autonomia política. (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 275).

Em suma, para os autores, não foi desenvolvido um novo paradigma da política externa brasileira, mas sim uma mudança parcial de rumos que não caracteriza uma ruptura com o que, até então, caracterizou os rumos da diplomacia brasileira.

Tal ação incluiu a tentativa de retomar uma ação internacional a serviço do desenvolvimento do país que, como apontam Villa e Vianna (2007), pode ser caracterizada como:

[...] sendo uma autonomia pela afirmação, através da qual o governo Lula decidiu tornar o Brasil um dos principais protagonistas por meio da afirmação intransigente dos interesses nacionais no sistema internacional contemporâneo, estando disposto a assumir tanto os custos econômicos e políticos, como os militares-estratégicos. (VILLA; VIANNA, 2007, p. 57).

A política externa implementada pelo governo Lula, de fato, significou uma correção do modelo destacada anteriormente, o que pode ser percebido em duas dimensões. A primeira, voltada às questões internas, significou uma redefinição do papel do Estado, no intuito de fortalecer seu papel indutivo, ou seja, como promotor do desenvolvimento econômico e social. Isso significa que o atual governo diverge do antecessor na crença da capacidade do mercado de prover por si as necessidades de desenvolvimento nacional, seja em termos econômicos (geração de riquezas nas diversas regiões) seja em termos sociais (inclusão de grande parte da população) (CERVO, 2006). A segunda dimensão refere-se às questões internacionais, pois a prioridade fundamental foi a superação da vulnerabilidade, produzida pelos déficits do comércio exterior e da balança de pagamentos, e uma revisão, profunda, do modelo anterior que orientava a ação da diplomacia brasileira. Em relação ao primeiro aspecto, pode-se apontar que:

O novo governo decidiu enfrentar três condições de vulnerabilidade: dependência tecnológica, empresarial e financeira. Além de reforçar o núcleo robusto da economia nacional, estatal ou privada, Lula empenhou sua diplomacia presidencial para promover negócios brasileiros no exterior. Pela primeira vez, concebia-se a internacionalização da economia brasileira

como movimento de expansão de empresas no exterior, com o apoio logístico do Estado. (CERVO, 2006, p. 27).

No que se refere ao segundo aspecto, o autor aponta que o Governo Lula procurou retomar a experiência histórica acumulada do Itamaraty, buscando reforçar o poder nacional e a capacidade de negociação internacional¹⁰⁷.

Portanto, há, pelo menos, três inovações importantes, como apontam Villa e Vianna (2007). Primeiro, no estabelecimento de um grupo neodesenvolvimentista no Itamaraty, no qual se destacam as figuras de Celso Amorim e Samuel P. Guimarães. Em segundo lugar, uma inovação metodológica e institucional com a criação do assessor para assuntos externos da presidência da República (o Conselheiro Presidencial), ocupado por um quadro histórico do PT, Marco Aurélio Garcia, que teve atuação em crises políticas na região (Venezuela, Bolívia e Equador) um maior aproveitamento do presidente como símbolo, por sua trajetória, e uma comunicação mais intensa das ações nessa área. Finalmente, uma releitura da noção de “pouca margem de manobra no sistema internacional” que conduziu a uma maior autonomia e ativismo diante dos países centrais e dos órgãos internacionais, e o reconhecimento das diferenças, embora sem rompimento, com os EUA (VILLA; VIANNA, 2007, p. 50-53).

No entanto, a grande novidade, ou pelo menos a ênfase, na política externa brasileira tem sido a intensificação das relações com a América Latina, tendo em vista a tentativa de se colocar como ator emergente no cenário internacional. Tal intensificação pode ser observada em, pelo menos, três ações da diplomacia brasileira.

Em primeiro lugar, o país propôs ou impulsionou mecanismos de integração regional ao contribuir para a revitalização do MERCOSUL, a criação da UNASUL e, mais recentemente, da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), além de, através do BNDES, financiar projetos de infraestrutura na região. Em segundo lugar, durante o mandato de Lula, o exercício da diplomacia presidencial esteve voltado para a América Latina que, até 2007, havia concentrado mais de 60% das viagens presidenciais (VILLA; VIANNA, 2007, p. 49). Finalmente, como aponta Dantas (2013), a América Latina, por diversas ra-

¹⁰⁷ Desta forma, como aponta Cervo: “Três padrões de conduta foram sacrificados pela fase anterior: a independência de inserção internacional, o realismo evoluído para pragmatismo e o desenvolvimento nacional como vetor da política externa. Lula os recuperou, em certa medida, reforçando ainda os demais componentes do acumulado: autodeterminação e não-intervenção, com solução pacífica de controvérsias, juridicismo, cordialidade oficial no trato com a vizinhança, parcerias estratégicas como eixos privilegiados de ação externa e multilateralismo normativo” (CERVO, 2006, p. 28).

zões, tornou-se um dos principais polos do comércio exterior do Brasil, emergindo como o destino de entre 20% e 25% das exportações e cerca de 20% das importações brasileiras neste século, equilibrando-se, em certos momentos até superando, os demais principais parceiros comerciais como China, EUA e União Europeia.

Sobre esse assunto, concordamos com o autor ao apontar que:

A América Latina e o Caribe são, explicitamente, alvos da política externa brasileira, sobretudo como extensão dos laços criados e solidificados a partir do MERCOSUL; nesse contexto, a inserção de Cuba ocupa também uma posição a se destacar. Dessa forma, não só declarações oficiais da chancelaria brasileira, mas a própria verificação dos números que marcam a evolução comercial brasileira recente reforça a avaliação da região como uma das metas prioritárias nas relações externas do Brasil. (DANTAS, 2013, p. 36).

Ressaltamos que esse é o contexto que nos ajuda a compreender, adequadamente, as relações Brasil e Cuba.

No caso cubano, o colapso do bloco soviético e o fim do intercâmbio estável e benéfico com a URSS lançou o país em sua mais grave crise no século XX (ALMENDRA, 1998). Diante disso, duas estratégias predominaram na política cubana até o momento: internamente, desenvolveu-se um processo de recuperação econômica e, externamente, Cuba procurou reconstruir seus laços e parcerias internacionais e se reinserir no cenário internacional para superação do isolamento, fruto também da relação conflitiva com a superpotência restante, os EUA (SALAZAR, 2000).

Alzugaray Treto (2003) observa que, diante de tais desafios, ocorreu uma redefinição da política externa do país, com o objetivo de:

Manter a independência, a soberania, a autodeterminação e a segurança da nação cubana, sua capacidade de dar-se um governo popular, democrático e participativo baseado em suas tradições, com um sistema econômico-social próspero e justo, e que, por sua vez, a permita proteger sua identidade cultural e valores sócio-políticos e projetá-los na arena mundial com um nível de protagonismo de acordo com suas possibilidades reais como membro efetivo da sociedade internacional.¹⁰⁸ (ALZUGARAY TRETO, 2003, p. 17, tradução nossa).

¹⁰⁸ “Mantener la independencia, soberanía, autodeterminación y seguridad de la nación cubana, su capacidad de darse un gobierno popular, democrático y participativo propio basado en sus tradiciones, con un sistema económico-social próspero y justo, y que, a su vez, le permita proteger su identidad cultural y sus valores socio-políticos y proyectarlos en la arena mundial con un nivel de protagonismo acorde a sus posibilidades reales como miembro efectivo de la sociedad internacional.”

O país procurou, portanto, construir novas parcerias e diversificar suas relações comerciais e políticas, tanto no âmbito regional como no internacional. Nesse sentido, concordamos com Serbin, ao afirmar que:

Através da revisão desta política em diferentes áreas - a sub-regional, a regional, a atlântica e a global - argumentamos que uma das maiores conquistas da política externa cubana nesta década tem sido a configuração de uma rede diversificada de relações internacionais que tem contribuído tanto para romper com o isolamento imposto como para preservar uma margem de autonomia que possibilita a continuidade do sistema político estabelecido na ilha desde 1959.¹⁰⁹ (SERBIN, 2011, p. 230, tradução nossa).

Além disso, na primeira década do século XXI, outro elemento fundamental foi a transição de poder iniciada em Cuba, com a substituição da liderança histórica de Fidel Castro por seu irmão, Raúl, em 2008. Tal transição combina elementos de continuidade e rupturas que, em grande medida, procuram responder aos desafios interno e externo, como apontamos anteriormente, dando um perfil mais pragmático à atuação do país. Como demonstra Alzugaray Treto (2007):

Cuba iniciou o século XXI sujeita a um importante reajuste de seu sistema político, devido à doença de Fidel Castro e à transferência constitucional dos seus poderes a Raúl Castro, que se encarregou de afirmar que não reproduzirá exatamente a forma de dirigir e governar de seu predecessor. Ao mesmo tempo, tanto Raúl Castro como os líderes políticos, militares e econômicos concordam com o conselho básico articulado e defendido por Fidel Castro: independência e soberania nacionais não só perante os Estados Unidos, mas também perante outros atores internacionais; manutenção do sistema econômico-social fundamentalmente socialista com uma forte defesa das conquistas sociais; estruturação de um governo próprio, participativo e democrático alheio aos vícios presentes em sistemas de outras latitudes; e uma economia diversificada e vinculada a diferentes parceiros comerciais e financeiros. (ALZUGARAY TRETO, 2007, p. 101).

Tem início, então, um período de “atualização” do sistema, tendo como pano de fundo as demandas sociais e econômicas e a necessidade de recomposição das relações internas. Esse processo afeta diretamente a política externa cubana, pois, como argumenta Serbin:

¹⁰⁹ “A través de la revisión de esta política en diferentes ámbitos — el subregional, el regional, el atlántico y el global — argumentamos que uno de los mayores logros de la política exterior cubana en esta década ha sido la configuración de un entramado diversificado de relaciones internacionales que ha contribuido tanto a romper con el aislamiento impuesto como a preservar un margen de autonomía que posibilitara la continuidad del sistema político establecido en la isla desde 1959.”

Este novo fator articula-se com um pragmatismo crescente da política externa cubana, particularmente desde a substituição de Fidel por Raúl Castro no governo, que se caracteriza por renovar e adotar novos compromissos internacionais no âmbito de uma estratégia de diversificação de relações externas da ilha para melhor garantir a sobrevivência econômica do país, sem arriscar o modelo político existente.¹¹⁰ (SERBIN, 2011, p. 233, tradução nossa).

Apesar de tensões conjunturais, uma nova dinâmica nas relações Brasil-Cuba se instaurou, neste novo século.

Durante a gestão FHC (1995-2002), as relações entre os países mantiveram a tônica da reaproximação, embora com a ocorrência de divergências esporádicas. Por essa razão, o país manteve sua oposição ao embargo norte-americano e realizou gestões para o reingresso de Cuba no seio da comunidade interamericana; o comércio exterior cresceu lentamente, tendo em vista os desafios econômicos enfrentados na década por ambos; novos acordos científicos e tecnológicos foram firmados, nos setores aduaneiros, tributários e de serviços aéreos; e uma linha de crédito de U\$ 15 mi foi aprovada pelo governo brasileiro. No entanto, em 1998, por ocasião da Cúpula Ibero-americana, a diplomacia brasileira passa a destacar a necessidade de mudanças políticas no país, em relação à democracia e aos presos políticos. No mesmo ano, o chanceler brasileiro Luis Felipe Lampreia, dentro dessa nova perspectiva, em visita a Havana, se reúne com um dos líderes dissidentes, Elizardo Sánchez, e também com funcionários norte-americanos e membros cubano-americanos, o que aumenta as tensões (HOFFMANN, 1999)¹¹¹.

¹¹⁰ “Este nuevo factor se articula con un creciente pragmatismo de la política exterior cubana, particularmente a partir del reemplazo de Fidel por Raúl Castro en el gobierno, que se caracteriza por renovar y adoptar nuevos compromisos internacionales en el marco de una estrategia de diversificación de las relaciones externas de la isla para asegurar mejor la supervivencia económica del país, sin poner en riesgo el modelo político existente.”

¹¹¹ Segundo Lampreia, tal atuação ocorreu, pois havia: “Uma total falta de vontade para o diálogo. Temos proposto, por exemplo, uma declaração específica sobre os direitos humanos, temos proposto um mecanismo similar ao estabelecido com a China, missões recíprocas que viajam ao outro país, falando com autoridades e examinando a legislação. José Gregori (secretário dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça) fez com a China, os chineses vieram aqui. Porém, os cubanos inclusive reduziram a prioridade a esta questão. Não queriam falar disto e ainda se sentiam ofendidos porque vi o presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos – opositor Elizardo Sánchez” (LAMPREIA, 1998 apud FERREIRA, 2011, p. 213.). Ainda apesar da justificativa do chanceler, tal atitude foi vista com estranheza, apesar de não ser possível concluir categoricamente que a mudança se deve aos diálogos com os norte-americanos (FERREIRA, 2011).

De qualquer forma, a partir de 1999, as relações voltaram a certo grau de normalidade, com a visita do ministro de saúde do Brasil, José Serra, e com o discurso de FHC, numa cerimônia na Espanha, em que enfatizou que

Cuba é um país com o qual o Brasil mantém laços de confiança e diálogo [...] e minha esperança é que se possa alcançar a plena normalização das relações de Cuba no sistema interamericano, com o fim total do embargo e a reafirmação dos direitos humanos, o bem-estar e a prosperidade do povo cubano. (CARDOSO, 2000).

Da mesma forma, na Cúpula das Américas em 2003, o presidente brasileiro reiterou os laços e apoio a certas demandas cubanas, contribuindo para a normalização dos laços. Da parte cubana, o apoio ao embaixador brasileiro, na Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), e as reiteradas visitas e declarações de sua liderança também confirmaram a reaproximação.

No governo Lula, dentro do contexto mencionado anteriormente, tal relação irá se intensificar e fundamentar-se, pela primeira vez, numa perspectiva denominada de “doutrina do compromisso construtivo”, que, nas palavras do então chanceler Celso Amorim, significava:

Eu vejo a necessidade de seguir trabalhando com um país irmão, que sofreu um isolamento muito grande, apesar de ter alguns procedimentos com os quais não estamos de acordo. Esta linha de *compromisso construtivo* é mais positiva e pode trazer mais resultados que uma mera linha de isolamento que reforça um aspecto da psicologia de sítio, que com razão ou sem ela é a que prevalece hoje em dia em Cuba, o que leva o país a adotar certas atitudes que contribuem para a adoção de posturas que o condenam. (AMORIM, 2003).

Pode-se considerar essa postura tanto como continuidade das ações do governo anterior, principalmente em sua fase final, como ruptura em termos de uma maior assertividade no caso cubano. Além disso, procura demonstrar que o isolamento internacional dificulta, em vez de propiciar, mudanças no país. Finalmente, deve-se considerar que tal aprofundamento também é resultado dos laços históricos do partido dos dois últimos presidentes e do desejo de afirmação regional da parte brasileira, mas também das iniciativas e prioridades do governo cubano diante da necessidade de recuperação econômica e reconstrução dos laços e parcerias externas. Pode significar, ainda, que certas tensões não estão superadas definitivamente¹¹².

¹¹² Como aponta Ferreira (2011), entre outros, diversos governos e, mais recentemente, a própria União Europeia, têm procurado adotar tal postura nas suas relações com Cuba.

Nesse sentido, tanto nas visitas do ex-presidente Lula (três ao longo de seu mandato) como nas da sua sucessora, e de Raúl Castro ao país, as relações têm se intensificado com base no incremento das relações político-diplomáticas, no intercâmbio comercial, no intercâmbio e desenvolvimento de projetos científicos e tecnológicos e no financiamento brasileiro a projetos de infraestrutura cubana. Em relação ao primeiro aspecto, a posição brasileira tem se mantido constante nas votações de condenação ao embargo e de não condenação de Cuba no caso de direitos humanos na ONU e, principalmente, faz as gestões necessárias para a incorporação de Cuba como membro-fundador da CELAC.

Já no governo de Dilma Rousseff (2011-2014), apesar da inexistência de um balanço global, parece ocorrer um retraimento da política externa brasileira. Dessa forma, o novo governo promoveu uma redefinição de rumos e, apesar de grande continuidade em relação ao anterior, pode-se afirmar que essa política não se desenvolveu com a mesma intensidade e dinamismo, adquirindo um pragmatismo de contornos mais nítidos. Apesar disso, em relação à América Latina, pode-se afirmar que o governo de Rousseff não abandonou as pretensões de exercício da liderança regional e de inserção econômica na região, como demonstramos adiante.

Em relação às questões econômicas e comerciais, o dinamismo da relação tem se mostrado evidente, inserindo-se no quadro das relações com a América Latina. No Quadro 1, exposto a seguir, podemos observar nitidamente o incremento das relações comerciais que saltaram, considerando importações e exportações, de um volume de pouco mais de US\$ 110 mi em 2000 para, aproximadamente, US\$ 630 mi em 2013. O desempenho no período foi o seguinte:

Quadro 1 - Comércio Exterior Brasil – Cuba (US\$ MILHÕES FOB).

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Volume Total
2015	513.556.571	50.696.538	462.860.033	564.253.109
2014	507.778.160	61.068.065	446.710.095	568.846.225
2013	528.172.441	96.619.009	431.553.432	624.791.450
2012	568.126.174	95.662.079	472.464.095	663.788.253
2011	550.169.353	91.778.158	458.391.195	641.947.511
2010	414.871.651	73.417.244	341.454.407	488.288.895
2009	277.230.116	53.386.714	223.843.402	330.616.830
2008	526.848.434	45.364.051	481.484.383	572.212.485
2007	323.850.748	88.790.438	235.060.310	412.641.186

2006	343.824.663	31.595.636	312.229.027	375.420.299
2005	245.726.571	38.876.528	206.850.043	284.603.099
2004	132.061.869	45.308.841	86.753.028	177.370.710
2003	69.607.616	22.384.614	47.223.002	91.992.230
2002	73.980.371	14.117.059	59.863.312	88.097.430
2001	112.025.635	10.602.864	101.422.771	122.628.499
2000	94.596.367	20.740.658	73.855.709	115.337.025

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Elaboração dos autores.

Constata-se que o comércio total entre os países cresceu mais de 500%, entre 2000 e 2013, apesar da queda em 2009, em decorrência dos efeitos da crise mundial, fazendo que, segundo Rezende (2010):

Atualmente, o Brasil é o oitavo maior fornecedor de produtos para Cuba, especialmente alimentos, e as exportações brasileiras para o país caribenho têm crescido a largos passos desde o início dos anos 2000, aumentando mais de 60% de 2007 para 2008. A carne bovina, a soja e o chocolate ocupam posição de destaque nas exportações brasileiras para o país. (REZENDE, 2010).

Ainda, em 2003, os governos firmaram 12 instrumentos de cooperação em diferentes áreas, totalizando U\$ 200 mi com financiamento parcial do BNDES e, com outros recursos privados brasileiros, firmaram um acordo para a construção de quatro resorts em Cuba (BANDEIRA, 2004). Houve, pois, um incremento gradual, assim como em outras regiões da América Latina e África, de empresas multinacionais brasileiras, como a Odebrecht, a Vale e Marcopolo. Em 2008, também se firmou um acordo entre a Petrobrás e a CUPET (estatal cubana do petróleo). Finalmente, em 2010, o governo brasileiro firmou um acordo para infraestrutura de aproximadamente U\$1 bi, aplicados principalmente na reforma do Porto de Mariel, que tende a se transformar no principal porto do país (FERREIRA, 2011).

Dando continuidade aos acordos técnico-científicos firmados ao longo dos anos 1980 e 1990, a cooperação Brasil-Cuba também foi impulsionada nesse período em diferentes áreas, como a agricultura, geologia, saúde, gestão bancária, vigilância sanitária, administração pública e metrologia, entre outras. Segundo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), nesse período foram desenvolvidos cerca de 60 projetos e atividades de cooperação técnica entre Brasil e Cuba, envolvendo órgãos como a EMBRAPA, o Ministério da Saúde e o Banco Central,

entre outros. Destes, pelo menos 13 foram de amplo alcance¹¹³. Tal cooperação também se desenvolve no campo educacional, com o financiamento de inúmeros projetos pela CAPES em conjunto com o Ministério da Educação de Cuba. Recentemente, essa relação ganhou novo impulso com a criação do Programa Mais Médicos do governo brasileiro, que envolve um número expressivo de médicos cubanos para trabalhar em localidades de difícil acesso ou periféricas.

Pelo exposto, confirma-se que as relações Brasil e Cuba atingiram um nível sem precedentes, demonstrando uma convergência de interesses. No caso brasileiro, essas relações, para além de simpatias ideológicas dos dois últimos governos, são percebidas como demonstração de autonomia na atuação internacional, de reafirmação do princípio de autodeterminação e, principalmente, de afirmação de uma potência emergente, tanto em termos globais como regionais, como demonstramos anteriormente. Além disso, o princípio do compromisso construtivo é percebido tanto em termos políticos como econômicos, como uma garantia da presença brasileira nesse momento singular da histórica cubana.

Já para a liderança cubana, as relações com o Brasil inserem-se nos marcos da recuperação econômica e da reinserção regional e internacional, adquirindo relevância política e econômica, pois:

Para a política externa de Cuba, no entanto, as relações com esses três importantes referentes regionais — Venezuela, Brasil e México — são cruciais no contexto de sua estratégia de reintegração regional. Enquanto que, no caso da Venezuela, a relação é marcada por uma aliança caracterizada por laços econômicos próximos e pela semelhança de objetivos políticos e ideológicos, no caso do Brasil constitui uma importante relação comercial e de investimentos, e um importante componente simbólico, como elo fundamental no relacionamento com a América do Sul, dado o caráter de liderança regional que este país assume [...].¹¹⁴ (SERBIN, 2011, p. 244, tradução nossa).

¹¹³ Para uma visualização dos projetos consulte o site da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores do Governo da República Federativa do Brasil, disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Cuba>>.

¹¹⁴ “Para la política exterior de Cuba, sin embargo, las relaciones con estos tres referentes regionales importantes — Venezuela, Brasil y México, son cruciales en el marco de su estrategia de reinserción regional. Mientras que en el caso de Venezuela, la relación está signada por una alianza caracterizada por los estrechos vínculos económicos como por la similitud de objetivos políticos e ideológicos, en el caso de Brasil constituye una importante relación comercial y de inversiones, y un componente simbólico importante, como un vínculo fundamental en la relación con América del Sur, dado el carácter de liderazgo regional que asume este país [...].”

A relação entre os dois países, no entanto, não está imune às críticas, principalmente do lado brasileiro. Nesse caso, tem havido questionamentos em relação ao conjunto da política externa, apontada por certos setores como ideológica e desproporcional às nossas capacidades, e, em relação a Cuba, tais críticas, retomando o caráter ideológico, referem-se à necessidade de uma postura mais crítica em relação ao sistema político cubano e às questões de direitos humanos, bem como um questionamento dos benefícios econômicos. Além disso, devem-se considerar os atritos com a diplomacia norte-americana que essa relação pode provocar. De qualquer forma, o aprofundamento dessa parceria parece depender tanto da dinâmica da política interna como das estratégias internacionais de Brasil e Cuba, neste novo século.

Conclusão

As relações entre Brasil e Cuba não adquiriram relevância até a emergência da Revolução Cubana. No entanto, paradoxalmente, apesar de assumirem importância na política interna de cada nação, até os anos 1980 predominou a desconfiança e o distanciamento, como evidencia o rompimento das relações, por parte do Brasil, fundamentado na doutrina de segurança nacional que orientava os governos militares, que se opunham ao modelo comunista que a ilha adotava.

Somente em 1986, essas relações foram restabelecidas e normalizadas. No entanto, desde então, jamais foram lineares, sendo permeadas pelas crises econômicas e políticas que afetaram as duas nações ao longo das últimas duas décadas do século passado.

Dessa forma, como demonstramos ao longo deste trabalho, somente na primeira década do século XXI, decorrente das convergências de interesses motivadas por razões diversas, a relação entre esses países tem adquirido certa normalidade e dinamismo, ainda que incipiente.

Tais relações parecem ter como fundamento o incremento das relações comerciais e o fortalecimento de laços políticos. Conclui-se, no entanto, que o aprofundamento da relação Brasil e Cuba depende, sobretudo, dos desdobramentos da política interna de cada nação: no caso cubano, das reformas implementadas por Raúl Castro e, no caso brasileiro, da consolidação da doutrina do compromisso construtivo. Depende, ainda, da inserção internacional de cada país, com a afirmação da importância dessa parceria, e da percepção, de parte a parte, dos benefícios alcançados com a consolidação de suas relações.

Referências

ABREU, F. J. M. de. Brasil e Cuba: a gangorra diplomática. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. de (Org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**. v. 3: O desafio geoestratégico. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, 2000.

ALMEIDA, P. R. A Política Internacional do Partido dos Trabalhadores. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, jun. 2003.

ALMENDRA, C. C. A situação econômica cubana diante da queda do Leste Europeu. In: COGGIOLA, O. **Revolução Cubana: história e problemas atuais**. São Paulo: Xamã, 1998.

ALTEMANI, H. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ALZUGARAY TRETO, C. Reflexões sobre o presente e o futuro político de Cuba nos albores do século XXI – uma abordagem a partir da ilha. **Relações Internacionais**, Lisboa: IPRI, p. 89-104, 2007.

_____. La política exterior de Cuba en la década de 90: intereses, objetivos y resultados. **Política Internacional**, La Habana, v. I, n. 1, p. 14-32, ene./jul., 2003.

AMORIM, C. A. **Audiência Pública do senhor ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados**. Brasília, 23 de abril de 2003. Disponível em: <www.mre.gov.br/portugues/politica_exterior/discursos>. Acesso em: 20 mar. 2014.

AYERBE, L. F. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BANDEIRA, L. A. M. **De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. **As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

BEZERRA, G. H. M. **Da revolução ao reatamento: a política externa brasileira e a questão cubana (1959-1986)**. Brasília: FUNAG, 2012.

CARDOSO, F. H. **Discurso do senhor presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao receber o prêmio Príncipe de Astúrias de Cooperação Internacional**, Oviedo, em 27 de outubro de 2000. Disponível em: <www.mre.gov.br/portugues/politica_exterior/discursos>. Acesso em: 10 abr. 2014.

CERVO, A. A ação internacional do Brasil em um mundo em transformação: conceitos, objetivos e resultados (1990-2005). In: ALTEMANI, H.; LESSA, C. **Relações Internacionais do Brasil**: temas e agendas. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 7-34.

CERVO, A.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: UNB, 2002.

DANTAS, A. T. Comércio Exterior do Brasil: o papel da América Latina. **Revista Mural Internacional**, v. 4, n. 2, jul./dez. 2013.

FERREIRA, M. A. S. La política exterior de Brasil hacia Cuba: un análisis histórico desde el gobierno de José Sarney hasta los días actuales. In: AYERBE, L. F. (Org.). **Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos**. Barcelona: Icaria, 2011. p. 203-228.

FONSECA JUNIOR, G. (Org.). **Reflexões sobre a política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 2001.

HOFFMANN, B. Continuidad y cambio en la nueva política exterior de Brasil – el caso de Cuba. **Síntesis** – Revista de Ciencias Sociales Iberoamericanas, Madrid, n. 31-32, 1999.

LULA DA SILVA, L. **Discurso na sessão de posse do Congresso Nacional**. A Política Externa do Brasil. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.

PECEQUILO, C. S. **Introdução às relações internacionais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PEVIDA, E. K. **Cuba y la integración de América Latina y el Caribe**. Santo Domingo: Promlibro, 1995.

PISANI, M. E. **Política exterior de la revolución cubana**. La Habana: Ciencias Sociales, 2002.

REZENDE, B. P. As relações Brasil-Cuba: liberalização, integração e desenvolvimento. **Mundorama**, 19 set. 2010. Disponível em: <<http://mundorama.net/2010/09/19/as-relacoes-brasil-cuba-liberalizacao-integracao-e-desenvolvimento-por-bruno-pereira-rezende/>>. Acesso em: 21 mar. 2014.

RIDENTI, M. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Unesp, 1993.

ROLLEMBERG, D. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil**: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SALAZAR, L. S. El siglo XXI: posibilidades y desafíos para la revolución cubana. **Ciencias Sociales**, La Habana, 2000.

SEGRERA, F. L. **Cuba**: política exterior y revolución. La Habana: ISRI, 1998.

SERBIN, A. Círculos concéntricos: la política exterior de Cuba en un mundo multipolar y el proceso de “actualización”. In: AYERBE, L. F. (Org.). **Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos**. Barcelona: Içaria, 2011. p. 229-268.

VASCONCELOS, L. L. Um repasse sobre as relações Brasil-Cuba. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, julho a dezembro, p. 187-203, 1991.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, jul./dez. 2007.

VILLA, R.; VIANNA, M. Política Externa do governo Lula: autonomia pela integração ou em busca de um novo paradigma. In: ALBUQUERQUE, J. A. **A política externa do governo Lula (2003-2005)**. São Paulo: Marco, 2007.

VIZENTINI, P. **Relações Internacionais do Brasil**: de Vargas a Lula. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.